Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011 9

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010 10

Demonstração do Valor Adicionado 11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 12

Balanço Patrimonial Passivo 14

Demonstração do Resultado 16

Demonstração do Resultado Abrangente 17

Demonstração do Fluxo de Caixa 18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011 20

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010 21

Demonstração do Valor Adicionado 22

Comentário do Desempenho 23

Notas Explicativas 24

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 149

Motivos de Reapresentação 151

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	385.823
Preferenciais	578.116
Total	963.939
Em Tesouraria	
Ordinárias	49
Preferenciais	6.099
Total	6.148

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	01/07/2011	Dividendo	01/09/2011	Ordinária		0,01089
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	01/07/2011	Dividendo	01/09/2011	Preferencial		0,01089
Reunião do Conselho de Administração	01/07/2011	Dividendo	01/09/2011	Ordinária		0,14617
Reunião do Conselho de Administração	01/07/2011	Dividendo	01/09/2011	Preferencial		0,14617

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.224.833	1.448.190
1.01	Ativo Circulante	354.361	20.018
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	334.932	9
1.01.03	Contas a Receber	134	168
1.01.03.01	Clientes	134	168
1.01.06	Tributos a Recuperar	21	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	21	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	19.274	19.841
1.01.08.03	Outros	19.274	19.841
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	18.739	18.739
1.01.08.03.06	Outros Tributos	521	599
1.01.08.03.07	Demais ativos	14	503
1.02	Ativo Não Circulante	1.870.472	1.428.172
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	154.050	487.379
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	139.581	473.147
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	40.733	376.842
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	98.037	95.515
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	811	790
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14.469	14.232
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	2.914	2.861
1.02.01.09.14	Demais ativos	11.555	11.371
1.02.02	Investimentos	1.716.419	940.792
1.02.02.01	Participações Societárias	1.716.419	940.792
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.716.191	940.564
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	228	228
1.02.03	Imobilizado	1	1
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1	1
1.02.04	Intangível	2	0
1.02.04.01	Intangíveis	2	0
1.02.04.01.07	Outros	2	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.224.833	1.448.190
2.01	Passivo Circulante	16.044	24.739
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.105	798
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.105	798
2.01.02	Fornecedores	263	418
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	263	418
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.090	893
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.090	893
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.024	0
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	66	893
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	7.655
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	7.655
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	7.655
2.01.05	Outras Obrigações	13.586	14.975
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	1.468
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	1.468
2.01.05.02	Outros	13.586	13.507
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	13.404	13.404
2.01.05.02.09	Demais obrigações	182	103
2.02	Passivo Não Circulante	350.040	341.196
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	336.925	328.050
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	336.925	328.050
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	336.925	328.050
2.02.02	Outras Obrigações	3.903	3.903
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.903	3.903
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.903	3.903
2.02.04	Provisões	5.587	5.587
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.587	5.587
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	278	278
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.309	5.309
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	3.625	3.656
2.02.06.01	Lucros a Apropriar	3.625	3.656
2.03	Patrimônio Líquido	1.858.749	1.082.255
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004
2.03.01.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004
2.03.02	Reservas de Capital	1.839	4.735
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.615	-3.615
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	878	878
2.03.02.11	Reserva Reflexa Baseada em ações	7.466	9.851
2.03.02.12	Reserva reflexa de ações em tesouraria	-2.890	-2.379
2.03.04	Reservas de Lucros	296.522	296.522
2.03.04.01	Reserva Legal	24.953	24.953
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	75.323	75.323
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	64.594
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	42.749	42.749
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	88.903	88.903

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	779.473	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-3.050	-2.981
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-39	-25

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	442	439
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-456	-324
3.03	Resultado Bruto	-14	115
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	776.063	2.452
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.570	-3.050
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-173	-80
3.04.05.03	Outras despesas operacionais	-173	-80
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	778.806	5.582
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	778.806	5.582
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	776.049	2.567
3.06	Resultado Financeiro	3.898	1.502
3.06.01	Receitas Financeiras	14.051	7.524
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.153	-6.022
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	779.947	4.069
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-303	0
3.08.01	Corrente	-303	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	779.644	4.069
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	779.644	4.069
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,81400	0,00420
3.99.01.02	PN	0,81400	0,00420
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,81380	0,00410
3.99.02.02	PN	0,81380	0,00410

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	779.644	4.069
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.467	0
4.02.02	Variação reflexa de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda, liquida de tributos	-379	0
4.02.04	Reserva Reflexa de hedge accounting	-1.075	0
4.02.05	Outros	-13	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	778.177	4.069

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.020	-437
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.698	-3.075
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	779.947	4.069
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	-4.012	-1.642
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-778.806	-5.582
6.01.01.04	Participação de empregados e administradores	173	80
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	476	3.585
6.01.02.01	Contas a receber	34	-65
6.01.02.02	Tributos	2.867	1.623
6.01.02.03	Demais ativos	436	0
6.01.02.04	Fornecedores	-156	353
6.01.02.05	Salários, encargos sociais e benefícios	133	148
6.01.02.06	Provisão para fundos de pensão	-2.916	-1.559
6.01.02.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	2.961
6.01.02.08	Outras contas ativas e passivas	78	124
6.01.03	Outros	-798	-947
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-798	-947
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	337.943	723
6.03.01	Captações	0	7.000
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	-7.000	-6.226
6.03.03	Transações com partes relacionadas	344.943	-51
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	334.923	286
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9	9
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	334.932	295

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-8	-8
5.04.08	Excesso pago em capital	0	0	0	0	-8	-8
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	779.644	-1.467	778.177
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	779.644	0	779.644
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.467	-1.467
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-13	-13
5.05.02.06	Reserva Reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	-1.075	-1.075
5.05.02.07	Variação de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-379	-379
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-2.896	0	-171	1.392	-1.675
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	-511	0	0	0	-511
5.06.05	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	-2.385	0	0	0	-2.385
5.06.08	Variação de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	1.392	1.392
5.06.09	Outros efeitos/variações Pl controladas	0	0	0	-171	0	-171
5.07	Saldos Finais	784.004	1.839	296.522	779.473	-3.089	1.858.749

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	564.541	561	429.250	0	-31.955	962.397
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	564.541	561	429.250	0	-31.955	962.397
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.069	-52.086	-48.017
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.069	0	4.069
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-52.086	-52.086
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-52.086	-52.086
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-198	0	0	0	-198
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-198	0	0	0	-198
5.07	Saldos Finais	564.541	363	429.250	4.069	-84.041	914.182

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	467	465
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	467	465
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.556	-2.348
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-254	-132
7.02.04	Outros	-1.302	-2.216
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.089	-1.883
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.089	-1.883
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	792.857	13.106
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	778.806	5.582
7.06.02	Receitas Financeiras	14.051	7.524
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	791.768	11.223
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	791.768	11.223
7.08.01	Pessoal	1.187	812
7.08.01.01	Remuneração Direta	933	656
7.08.01.02	Benefícios	220	130
7.08.01.03	F.G.T.S.	34	26
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	611	239
7.08.02.01	Federais	585	213
7.08.02.03	Municipais	26	26
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.326	6.103
7.08.03.01	Juros	10.153	6.023
7.08.03.03	Outras	173	80
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	779.644	4.069
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	779.644	4.069

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	16.993.056	20.073.689
1.01	Ativo Circulante	6.183.175	5.955.295
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.940.226	2.939.084
1.01.02	Aplicações Financeiras	244.853	469.375
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	244.853	469.375
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	244.853	469.375
1.01.03	Contas a Receber	1.036.677	1.397.420
1.01.03.01	Clientes	1.027.410	1.393.931
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	9.267	3.489
1.01.04	Estoques	18.229	21.464
1.01.06	Tributos a Recuperar	223.680	261.558
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	223.680	261.558
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	719.510	866.394
1.01.08.03	Outros	719.510	866.394
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	5.453	9.573
1.01.08.03.04	Depósitos e bloqueios judiciais	293.055	396.329
1.01.08.03.06	Outros Tributos	201.320	234.988
1.01.08.03.07	Demais ativos	219.682	225.504
1.02	Ativo Não Circulante	10.809.881	14.118.394
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.496.966	3.087.189
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	22.939	18.394
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	17.098	15.948
1.02.01.01.03	Caixa restrito	5.841	2.446
1.02.01.03	Contas a Receber	20.552	20.781
1.02.01.03.01	Clientes	20.552	20.781
1.02.01.06	Tributos Diferidos	959.705	1.266.379
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	959.705	1.266.379
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	127.002	113.565
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	98.037	100.843
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	28.965	12.722
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.366.768	1.668.070
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	1.109.608	1.449.110
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros derivativos	3.562	5.048
1.02.01.09.07	Ativo financeiro disponível para venda	86.733	0
1.02.01.09.09	Ativo relacionado aos fundos de pensão	15.001	20.243
1.02.01.09.13	Outros Tributos	78.252	99.170
1.02.01.09.14	Demais ativos	73.612	94.499
1.02.02	Investimentos	1.505.521	1.413.263
1.02.02.01	Participações Societárias	9.833	13.290
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	9.833	13.290
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	1.495.688	1.399.973
1.02.03	Imobilizado	3.716.258	5.209.496
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.294.125	4.615.555
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	2.095	3.443
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	420.038	590.498
1.02.04	Intangível	3.091.136	4.408.446

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1.02.04.01	Intangíveis	2.968.580	4.276.716
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	409.558	638.445
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	2.311.236	3.284.115
1.02.04.01.03	Sistema de processamento de dados	187.950	261.415
1.02.04.01.04	Marcas e patentes	18.337	25.578
1.02.04.01.07	Outros	41.499	67.163
1.02.04.02	Goodwill	122.556	131.730

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	16.993.056	20.073.689
2.01	Passivo Circulante	3.114.747	4.659.847
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	148.421	191.348
2.01.01.01	Obrigações Sociais	18.699	16.445
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	129.722	174.903
2.01.02	Fornecedores	612.225	910.086
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	612.223	909.885
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2	201
2.01.03	Obrigações Fiscais	200.570	183.374
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	195.337	179.278
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	186.706	172.734
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	8.631	6.544
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.564	3.274
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	669	822
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.027.779	1.808.437
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.027.260	1.807.461
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	924.070	1.546.903
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	103.190	260.558
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	519	976
2.01.05	Outras Obrigações	820.224	1.179.634
2.01.05.02	Outros	820.224	1.179.634
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	166.542	231.217
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	3.913
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	86.611	123.867
2.01.05.02.06	Outros Tributos	239.362	381.934
2.01.05.02.07	Programa de refinanciamento fiscal	11.110	15.952
2.01.05.02.08	Autorizações e Concessões a pagar	96.763	116.340
2.01.05.02.09	Demais obrigações	219.836	306.411
2.01.06	Provisões	305.528	386.968
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	305.528	386.968
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	41.869	32.465
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	50.464	65.195
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	5.074	17.034
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	208.121	272.274
2.02	Passivo Não Circulante	8.139.551	10.069.707
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.586.429	6.835.847
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.586.429	6.835.847
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.439.302	5.388.148
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.147.127	1.447.699
2.02.02	Outras Obrigações	1.043.878	1.152.068
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	88.171	3.903
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	88.171	3.903
2.02.02.02	Outros	955.707	1.148.165
2.02.02.02.04	Outros tributos	260.758	330.966
2.02.02.02.06	Instrumentos Financeiros derivativos	56.581	62.110
2.02.02.02.08	Autorizações e concessões a pagar	251.841	348.346

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.02.02.09	Programa de refinanciamento fiscal	179.214	194.971
2.02.02.02.13	Demais obrigações	207.313	211.772
2.02.03	Tributos Diferidos	500.366	728.712
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	500.366	728.712
2.02.04	Provisões	1.005.253	1.349.424
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.005.253	1.349.424
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	145.194	208.759
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	286.185	352.511
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	85.490	125.749
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	488.384	662.405
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	3.625	3.656
2.02.06.01	Lucros a Apropriar	3.625	3.656
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.738.758	5.344.135
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004
2.03.01.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004
2.03.02	Reservas de Capital	1.839	4.735
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.615	-3.615
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	878	878
2.03.02.11	Reserva Reflexa Baseada em Ações	7.466	9.851
2.03.02.12	Reserva reflexa de ações em tesouraria	-2.890	-2.379
2.03.04	Reservas de Lucros	296.522	296.522
2.03.04.01	Reserva Legal	24.953	24.953
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	75.323	75.323
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	64.594
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	42.749	42.749
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	88.903	88.903
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	779.473	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-3.050	-2.981
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-39	-25
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.880.009	4.261.880

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.240.081	1.756.252
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-783.200	-1.033.732
3.03	Resultado Bruto	456.881	722.520
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	707.612	-475.165
3.04.01	Despesas com Vendas	-153.755	-224.827
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-114.766	-170.088
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.105.706	53.393
3.04.04.02	Outras receitas	1.105.706	53.393
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-121.647	-133.643
3.04.05.03	Outras despesas operacionais	-121.647	-133.643
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.926	0
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	-7.926	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.164.493	247.355
3.06	Resultado Financeiro	-219.263	-157.842
3.06.01	Receitas Financeiras	84.252	108.470
3.06.02	Despesas Financeiras	-303.515	-266.312
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	945.230	89.513
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.757	4.533
3.08.01	Corrente	-70.068	-42.947
3.08.02	Diferido	75.825	47.480
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	950.987	94.046
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	950.987	94.046
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	779.644	4.069
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	171.343	89.977
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,81400	0,00420
3.99.01.02	PN	0,81400	0,00420
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,81380	0,00410
3.99.02.02	PN	0,81380	0,00410

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	950.987	94.046
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3.714	0
4.02.02	Variação reflexa de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda, liquida de tributos	-354	0
4.02.04	Reserva Reflexa de hedge accounting	-1.022	0
4.02.05	Outros	-2.338	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	947.273	94.046
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	778.177	4.069
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	169.096	89.977

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	244.392	474.225
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	539.190	851.863
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	945.230	89.513
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	177.557	204.166
6.01.01.03	Depreciação e amortização	247.921	349.495
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	42.666	66.641
6.01.01.05	Provisões	45.070	54.316
6.01.01.06	Provisão para fundos de pensão	284	681
6.01.01.07	Equivalência patrimonial	7.926	0
6.01.01.08	Baixa de ativo permanente	4.559	4.387
6.01.01.09	Taxa de prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	5.923	8.645
6.01.01.10	Participação de empregados e administradores	8.958	12.972
6.01.01.11	Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros	39.244	-3.202
6.01.01.12	Atualização monetária de provisões	3.836	0
6.01.01.13	Atualização monetária do programa de Refinanciamento Fiscal	12.949	5.410
6.01.01.14	Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio	2	0
6.01.01.15	Ganho/(perda) de participação	-1.067.775	-5.761
6.01.01.16	Provisão (reversão) de programa de Refinanciamento Fiscal	32.791	-6.658
6.01.01.17	Apropriação de despesas antecipadas	14.993	51.187
6.01.01.18	Remuneração baseada em ações	619	1.690
6.01.01.19	Dividendos fixos e atualização monetária sobre ações preferenciais resgatáveis	6.653	8.666
6.01.01.20	Outras receitas, líquidas das despesas	9.784	9.715
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-118.310	-266.497
6.01.02.01	Contas a receber	-50.578	-58.854
6.01.02.02	Estoques	-1.591	5.395
6.01.02.03	Tributos	-74.690	62.844
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-298.438	-352.005
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	391.029	218.735
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-92.647	-109.872
6.01.02.07	Demais ativos	436	0
6.01.02.08	Fornecedores	5.103	34.972
6.01.02.09	Salários, encargos sociais e benefícios	-19.075	-3.570
6.01.02.10	Provisões	-19.104	-26.882
6.01.02.11	Provisão para fundos de pensão	-18.003	-24.392
6.01.02.12	Adiantamento para futuro aumento de capital	13	0
6.01.02.13	Outras contas ativas e passivas	59.235	-12.868
6.01.03	Outros	-176.488	-111.141
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-140.366	-75.107
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-23.210	-21.340
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-12.912	-14.694
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.912.376	-408.184
6.02.01	Ativo disponível para venda	-86.799	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-269.313	-327.077
6.02.03	Aumento dos investimentos permanentes, menos caixa líquido incluído na aquisição	-1.685.863	0
6.02.04	Depósitos e bloqueios judiciais	-104.385	-126.848
6.02.05	Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	13.790	45.497
6.02.06	Recebimento de venda de ativo imobilizado	212.820	349
6.02.07	Caixa líquido recebido na venda de participações societárias	7.374	0
6.02.08	Aplicações financeiras mantidas até o vencimento	0	-105
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.669.126	-57.138
6.03.01	Captações	772.579	177.928
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	-789.825	-220.020
6.03.03	Transações com partes relacionadas	418.292	-82
6.03.04	Aquisição de ações de controladas e recompra de ações	122	-3.696
6.03.05	Autorizações e concessões	-3.043	-3.496
6.03.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	-4.752	-7.458
6.03.07	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-6.755	-314
6.03.08	Aumento de capital	2.282.508	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.001.142	8.903
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.939.084	2.338.315
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.940.226	2.347.218

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255	4.261.880	5.344.135
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255	4.261.880	5.344.135
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-8	-8	584.504	584.496
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	584.513	584.513
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	-9	-9
5.04.08	Excesso pago em capital	0	0	0	0	-8	-8	0	-8
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	779.644	-1.467	778.177	169.096	947.273
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	779.644	0	779.644	171.343	950.987
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.467	-1.467	-2.247	-3.714
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	0	-2.300	-2.300
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-13	-13	-25	-38
5.05.02.06	Reserva Reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	-1.075	-1.075	53	-1.022
5.05.02.07	Variação de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-379	-379	25	-354
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-2.896	0	-171	1.392	-1.675	-1.135.471	-1.137.146
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	0	0	240	240
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	-511	0	0	0	-511	0	-511
5.06.05	Reserva de remuneração baseada em ações	0	0	0	0	0	0	-1	-1
5.06.06	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	-2.385	0	0	0	-2.385	-235	-2.620
5.06.08	Variação de participação em investimentos e minoritário	0	0	0	0	1.392	1.392	-1.134.414	-1.133.022
5.06.09	Outros efeitos/variações Pl controladas	0	0	0	-171	0	-171	-1.061	-1.232
5.07	Saldos Finais	784.004	1.839	296.522	779.473	-3.089	1.858.749	3.880.009	5.738.758

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	564.541	561	429.250	0	-31.955	962.397	-20.556	941.841
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	564.541	561	429.250	0	-31.955	962.397	-20.556	941.841
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.069	-52.086	-48.017	89.977	41.960
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.069	0	4.069	89.977	94.046
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-52.086	-52.086	0	-52.086
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-52.086	-52.086	0	-52.086
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-198	0	0	0	-198	0	-198
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-198	0	0	0	-198	0	-198
5.07	Saldos Finais	564.541	363	429.250	4.069	-84.041	914.182	69.421	983.603

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	1.900.637	2.408.504
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.722.544	2.413.310
7.01.02	Outras Receitas	221.517	61.036
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-43.424	-65.842
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-615.097	-861.625
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-204.978	-313.145
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-343.091	-460.925
7.02.04	Outros	-67.028	-87.555
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.285.540	1.546.879
7.04	Retenções	533.620	-443.874
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-247.921	-349.495
7.04.02	Outras	781.541	-94.379
7.04.02.01	Ganho (perda) de capital na porcentagem de participações	881.223	0
7.04.02.02	Provisões	-80.040	-77.878
7.04.02.03	Outras despesas	-19.642	-16.501
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.819.160	1.103.005
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	87.252	116.544
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.926	0
7.06.02	Receitas Financeiras	95.178	116.544
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.906.412	1.219.549
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.906.412	1.219.549
7.08.01	Pessoal	184.780	184.811
7.08.01.01	Remuneração Direta	121.636	112.941
7.08.01.02	Benefícios	41.066	46.713
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.002	10.438
7.08.01.04	Outros	12.076	14.719
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	445.007	621.911
7.08.02.01	Federais	90.275	102.905
7.08.02.02	Estaduais	342.833	511.153
7.08.02.03	Municipais	11.899	7.853
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	325.638	318.781
7.08.03.01	Juros	254.100	234.086
7.08.03.02	Aluguéis	68.791	84.419
7.08.03.03	Outras	2.747	276
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	950.987	94.046
7.08.04.02	Dividendos	0	4.069
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	779.644	0
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	171.343	89.977

A Companhia é uma holding e seu resultado provém basicamente do resultado da equivalência patrimonial nas investidas Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. e La Fonte Telecom S.A.

As controladas são companhias abertas e remetem regularmente à CVM seus relatórios trimestrais e o desempenho de suas operações.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Jereissati Participações S.A. (“Jereissati” ou “Companhia”) é uma companhia aberta nacional, com ações negociadas em bolsa de valores, e tem por objetivo a participação societária em outras empresas e a prestação de serviços de assessoria e consultoria econômica, financeira e tributária. A Companhia é sediada no Brasil, na cidade de São Paulo, no bairro Jardim Paulistano, na Rua Angelina Maffei Vita, 200 – 9º andar parte. A Companhia é uma holding controlada pela Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. S.A., que em 31 de março de 2011 detêm 30,64% do capital votante e 29,33% do capital total da Companhia.

A controlada Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“Iguatemi”) com sede em São Paulo – SP, negocia suas ações na BM&F Bovespa – IGTA3, e tem por objetivo a exploração comercial e o planejamento de shopping centers, a prestação de serviços de administração de shopping centers regionais e de complexos imobiliários de uso misto, a compra e venda de imóveis, a exploração de estacionamentos rotativos, a intermediação na locação de espaços promocionais, a elaboração de estudos, projetos e planejamento em promoção e merchandising, o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social e a participação em outras companhias como sócia, cotista, acionista ou associada por qualquer outra forma permitida por lei.

Os empreendimentos (“shopping centers”) são constituídos em sua maioria sob a forma de condomínio de edificação, não possuindo personalidade jurídica. Suas operações são registradas pela controlada Iguatemi, em seus livros contábeis, na proporção da participação que as empresas possuem em cada empreendimento. A Iguatemi e suas controladas são detentoras de uma fração ideal (“participação”) de determinados empreendimentos imobiliários, em sua grande maioria shopping centers, localizados nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País.

A controlada Jereissati Telecom S.A., anteriormente denominada La Fonte Telecom (“La Fonte Telecom”) é uma companhia aberta nacional, com sede em São Paulo, e com ações negociadas em bolsa de valores, e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, a critério do Conselho de Administração, a exploração comercial e o planejamento de shopping centers e empreendimentos de uso misto, a compra e venda de imóveis, a fabricação e a comercialização de ferragens e o exercício de outras atividades industriais e comerciais de produtos conexos, bem como a importação e a exportação. A La Fonte Telecom possui participação direta no capital social da EDSP75 Participações S.A. (“EDSP75”) e da Infinity Trading Limited. ("Infinity") e participação direta e indireta da Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”).

A controlada EDSP75 é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, e tem por objeto social específico a participação no capital social da LF Tel S.A. (“LF Tel”), da Telemar Participações S.A. (“Telemar”); da Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”), da Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”), da CTX Participação S.A. (“CTX”), da Contax Participações S.A. (“Contax Participações”) e das sociedades por elas controladas.

Atualmente a EDSP75 possui participação integral no capital social da LF Tel, companhia aberta nacional, com sede em São Paulo. A LF Tel tem por objeto social específico a participação no capital social da Telemar Participações S.A., da Tele Norte Leste Participações S.A., da Telemar Norte Leste S.A., da CTX Participações S.A., da Contax Participações S.A. e das sociedades por elas controladas.

Notas Explicativas

A Infinity, subsidiária integral da La Fonte Telecom, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, foi constituída em 1996, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à sua controladora.

Os valores originários das demonstrações financeiras da controlada em conjunto indireta EDSP75 e consequentemente da sua controlada direta LF Tel e as suas controladas em conjunto direta e indireta, que são a Telemar, Privatinvest Participações S.A., CTX, TNL e TMAR, para fins de demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas, foram proporcionalizados à participação detida pela Companhia nestas controladas em conjunto, exceto se indicados de outra forma. A consolidação do resultado foi elaborada na proporção da respectiva porcentagem de participação de cada período.

A controlada indireta em conjunto Telemar é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem como objeto social a participação direta no capital da TNL, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle, bem como participar em outras sociedades no país e no exterior. Além da participação na TNL, a Telemar possui participação no capital social da TMAR, da Valverde Participações S.A. (“Valverde”) e da Bakarne Investments Ltd. ("Bakarne").

A TNL, controlada indireta em conjunto, é uma sociedade por ações, de capital aberto, e foi constituída em 22 de maio de 1998, pela cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Telebrás”), tendo como principais atividades a participação em outras sociedades e promoção de gestão operacional e financeira de suas empresas controladas, diretas ou indiretas. A TNL é uma holding controlada pela Telemar, que em 31 de março de 2011 detém, das ações em circulação, 18,43% do seu capital total e 46,82% do seu capital votante.

A TNL ainda possui (i) através da subsidiária TMAR, prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de Longa Distância Internacional - LDI em todo o território brasileiro; (ii) através da subsidiária TNL PCS S.A. (“Oi”) prestação de serviço de telefonia móvel nas Regiões I e III; (iii) através da subsidiária Brasil Telecom S.A. (“BrT”) prestação de serviços de telefonia fixa e concessão para o serviço de LDI na Região II; e (iv) através da subsidiária 14 Brasil Telecom Celular S.A. (“BrT Celular”) prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

As vigências dos contratos de concessão e das autorizações acima mencionadas se encontram divulgadas nas Notas 3 (h) e 17.

A Valverde é uma sociedade por ações, subsidiária integral da Telemar, que foi adquirida em 3 de março de 2011, cujo objeto social principal é a participação em outras sociedades.

A Bakarne é uma empresa em fase pré-operacional, subsidiária integral da controlada indireta Telemar, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, constituída em 2003, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à controladora.

A Privatinvest Participações S.A. (“Privatinvest”), controlada indireta em conjunto, foi constituída em 1999 e tem por objeto social a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

A controlada indireta CTX é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital da Contax Participações S.A. (“Contax Participações”) e de outras sociedades, no país ou no exterior, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e

Notas Explicativas

administrativos às empresas sob seu controle. A controlada indireta CTX possui como controlada direta a Contax Participações e como controladas indiretas a Contax S.A. ("Contax"), a TODO Soluções em Tecnologia S.A. ("TODO"), a BRC Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("BRC"), a Ability Comunicação Integral Ltda. ("Ability"), a Contax Sucursal Empresa Extranjeira Argentina ("Contax Argentina") e a Contax Colômbia S.A.S. ("Contax Colombia").

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 31 de março de 2011 e estão de acordo com o IAS – "*International Accounting Standards*" nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia e suas controladas. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Os valores correspondentes ao período findo em 31 de março de 2010, apresentados para fins de comparação, foram ajustados para refletirem as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil em decorrência da aplicação dos CPCs com vigência para 2010.

Estas Informações Financeiras Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, arquivadas em 31 de maio de 2011, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS –"*International Financial Reporting Standards*" e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 31 de dezembro de 2010 as quais estão descritas na nota explicativa 2 das Demonstrações Financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010, exceto pelas descritas abaixo:

a) Reconhecimento de receita – programa de fidelização de clientes ("Oi Pontos")

As controladas indiretas da Companhia, BrT Celular e Oi, implementaram um programa de fidelização de clientes ("Oi Pontos"), no qual os clientes acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, por eventos disponíveis no "experiências Oi" e/ou transferidos ao Programa Multiplus Fidelidade (parceiro das referidas controladas) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento nos postos de combustíveis da rede Ipiranga, entre outros.

As controladas indiretas da Companhia contabilizam os pontos concedidos no programa como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados e/ou estes expiram (prazo de 24 meses). O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos

Notas Explicativas

que foram resgatados em troca de prêmios, em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente neste trimestre.

b) Hedge Accounting

A partir de 1 de janeiro de 2011, a controlada indireta da Companhia, TMAR, passou a adotar o uso da contabilidade de "*hedge*" para os instrumentos financeiros derivativos. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de "*hedge*" são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária ("*dollar offset*").

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de "*hedge*" são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de "*hedge*" os instrumentos financeiros derivativos classificados como "*hedge*" de fluxo de caixa.

A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada "Outros resultados abrangentes", líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de "*hedge*" são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem.

Será terminada a relação de "*hedge*" e a designação removida quando:

(i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a controlada indireta TMAR remover voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de "*hedge*" continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do período no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de "*hedge*" são apropriadas.

(ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período no qual a designação for desfeita.

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela controlada indireta TMAR no trimestre, estão descritas na Nota 3.

2.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia e suas controladas baseia-se em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na

Notas Explicativas

mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas na nota explicativa 2 das Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, além daquela mencionada na Nota 23, com relação às contingências trabalhistas.

2.3. Outras alterações ocorridas no período

La Fonte Telecom

Aquisição da companhia EDSP75 e operação com a Portugal Telecom, SGPS ("PT")

Em dezembro de 2010, a controlada La Fonte Telecom passou a deter participação integral do capital social de sua controlada LF Tel. Nesta mesma data, adquiriu a companhia EDSP75.

Em janeiro de 2011, a EDSP75 emitiu 133.938.273 (cento e trinta e três milhões, novecentos e trinta e oito mil e duzentas e setenta e três) novas ações ordinárias, sendo totalmente subscritas pela La Fonte Telecom, através de conferência de bens, aumentando o capital social da EDSP75 em R$ 58,9 milhões. Os bens utilizados na integralização do capital social da EDSP75 foram os investimentos anteriormente detidos pela La Fonte Telecom em sua subsidiária integral LF Tel, descontados sua dívida com a Companhia.

Em março de 2011, a EDSP75 emitiu 291.226.681 novas ações ordinárias, tendo sido totalmente integralizadas pela Bratel Brasil S.A. ("Bratel"), subsidiária integral da PT, pelo preço de emissão de R$ 4,70423923 (quatro reais e fração), totalizando R$ 1.370 milhões, sendo R$ 26 milhões destinado a conta de capital e R$ 1.344 milhões destinado à conta de reserva de capital, em ágio na subscrição de ações. Nesta data o capital social da EDSP75 passou a ser R$ 85 milhões. Com a integralização pela Bratel, das 291.226.681 novas ações ordinárias do capital da EDSP75 correspondendo a 30,31% do seu capital social, a La Fonte Telecom que antes detinha participação integral no capital social da EDSP75 passou a deter 69,69% de participação.

Nesta mesma data, através do Instrumento Particular de Compra e Venda, a La Fonte Telecom alienou para a Bratel, 45.096.035 ações ordinárias de emissão da EDSP75, correspondendo a 4,69% do seu capital social, no montante de R$ 212 milhões. Com a aquisição pela Bratel, das 45.096.035 ações ordinárias do capital da EDSP75 representando 4,69% do seu capital social, a La Fonte Telecom que antes detinha 69,69% de participação passou a deter 65,0%, representado por 624.599.330 ações ordinárias do capital social da EDSP75. A Bratel passou a deter 35,0%, representado por 336.322.716 ações ordinárias do capital social da EDSP75.

Como consequência das transações mencionadas anteriormente, a La Fonte Telecom registrou um ganho no montante de R$ 1.042.095, apresentado como outras receitas operacionais, conforme Nota 6. Esse ganho correspondente à parcela dos ativos não monetários vendida para a Bratel e conforme previsto pela Interpretação correspondente ao SIC 13, foi reconhecido no resultado do período pela La Fonte Telecom, por esta passar a ter controle compartilhado da EDSP75. Conforme Acordo de acionistas firmado entre a La Fonte Telecom e a Bratel, as decisões financeiras e operacionais serão tomadas em conjunto entre os acionistas da EDSP75.

Adicionalmente, dos recursos obtidos pela EDSP75 com a integralização de capital pela Bratel, no montante de R$1.370 milhões, a EDSP75 reinvestiu R$820 milhões na controlada indireta LF Tel,

Notas Explicativas

através da subscrição de 255.235.728 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e vinte e oito) novas ações ordinárias, emitidas pela LF Tel.

Nesta mesma data, a controlada indireta LF Tel reinvestiu o montante de R$820 milhões conforme descrito baixo:

- a LF Tel subscreveu 11.240.386 ações preferenciais de emissão da controlada em conjunto TMAR correspondente a 3,2670% do seu capital social, pelo preço de R$570 milhões, passando a deter participação direta no capital social daquela controlada;
- a LF Tel subscreveu 36.784.491 ações de emissão da controlada direta em conjunto Telemar correspondente a 0,02% do seu capital social, pelo preço de R$150 milhões;
- a LF Tel, através do contrato de compra e venda celebrado com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS e Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, adquiriu 431.999.634 ações ordinárias de emissão de sua controlada direta em conjunto CTX, por R$100 milhões passando a deter 36,80% de participação direta no capital social daquela controlada;

Adicionalmente, em julho de 2011, foi realizada Assembleia Geral de acionistas da controlada indireta CTX, em que foi aprovado o aumento de capital da CTX, no valor de R$37.711, mediante a emissão de 162.913.541 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscrito pela Portugal Telecom e pela Fundação Atlântico de Seguridade Social. Após esta subscrição, a participação da controlada indireta LF Tel foi diluída, passando de 36,80% para 34,96% do capital da controlada indireta CTX.

As transações descritas anteriormente foram efetuadas unicamente com objetivo de implementar a estratégia da controlada direta Jereissati Telecom de alienar participação acionária na operação da Telemar e suas controladas (“Grupo de Telecomunicações”) e da CTX à Portugal Telecom, permitindo que este tivesse uma participação direta e indireta nas operações do Grupo de Telecomunicações e da CTX de aproximadamente 22% e 20%, respectivamente. Como parte desta estratégia, a LF Tel foi utilizada unicamente como um veículo no acordo global firmado entre os seus acionistas. Em decorrência do acordo mencionado anteriormente, de forma global, incluindo alienação e aquisição de participações por meio das diversas entidades sob seu controle, a controlada direta Jereissati Telecom alienou participação indireta de 6,75%, 0,65% e 0,10% da Telemar, da TMAR e da CTX, respectivamente.

Como parte do acordo mencionado anteriormente, a Portugal Telecom aportou recursos nas operações do Grupo de Telecomunicações e CTX, para redução do endividamento e ampliação de seus investimentos. Desta forma, a controlada indireta LF Tel recebeu recursos da Portugal Telecom como aumento de capital, que foi utilizado para: (i) efetuar o aporte de capital na Telemar e TMAR, o que ocasionou a diluição de participação acionária dos demais acionistas que optaram em não efetuar a subscrição de capital; e (ii) acréscimo da participação acionária no capital social da CTX, através dos eventos mencionados anteriormente.

No entendimento de sua Administração o acréscimo de participação ocasionado pela aquisição ou diluição na participação dos demais acionistas, não é considerado em essência como aquisição adicional de participação acionária na Telemar, TMAR e na CTX. Desta forma, a diferença entre os valores pagos ou aportados no capital social da Telemar, TMAR e CTX e o seu patrimônio liquido foram registrados pela controlada direta Jereissati Telecom no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2011 no montante de R$ R$25.004. O efeito no resultado da Companhia é de R$19.846 na Controladora e R$25.004 no Consolidado.

Notas Explicativas

Grupo de Telecomunicações

Em 29 de setembro de 2010, a controlada indireta Oi assinou Acordo de Parceria Comercial com o Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") e Acordo de Investimentos Cielo S.A. ("Cielo").

O contrato celebrado entre TMAR, BrT, Oi, BrT Celular, Paggo Administradora, Way TV e o Banco do Brasil tem como objetivo estabelecer parceria negocial para emissão de cartões de crédito "co-branded" e pré-pagos, além de outros meios de pagamento no formato tradicional ou que utilizem a tecnologia "Mobile Payment" para a base de clientes atual e futura da Oi.

O contrato celebrado entre Oi, Paggo Acquirer, Cielo e CieloPar Participações Ltda. ("CieloPar") estabeleceu a participação da Paggo Acquirer e da CieloPar em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções de Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções").

A Paggo Soluções foi constituída com o objetivo de dedicar-se à condução de atividades de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações comerciais com a tecnologia de "Mobile Payment" originadas ou concluídas em dispositivos de telefonia celular; e promover o credenciamento de lojistas à sua rede de transações originadas em dispositivos de telefonia celular, por meio dos relacionamentos já mantidos pela Cielo e pela Paggo Acquirer em todo território nacional.

Em 28 de fevereiro de 2011, após a autorização do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a Paggo Acquirer e a CieloPar passaram a deter, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções.

Em razão da alteração de participação supramencionada, a controlada indireta TNL deixou de consolidar os ativos e passivos da referida controlada indireta por 100% dos valores e passou a efetuar a consolidação proporcional à sua participação no referido empreendimento controlado em conjunto.

Os saldos do balanço da Paggo Soluções consolidado proporcionalmente pela controlada indireta Telemar e suas controladas em 31 de março de 2011 são como segue[1]:

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	911	Fornecedores	4.101
Contas a receber	4.898	Outras obrigações	510
Outros ativos	642		4.611
	6.451		
Não circulante		Patrimônio líquido	
Intangível	51.545	Capital social	57.178
	51.545	Prejuízos acumulados	(3.793)
			53.385
	57.996		57.996

([1]) valores não proporcionalizados à participação da controlada indireta LF Tel.

Notas Explicativas

Grupo de Contact Center e Cobrança

Integração das atividades da Contax Participações com a Portugal Telecom, SGPS

Em 25 de janeiro de 2011, as administrações da Contax Participações e da Mobitel S.A. ("Mobitel"), entidade controlada pela Portugal Telecom, SGPS, ("Dedic") e sua controlada GPTI Tecnologia da Informação S.A. ("GPTI" ou, em conjunto com a Dedic, "Dedic GPTI"), tendo em vista atuarem no mesmo segmento de negócio, existindo complementaridade entre suas atividades, bases de clientes e serviços ofertados, celebraram Acordo de Incorporação de Ações da Dedic pela Contax Participações, que prevê, sujeito a determinadas condições, a convocação de assembleias gerais das empresas para deliberar sobre a incorporação, pela Contax Participações, das ações de emissão da Dedic, com o consequente aumento de capital da Contax Participações. Em 14 de junho de 2011, o Conselho de Administração da controlada indireta Contax Participações aprovou submeter aos seus acionistas, em assembléia geral extraordinária realizada e aprovada em 1º de julho de 2011, o Instrumento de Justificação e Protocolo de Incorporação de Ações, o qual estabelece os termos e condições da incorporação de ações da Mobitel pela controlada indireta Contax Participações. Os detalhes dessa transação estão descritos na Nota 31.

Contax Colômbia S.A.S

A Contax Colômbia S.A.S foi constituída em 25 de março de 2011, com capital inicial de aproximadamente R$1, na cidade de Bogotá – Colômbia, tem como objeto social a prestação de serviços de teleatendimento em geral, oferecendo serviços integrados de relacionamento entre os clientes e seus consumidores, naquele país.

2.4. Sazonalidade

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não possuem operações sazonais.

2.5. Base de consolidação

Os critérios de consolidação adotados são os mesmos daqueles divulgados na nota 2 (b) das Demonstrações Financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010. A Companhia elaborou suas Informações Trimestrais Consolidadas incluindo suas controladas diretas Iguatemi e La Fonte Telecom (consolidação integral), a qual inclui também as controladas indiretas em conjunto (consolidação proporcional):

	Participação - %		
	Direta	Indireta	Total
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("Iguatemi") (*)	52,9896	0,4823	53,4719
La Fonte Telecom S.A. ("La Fonte Telecom")	79,3700	-	79,3700

(*) Considerando ações em tesouraria

A identificação das controladas indiretas em conjunto, bem como as principais rubricas contábeis das Informações Trimestrais consolidadas estão apresentadas na Nota 15.

Notas Explicativas

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Administração do risco financeiro

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão expostas a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. Determinadas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para protegerem-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria, de acordo com as políticas aprovadas pela administração.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Oi ("Política") aprovada pelo seu Conselho de Administração formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo Oi. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “swaps”, termo de moedas e opções. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, atualmente composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Desenvolvimento de Tecnologia e Estratégia, Diretor de Relacionamento com Clientes, Diretor de Relação com Investidores, Diretor Tributário e Diretor de Tesouraria do Grupo Oi. O Comitê se reúne mensalmente para supervisionar o enquadramento da Política. Bimestralmente, a Diretoria apresenta ao Conselho de Administração relatórios de acompanhamento da Política.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir instrumentos financeiros com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

Notas Explicativas

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos "*Swap e NDF* " foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento dos trimestres. O método utilizado para o cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos adotado para reconhecimento contábil relativos ao prêmio das opções foi o "*Black&Scholes*".

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do trimestre de 31 de março de 2011, multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são semelhantes aos valores contábeis.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

					31/03/2011
		Controladora		Consolidado	
	Mensuração Contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo	334.932	334.932	3.940.226	3.940.226
Aplicações financeiras	Valor justo	-	-	267.792	267.792
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	9.015	9.015
Contas a receber	Custo amortizado	134	134	1.057.229	1.057.229
Debêntures a receber	Custo amortizado	11.555	11.555	11.555	11.555
Ativo financeiro disponível para venda (i)	Valor justo	-	-	86.733	86.733
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	263	263	612.225	612.225
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	Custo amortizado	336.925	336.925	6.366.888	6.345.911
Ações preferenciais resgatáveis (*)	Custo amortizado	-	-	194.477	194.477
Usufruto de ações (*)	Custo amortizado	-	-	52.843	52.843
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	143.192	143.192
Dividendos/JCP	Custo amortizado	13.404	13.404	166.542	166.542
Autorizações e concessões a pagar (**)	Custo amortizado	-	-	348.604	348.604

(*) As debêntures nos montantes apresentados na Nota 19, as ações preferenciais resgatáveis e o usufruto das ações não possuem mercado secundário para estimativa do valor justo.
(**) As autorizações e concessões a pagar não possuem mercado e por isso não percebidos ajustes de valor justo.

					31/12/2010
		Controladora		Consolidado	
	Mensuração Contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					

Notas Explicativas

Caixa e equivalente de caixa	Valor justo	9	9	2.939.084	2.939.084
Aplicações financeiras	Valor justo	-	-	487.769	487.769
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	14.621	14.621
Contas a receber	Custo amortizado	168	168	1.418.201	1.418.201
Debêntures a receber	Custo amortizado	11.371	11.371	11.371	11.371
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	418	418	910.086	910.086
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	Custo amortizado	335.705	335.705	8.355.721	8.331.326
Ações preferenciais resgatáveis (*)	Custo amortizado	-	-	288.563	288.563
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	185.977	185.977
Dividendos/JCP	Custo amortizado	13.404	13.404	231.217	231.217
Autorizações e concessões a pagar (**)	Custo amortizado	-	-	464.686	464.686

(*)As debêntures nos montantes apresentados na Nota 19, as ações preferenciais resgatáveis e o usufruto das ações não possuem mercado secundário para estimativa do valor justo.
(**) As autorizações e concessões a pagar não possuem mercado e por isso não percebidos ajustes de valor justo.

(i) Em 04 de março de 2011, a controlada indireta TMAR deu início ao processo de aquisição de participação termo com o Barclays. Em 30 de março de 2011, o Barclays transferiu à controlada TMAR 26.895.360 ações que representam 3% do capital social da Portugal Telecom. Até 31 de março de 2011 a controlada indireta TMAR havia desembolsado R$ 584.538, (R$ 91.606 valor proporcional a participação da Companhia) somados os custos da transação e impostos.

Dentro do escopo do contrato e sujeito a determinadas condições de mercado, o Barclays poderá entregar ações adicionais para empresa, sem necessidade de novos desembolsos de caixa.

Em razão de até a presente data não se caracterizar influência significativa nem haver evidência desse aspecto e de outros julgados relevantes que poderiam estabelecer uma relação de coligação ou de empreendimento controlado em conjunto, o que ensejaria o registro do investimento por equivalência patrimonial ou consolidação proporcional, respectivamente, a controlada indireta TMAR registrou o investimento conforme requerido pelo CPC 38 na classificação de ativo financeiro disponível para venda.

Em razão do exposto acima, no reconhecimento do ativo financeiro, a controlada indireta TMAR registrou imediatamente a perda no montante de R$ 33.914 (R$ 5.315 valor proporcional a participação da Companhia) referentes aos custos de transação bem como o ganho na variação cambial sobre o referido valor no montante de R$ 2.442 (R$ 383 valor proporcional a participação da Companhia) no resultado do exercício, tendo em vista a evidência de não recuperabilidade desta parcela do valor pago. Assim sendo, a controlada indireta TMAR efetuou o reconhecimento inicial do ativo financeiro pelo valor justo de R$ 553.061 (R$ 86.733 valor proporcional a participação da Companhia).

Em razão do contrato com o Barclays prever a compensação de perdas no valor justo das ações da Portugal Telecom, a TMAR não registrou variações no valor justo do ativo. Até 31 de março de 2011, foi reconhecido ganho de variação cambial sobre o valor do ativo no montante de R$ 383 (R$ 60 valor proporcional a participação da Companhia) em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas à dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho "*nonperformance risk*", incluindo o próprio crédito da companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "*input*" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "*inputs*" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela companhia.

Nível 2 — Os "*inputs*" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "*inputs*" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "*inputs*" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "*inputs*" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "*inputs*" representam as melhores estimativas da administração da companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontado, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia e suas controladas mensuram seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010:

				Controladora
Descrição	**31/03/2011**	**Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)**	**Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)**	**Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)**

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa	334.932	-	334.932	-
Total do ativo	**334.932**	**-**	**334.932**	**-**

Consolidado

Descrição	31/03/2011	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.940.226	-	3.940.226	-
Aplicações financeiras	267.792	-	267.792	-
Instrumentos financeiros derivativos	9.015	-	9.015	-
Ativo financeiro disponível para venda	86.733	86.733	-	-
Total dos ativos	**4.303.766**	**86.733**	**4.217.033**	**-**
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	143.192		143.192	
Total do passivo	**143.192**	**-**	**143.192**	**-**

Controladora

Descrição	31/12/2010	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	9	-
Total do ativo	**9**	**-**	**9**	**-**

Consolidado

Descrição	31/12/2010	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)

Notas Explicativas

Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	2.939.084	-	2.939.084	-
Aplicações financeiras	487.769	-	487.769	-
Instrumentos financeiros derivativos	14.621	-	14.621	-
Total dos ativos	**3.441.474**	**-**	**3.441.474**	**-**
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	185.977	-	185.977	-
Total do passivo	**185.977**	**-**	**185.977**	**-**

Determinação do valor justo

Na avaliação efetuada para fins de determinação do valor justo dos ativos e passivos mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

(b) Risco de taxa de câmbio

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para as controladas indiretas e aplicações em carteira própria.

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos. Os ativos sujeitos a esse risco representam cerca de 6,56% (31/12/2010 – 14,23%) do total das nossas disponibilidades consolidadas que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	Consolidado

Notas Explicativas

	31/03/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil	**Valor Justo**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Ativo				
Equivalentes de caixa	258.209	258.209	396.017	396.017
Aplicações financeiras	17.925	17.925	91.472	91.472

Passivos

Determinadas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 19,7% (31/12/2010 – 20,6%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, a TNL e suas controladas têm contratado operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida em moeda estrangeira e cesta de Moedas do BNDES, aproximadamente 81,3% (31/12/2010 – 91,0%) está coberta por operações de proteção nas modalidades "*swap*" cambial, termo em moeda, opção em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Em 31 de março de 2011 e de 2010, foram registrados no consolidado em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo: (vide Nota 7)

	Consolidado	
	31/03/2011	**31/03/2010**
Ganho/(perda) com "*swap*" cambial	(42.997)	3.487
Operações de termo e opção de moeda	8.401	-
	(34.596)	3.487

No trimestre findo em 31 de março de 2011, a controlada indireta TMAR reconheceu perdas no montante de R$ 24.241 (valor não proporcionalizado) em outros resultados abrangentes referentes à parcela efetiva dos contratos de hedge de proteção de fluxo de caixa de risco cambial designados para fins de contabilidade de *hegde*, e foi apropriado de outros resultados abrangentes ao resultado financeiro perdas no montante de R$ 123.065 (valor não proporcionalizado) referentes à apropriação de saldos de variações nos valores justos referente à parcela efetiva dos derivativos.

Adicionalmente, no mesmo período, a controlada indireta TMAR reconheceu R$ 115 de despesa financeira relacionados à parcela inefetiva dos contratos de *hedge*, trazendo o impacto total em resultado financeiro para R$ 123.180 para o fator de risco câmbio (valores não proporcionalizados).

Notas Explicativas

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

Derivativos Não Designados para Contabilidade de "*Hedge*"							Consolidado
				Valor de referência (nocional)		Valores a (pagar)/ a receber	
	Indexador	Vencimento	Vencimento	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Contratos de "swap crosscurrency" US$/R$ (i)							
Posição ativa	US$ US$ Libor 6M 3,52% a 5,58%	fev/2 a fev/16	fev/2 a fev/16	25.289	729.302	20.455	633.701
Posição passiva	% CDI 85,30%a 110,0%	fev/2 a fev/16	fev/2 a fev/16	(25.289)	(729.302)	(34.738)	(761.745)
Valor líquido						**(14.283)**	**(128.044)**
Contratos de "swap crosscurrency" Iene/R$ (ii)							
Posição ativa	Iene Libor 6M 0,48%	set/17	set/17	38.888	77.581	35.987	71.534
Posição passiva	% CDI 96,25%	set/17	set/17	(38.888)	(77.581)	(38.549)	(92.127)
Valor líquido						**(2.562)**	**(20.594)**
Contratos de "swap crosscurrency" Iene/US$(iii)							
Posição ativa	Iene Libor 6M + 1,25%	jan/11	jan/11		2.281		1.094
Posição passiva	US Libor 6M + 3,59%	jan/11	jan/11		(2.281)		(51)
Valor líquido							**1.043**

Contraparte:
(i) - Citibank, Deutsche, Itaú BBA, Merril Lynch, Santander, e Votorantim.
(ii) - Santander

Derivativos Designados para Contabilidade de "*Hedge*"						Consolidado
						Valor justo
			Valor de referência (nocional)		Valores a (pagar)/ a receber	
	Indexador	vencimento	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Contratos de "swap crosscurrency" US$/R$ (i)						
Posição ativa	US$ US$ Libor 6M 1,50% a 6,05%	set/2011 ago/2019	487.055		414.294	
Posição passiva	% CDI CDI -1,50% a 110,0%	set/2011 ago/2019	(487.055)		(504.876)	
Valor líquido					**(90.583)**	

Contraparte:
(i) - ABN, BNP Paribas, Citibank, Deutsche, HSBC, Itaú BBA, JP Morgan, Merril Lynch, Morgan Stanley, Santander, Standard Bank

Notas Explicativas

A fim de garantir o cumprimento de obrigações financeiras de certas operações de "*swap*", a controlada indireta TMAR pode vir a ter que ceder títulos fiduciariamente às suas contrapartes. No encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2011, a controlada indireta TMAR não possuía garantias depositadas a favor de suas contrapartes.

Contratos de "*cross currency swap*" US$/R$

A controlada indireta TNL e suas controladas contrataram operações de "*swap*" cambial ("*plain vanilla*") para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em dólar. Nestes contratos, a controlada indireta TNL possui posição ativa em dólar acrescida de taxa pré-fixada ou em dólar acrescida de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e posição passiva em percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na variação cambial do dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em dólar.

Contratos de "*cross currency swap*" Iene/R$

A controlada indireta TMAR contratou operação de "swap" cambial ("plain vanilla") para proteger o pagamento de dívida contratada em Iene. Nestes contratos, a controlada indireta TMAR possui posição ativa em Iene acrescida de LIBOR japonesa mais taxa pré-fixada, enquanto a posição passiva é indexada a um percentual do CDI. O risco mais significativo de perda na ponta ativa deste instrumento está, portanto, na variação cambial do Iene, porém esta possível perda seria integralmente compensada pelo fluxo do vencimento da dívida em Iene.

Valores dos instrumentos financeiros derivativos NDF resumidos a seguir:

						Consolidado	
						Valor justo	
				Valor de referência (nocional)		Valores a (pagar)/ a receber	
	Indexador	Forward	Vencimento	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Contratos de "Non Delivery Forward" US$/R$ (NDF) (i)							
Posição ativa	US$	1,6722 a 1,8249	abr/2011 a out/2011	369.332	515.814	(24.965)	(20.426)

Contraparte:
(i) - Barclays, Banco Espirito Santo, BNP Paribas, Bradesco, BTG Pactual, Citibank, Deutsche, HSBC, ITAU BBA, JP Morgan, Merril Lynch, Morgan Stanley, Santander, Votorantim

Contratos de NDF "*Non Deliverable Forward*" US$/R$

A controlada indireta TMAR contratou operações de compra de dólar futuro via instrumentos de NDF "*Non Deliverable Forward*" no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda, em face a sua exposição atual ao Dólar desconsiderando tais contratos. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim suas variações desfavoráveis.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2011, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas com base no Dólar (PTAX de venda) deste período. Para o cenário provável, foi utilizada a mesma taxa de Dólar de 31 de março de 2011. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Descrição	Taxa		Desvalorização
	31/03/2011	31/12/2010	
Cenário Provável			
Dólar	1,6287	1,6662	0%
Iene	0,019610	0,020500	0%
Cesta de Moedas	0,032113	0,032718	0%
Euro	2,3129	2,2280	0%
Cenário Possível			
Dólar	2,0359	2,0828	25%
Iene	0,02451	0,025625	25%
Cesta de Moedas	0,040141	0,040898	25%
Euro	2,8911	2,7850	25%
Cenário Remoto			
Dólar	2,4431	2,4993	50%
Iene	0,02942	0,03075	50%
Cesta de Moedas	0,048170	0,049077	50%
Euro	3,4694	3,3420	50%

Em 31 de março de 2011, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste trimestre e nas taxas de câmbio apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. O impacto das desvalorizações hipotéticas do Real frente a outras moedas pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de desvalorização. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente dos passivos.

O valor justo dos instrumentos passivos sujeitos a risco de taxa de câmbio sofreria os seguintes impactos nos cenários estimados:

Fluxo Futuro de pagamentos:

						Consolidado 31/03/2011
Descrição	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	116.565	226.775	175.314	716.235	1.234.889
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(406.462)	(108.703)	(104.689)	(226.792)	(846.647)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(102.615)	-	-	-	(102.615)

Notas Explicativas

Dívidas em Iene	Alta do Iene	15.981	31.490	30.948	22.853	101.272
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(6.082)	(12.005)	(11.823)	(8.747)	(38.657)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	350	-	-	-	350
Dívidas em Euro	Alta do Euro	6.966	13.932	13.932	285.782	320.612
Caixa em Euro	Queda do Euro	(176.436)	-	-	-	(176.436)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(551.733)**	**151.489**	**103.682**	**789.331**	**492.769**
Cenário Possível						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	145.706	283.469	219.142	895.294	1.543.611
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(508.078)	(135.879)	(130.862)	(283.490)	(1.058.309)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(128.268)	-	-	-	(128.268)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	19.977	39.363	38.685	28.566	126.591
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(7.603)	(15.007)	(14.778)	(10.933)	(48.321)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	438	-	-	-	438
Dívidas em Euro	Alta do Euro	8.708	17.415	17.415	357.227	400.765
Caixa em Euro	Queda do Euro	(220.545)	-	-	-	(220.545)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(689.666)**	**189.362**	**129.603**	**986.663**	**615.961**
Cenário Remoto						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	174.847	340.163	262.971	1.074.352	1.852.333
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(609.693)	(163.055)	(157.034)	(340.188)	(1.269.971)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(153.922)	-	-	-	(153.922)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	23.972	47.235	46.422	34.280	151.909
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(9.123)	(18.008)	(17.734)	(13.120)	(57.985)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	525	-	-	-	525
Dívidas em Euro	Alta do Euro	10.449	20.898	20.898	428.672	480.918
Caixa em Euro	Queda do Euro	(264.654)	-	-	-	(264.654)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(827.599)**	**227.234**	**155.523**	**1.183.996**	**739.154**
Impactos						
Cenário Possível - Cenário Provável		**(137.933)**	**37.872**	**25.921**	**197.333**	**123.192**
Dólar		(98.128)	29.518	17.656	122.361	71.407
Iene		2.475	4.871	4.781	3.527	15.654
Cesta		87	-	-	-	87
Euro		(42.367)	3.483	3.483	71.445	36.044
Cenário Remoto - Cenário Provável		**(275.866)**	**75.745**	**51.841**	**394.665**	**246.385**
Dólar		(196.256)	59.036	35.312	244.721	142.814
Iene		4.950	9.742	9.563	7.053	31.308
Cesta		175	-	-	-	175
Euro		(84.735)	6.966	6.966	142.891	72.088

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos passivos sujeitos a risco de taxa de câmbio sofreria os seguintes impactos nos cenários estimados:

Impacto no valor justo dos instrumentos passivos		**Consolidado**
Descrição	**Risco**	**Saldo em 31/03/2011**
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	953.711
Derivativos(Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(764.546)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(102.615)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	98.173
Derivativos(Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(35.987)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	349
Dívidas em Euro	Alta do Euro	275.913
Caixa em Euro	Queda do Euro	(176.436)
Total vinculado a taxas de câmbio		**248.562**
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.192.139
Derivativos(Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(955.683)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(128.268)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	122.716
Derivativos(Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(44.983)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	436
Dívidas em Euro	Alta do Euro	344.891
Caixa em Euro	Queda do Euro	(220.545)
Total vinculado a taxas de câmbio		**310.702**
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.430.567
Derivativos(Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.146.819)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(153.922)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	147.259
Derivativos(Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(53.980)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	523
Dívidas em Euro	Alta do Euro	413.869
Caixa em Euro	Queda do Euro	(264.654)
Total vinculado a taxas de câmbio		**372.843**
Impactos		
Cenário Possível - Cenário Provável		**62.140**
Dólar		21.637
Iene		15.546
Cesta		87
Euro		24.869
Cenário Remoto - Cenário Provável		**124.281**

Notas Explicativas

Dólar	43.275
Iene	31.093
Cesta	174
Euro	49.738

Impacto no valor justo dos instrumentos passivos		Consolidado
Descrição	**Risco**	**Saldo em 31/12/2010**
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.273.314
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.096.804)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(148.364)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	172.682
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(72.627)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	2.179
Dívidas em Euro	Alta do Euro	365.989
Caixa em Euro	Queda do Euro	(359.684)
Total vinculado a taxas de câmbio		**136.685**
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.591.642
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.371.004)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(185.455)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	215.852
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(90.784)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	2.723
Dívidas em Euro	Alta do Euro	457.486
Caixa em Euro	Queda do Euro	(449.605)
Total vinculado a taxas de câmbio		**170.855**
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.909.970
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.645.205)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(222.546)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	259.023
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(108.941)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	3.268
Dívidas em Euro	Alta do Euro	548.983
Caixa em Euro	Queda do Euro	(539.526)
Total vinculado a taxas de câmbio		**205.026**
Impactos		
Cenário Possível - Cenário Provável		**34.170**
Dólar		7.036

Notas Explicativas

Iene	25.013
Cesta	545
Euro	1.576
Cenário Remoto - Cenário Provável	**68.341**
Dólar	14.073
Iene	50.027
Cesta	1.089
Euro	3.152

(c) Risco de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para a Companhia e suas controladas, aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados) emitidos por instituições financeiras de primeira linha, LFT's – Letras Financeiras do Tesouro, operações compromissadas, entre outras.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

				Consolidado
		31/03/2011		**31/12/2010**
	Valor Contábil	**Valor Justo**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Ativo				
Equivalentes de caixa	3.545.309	3.545.309	2.416.258	2.416.258
Aplicações financeiras	249.867	249.867	396.297	396.297

Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, IPCA ou no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais. Determinadas controladas, possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros LIBOR, no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América, LIBOR japonesa no caso de parte da dívida expressa em Iene japonesa e das taxas de juros variáveis do BNDES no caso da dívida expressa em Cesta de Moedas do BNDES. De forma a reduzir a exposição à taxa LIBOR, determinadas controladas possuem operações de "*swap*" que alteram as taxas de LIBOR para taxas fixas e CDI mais "*spread*" para percentual do CDI.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011, aproximadamente 76,7% (31/12/2010 – 78,4%) da dívida contratada consolidada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 81,2% (31/12/2010 – 83,1%) estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento consolidado após operações de "*hedge*" é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de "*hedge*". Porém, como o caixa da controladas está aplicado principalmente em títulos atrelados a variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material.

Em 31 de março de 2011 e de 2010, no consolidado foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo: (vide Nota 7)

	Consolidado	
	31/03/2011	**31/03/2010**
Ganho/(perda) com "*swap*" taxa de juros	(4.659)	583
	(4.659)	583

No trimestre findo em 31 de março de 2011, a controlada indireta TMAR reconheceu ganhos no montante de R$ 1.537 (valor não proporcionalizado) em outros resultados abrangentes referentes à parcela efetiva dos contratos de *hedge* de proteção de fluxo de caixa de taxas de juros designados para fins de contabilidade de *hedge*, e foi apropriado de outros resultados abrangentes ao resultado financeiro perdas no montante de R$ 1.058 (valor não proporcionalizado) referentes à apropriação de saldos de variações nos valores justos referente à parcela efetiva dos derivativos. Adicionalmente, no mesmo período, a controlada indireta TMAR reconheceu R$ 2 (valor não proporcionalizado) de receita financeira relacionados à parcela inefetiva dos contratos de *hedge*, trazendo o impacto total em receita financeira para R$1.056 (valor não proporcionalizado) para o fator de risco de juros.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

Derivativos Não Designados para Contabilidade de "*Hedge*"						**Consolidado**
						Valor Justo
			Valor de referência (nocional)		**Valores a (pagar)/ a receber**	
	Indexador	**Vencimento**	**31/03/2011**	**31/12/2010**	**31/03/2011**	**31/12/2010**
Contratos de "swap" taxaUS$ LIBOR/Pré (i)						
Posição ativa	US$ Libor 6M2,50%	fev/16	17.356	94.619	17.777	94.049
Posição passiva	US$ 5,04%	fev/16	(17.356)	(94.619)	(18.280)	(97.544)
Valor líquido					**(503)**	**(3.495)**
Contratos de "swap" taxa CDI+ "*spread*"/CDI (i)						
Posição ativa	CDI 0,55%	mar/13	42.313	59.010	43.113	61.758
Posição passiva	% CDI 103,80%	mar/13	(42.313)	(59.010)	(43.038)	(61.597)
Valor líquido					**75**	**160**

Notas Explicativas

Contraparte:
(i) - Citibank

	Derivativos Designados para Contabilidade de "*Hedge*"					Consolidado
			Valor de referência (nocional)		Valor justo	
	Indexador	**Vencimento**	**31/03/2011**	**31/12/2010**	**31/03/2011**	**31/12/2010**
Contratos de "*swap*" taxa US$ LIBOR/Pré (i)						
Posição ativa	US$ Libor 6M 0,80%	fev/2012 a jul/2015	40.506		39.508	
Posição passiva	US$ 3,62% a 4,04%	fev/2012 a jul/2015	(40.506)		(40.863)	
Valor líquido					**(1.355)**	

Contraparte:
(i) - Citibank S.A., NY (Goldman Sachs) e Itaú.

Contratos de "*swap*" taxa US$ LIBOR/Pré

A controlada TNL e suas controladas contrataram operações de "*swap*" de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a controlada TNL possui posição ativa em LIBOR de Dólar e posição passiva em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

Contratos de "*swap*" taxa CDI+"*Spread*"/CDI

A controlada TMAR, contratou operação de "*swap*" de taxas de juros para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em Reais com taxa do CDI mais "*spread*". Neste contrato, a controlada TNL possui posição ativa em CDI mais "*spread*" e posição passiva em percentual do CDI.

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

Companhia

A Companhia possui empréstimo junto ao Banco Bradesco com custo financeiro de 109,8% a.a. CDI, estimando seus custos financeiros com base nos cenários de variações da taxa CDI, utilizando os percentuais de 25% e 50% para os cenários possível e remoto, respectivamente, conforme abaixo:

	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	R$ Mil	CDI	R$ Mil	CDI	R$ Mil	CDI
Custo financeiro estimado para 2011	32.151	11,66%	40.203	14,58%	48.227	17,49%

Notas Explicativas

LF Tel

A controlada indireta LF Tel possui debêntures com custo financeiro de IPCA + 5% a.a. A controlada indireta LF Tel estimou cenários de variações da taxa IPCA, utilizando os percentuais de 25% e 50% para os cenários possível e remoto, respectivamente, conforme abaixo (valores não proporcionalizados):

	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	R$ Mil	IPCA	R$ Mil	IPCA	R$ Mil	IPCA
Custo financeiro estimado para 2011	107.932	6,30%	135.001	7,88%	161.898	9,45%

Grupo de Telecomunicações

A TNL e suas controladas consideram que o risco de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado à TJLP, à LIBOR (USD e JPY) e principalmente ao CDI. Sendo assim, o risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2011, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP, IPCA e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes neste período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenários de Taxas de juros											
								31/03/2011			
Cenário provável				Cenário possível				Cenário remoto			
CDI	TJLP	IPCA	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IPCA	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IPCA	USD LIBOR 6M
11,66%	6,00%	6,30%	0,46%	14,58%	7,50%	7,88%	0,57%	17,49%	9,00%	9,45%	0,69%

Cenários de Taxas de juros											
								31/12/2010			
Cenário provável				Cenário possível				Cenário remoto			
CDI	TJLP	IPCA	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IPCA	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IPCA	USD LIBOR 6M
10,64%	6,00%	5,91%	0,46%	13,30%	7,50%	7,39%	0,57%	15,96%	9,00%	8,87%	0,68%

Em 31 de março de 2011, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP e à LIBOR (USD) com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

Notas Explicativas

O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação.

Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da das controladas inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

O quadro a seguir mostra o fluxo futuro de pagamento de juros por período:

						Consolidado
Descrição	**Risco Individual**	**Até 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**De 3 a 5 anos**	**Maiores que 5 anos**	**Total**
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	16.298	35.978	39.963	55.537	147.776
Dívida em CDI	Alta do CDI	202.182	283.346	85.448	31.059	602.035
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	62.379	98.477	82.905	70.918	314.679
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	79.866	98.980	40.127	19.355	238.327
Dívidas em U$ LIBOR	Alta da U$ LIBOR	6.751	10.201	6.121	2.754	25.828
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da U$ LIBOR	(4.659)	(6.911)	(4.002)	(1.593)	(17.165)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta do IENE LIBOR	883	1.294	751	206	3.133
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(297)	(436)	(253)	(69)	(1.056)
Total vinculado a taxa de juros		**363.403**	**520.929**	**251.060**	**178.166**	**1.313.557**
Cenário Possível						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	16.453	38.227	45.185	66.790	166.655
Dívida em CDI	Alta do CDI	232.377	345.439	104.094	37.973	719.883
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	71.055	121.186	102.912	88.126	383.279
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	81.801	113.447	50.753	34.809	280.809
Dívidas em U$ LIBOR	Alta da U$ LIBOR	6.890	10.637	6.384	2.884	26.795
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da U$ LIBOR	(4.754)	(7.203)	(4.171)	(1.668)	(17.796)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta do IENE LIBOR	922	1.419	824	226	3.392
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(311)	(478)	(278)	(76)	(1.142)
Total vinculado a taxa de juros		**404.434**	**622.675**	**305.703**	**229.064**	**1.561.875**
Cenário Remoto						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	16.606	40.493	50.594	78.846	186.539

Notas Explicativas

Dívida em CDI	Alta do CDI	262.080	406.637	122.496	44.848	836.059
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	79.610	143.698	123.092	105.101	451.499
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	83.727	128.153	61.829	51.494	325.202
Dívidas em U$ LIBOR	Alta da U$ LIBOR	7.029	11.072	6.647	3.014	27.762
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da U$ LIBOR	(4.849)	(7.495)	(4.340)	(1.744)	(18.427)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta do IENE LIBOR	962	1.545	897	246	3.650
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(324)	(520)	(302)	(83)	(1.228)
Total vinculado a taxa de juros		**444.841**	**723.582**	**360.913**	**281.721**	**1.811.057**
Impactos						
Cenário Possível - Cenário Provável		**41.031**	**101.746**	**54.643**	**50.898**	**248.318**
IPCA		155	2.249	5.222	11.253	18.880
CDI		38.871	84.802	38.653	24.122	186.448
TJLP		1.935	14.468	10.626	15.454	42.482
U$ LIBOR		44	143	94	55	336
IENE LIBOR		26	84	49	13	172
Cenário Remoto - Cenário Provável		**81.438**	**202.653**	**109.853**	**103.555**	**497.499**
IPCA		308	4.515	10.632	23.309	38.764
CDI		77.128	168.511	77.234	47.971	370.845
TJLP		3.861	29.173	21.702	32.139	86.875
U$ LIBOR		88	287	188	110	672
IENE LIBOR		53	167	97	27	344

No encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2011, não havia fluxos de pagamentos vinculados a TJLP ou US LIBOR na Telemar e TNL.

Grupo de Contact Center e Cobrança

A CTX e suas controladas mantêm parte substancial da sua dívida e de seu caixa e equivalentes de caixa indexadas à variação do CDI. Em 31 de março de 2011, no consolidado, a dívida líquida representada pelo valor do caixa e equivalentes de caixa, líquido de empréstimos e financiamentos e arrendamentos mercantis, era de R$ 25.093. A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 13 de maio de 2011, indicavam uma taxa mediana (Top 5) efetiva da Selic estimada em 12,25%, cenário provável para o ano de 2011, ante a taxa efetiva de 11,67% verificada em 31 de março de 2011. Adicionalmente, a CTX e suas controladas efetuaram testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa em 25% ou 50% superiores ao cenário provável, conforme quadro abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I deterioração de 25%	Cenário II deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de março de 2011	11,67%	11,67%	11,67%

Notas Explicativas

Dívida líquida (i)	25.093	25.093	25.093
Taxa anual estimada do CDI	12,25%	15,31%	18,38%
Efeito anual do caixa líquido:			
Redução	-	-	-
Aumento	146	914	1.684

(i) A dívida líquida considera o montante de R$ 101.869 relativo à caixa e equivalentes de caixa e R$126.443 relativos a empréstimos e financiamentos e R$ 519 relativos a arrendamentos mercantis.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro do Grupo de Contact Center e Cobrança com base nos pagamentos contratuais não descontados:

				31/03/2011
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Empréstimos (excluindo arrendamento mercantil)	24.347	54.503	72.744	-
Arrendamento mercantil	519	-	-	-
Empréstimos e outros a pagar	14.129	-	-	-

				31/12/2010
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Empréstimos (excluindo arrendamento mercantil)	27.213	52.295	49.369	6.193
Arrendamento mercantil	495	-	-	-
Empréstimos e outros a pagar	13.481	-	-	-

(d) Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes do Grupo de Telecomunicações e da Iguatemi e suas controladas não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

O risco de crédito em relação às contas a receber do Grupo de Contact Center e Cobrança é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das empresas para as quais é prestado os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. Sempre que necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos.

A Iguatemi e suas controladas consideram para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses de custo ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção multiplicado por 12), as garantias aceitas (imóvel, carta fiança, seguro, etc.), a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas

Notas Explicativas

envolvidas na locação (sócios; fiadores; caucionantes) a utilização da empresa SERASA como referência para consultas.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os ratings publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

(e) Risco de liquidez

Os fluxos de caixa gerados a partir das operações e financiamentos com terceiros são utilizados para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, pagar dividendos, dívidas e investir em novos negócios.

(f) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Telemar e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

Os riscos de vencimento antecipado decorrentes do não cumprimento dos *covenants* financeiros atrelados as dívidas da Telemar e suas controladas estão detalhados na Nota 19, na seção "*Covenants*".

(g) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25 / IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 23.

(h) Risco de aspecto regulatório

Os riscos de aspecto regulatório dizem respeito à atividade do STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado, que representa o segmento mais expressivo exercido pelas controladas indiretas TMAR e BrT.

Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da TMAR e BrT.

Contratos de concessão

Notas Explicativas

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela TMAR e BrT junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:

(i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, cujo primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;

A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais para as controladas deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Atualmente estão em discussão com a ANATEL as metas que serão imputadas para o período 2011 a 2015, cuja implementação deverá ocorrer a partir de maio de 2011. Essas metas deverão incorporar uma expansão na oferta de telefonia em áreas rurais e uma nova definição para o AICE – Acesso Individual Classe Especial, destinada exclusivamente aos usuários integrantes do cadastro de programas sociais do Governo Federal.

(ii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;

(iii) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;

(iv) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis; e

(v) A criação de conselho de usuários em cada concessão.

As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, que deve ser desenvolvido a partir de 2011, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação, com provável aplicação a partir de 2013.

(i) Gestão de capital

A Companhia e suas controladas administram sua estrutura de capital, a qual consiste em relação entre o endividamento financeiro e o capital próprio.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado da empresa, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia e suas controladas poderão alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Notas Explicativas

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital da Companhia e suas controladas são: Dívida Bruta sobre o *EBITDA* (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos e contribuições, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA* e índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA..... entre 2x e 3x
Dívida Líquida/EBITDA ..... entre 1,4 x e 2x
Índice de cobertura de juros (*) ..... maior que 4
(*) Mede a capacidade da Companhia e suas controladas em cobrir suas obrigações futuras de juros.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Consolidado	
	31/03/2011	**31/03/2010**
Receita bruta de vendas e/ ou serviços	1.881.768	2.665.099
Deduções da receita bruta		
Tributos	(415.474)	(689.499)
Outras deduções	(226.213)	(219.348)
	(641.687)	(908.847)
Receita de vendas e/ ou serviços	1.240.081	1.756.252

5. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelas normas internacionais, apresenta, a seguir, o detalhamento das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
Despesas por natureza	**31/03/2011**	**31/03/2010**	**31/03/2011**	**31/03/2010**
Depreciação e amortização	-	-	(247.921)	(349.495)
Interconexão	-	-	(185.730)	(295.918)
Serviços de terceiros	(254)	(132)	(148.845)	(205.083)
Serviço de manutenção da rede	-	-	(72.196)	(115.872)
Pessoal	(1.394)	(938)	(191.889)	(182.975)
Aluguéis e seguros	-	-	(68.707)	(84.287)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(42.666)	(66.641)
Fistel	-	-	(30.674)	(34.718)
Publicidade e propaganda	-	-	(21.638)	(27.723)
Materiais	-	-	(5.887)	(16.848)
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão – ANATEL	-	-	(5.923)	(8.645)

Notas Explicativas

Custos de aparelhos e outros	-	-	(6.417)	(12.858)
Outros custos e despesas	(1.378)	(2.304)	(23.230)	(27.584)
	(3.026)	(3.374)	(1.051.721)	(1.428.647)

	Controladora		Consolidado	
Classificadas como:	**31/03/2011**	**31/03/2010**	**31/03/2011**	**31/03/2010**
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(456)	(324)	(783.200)	(1.033.732)
Comercialização de serviços	-	-	(153.755)	(224.827)
Gerais e administrativas	(2.570)	(3.050)	(114.766)	(170.088)
	(3.026)	(3.374)	(1.051.721)	(1.428.647)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais	Consolidado	
	31/03/2011	**31/03/2010**
Aluguéis de infra-estrutura	14.754	16.600
Despesas recuperadas	4.409	6.471
Multas cobradas sobre contas vencidas	9.395	14.385
Serviços técnicos administrativos	4.719	6.527
Resultado na alienação de ativo permanente (*)	1.067.775	5.761
Provisões/reversões para perdas em processos judiciais	818	659
Outras receitas	3.836	2.990
	1.105.706	53.393

(*) Representado substancialmente pela transação mencionada na Nota 2.3

Outras despesas operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	**31/03/2010**	**31/03/2011**	**31/03/2010**
Tributos	-	-	(42.365)	(49.372)
Provisões para fundos de pensão	-	-	(284)	(681)
Despesas com cobrança	-	-	(2.452)	(3.444)
Provisões/reversões para perdas em processos judiciais	-	-	375.228	(53.199)
Participação dos empregados no resultado	(173)	(80)	(8.958)	(12.972)
Perda na alienação de ativo permanente	-	-	(4.559)	(4.387)
Remunerações baseadas em ações	-	-	(619)	(1.690)
Descontos concedidos	-	-	(2.159)	(2.777)
Despesas com multas	-	-	(6.869)	(834)
Outras despesas	-	-	(428.610)	(4.287)
	(173)	(80)	(121.647)	(133.643)

Notas Explicativas

7. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Rendimentos de aplicações financeiras	1	-	59.162	55.437
Juros e variações monetárias sobre outros ativos (i)	725	65	8.512	40.512
Descontos financeiros obtidos	-	-	4.456	1.875
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de empresas ligadas	3.529	1.895	4.390	3.821
Juros sobre debêntures	9.796	5.564	-	-
Variações cambiais sobre aplicações no exterior	-	-	7.333	4.446
Outros	-	-	399	2.379
	14.051	7.524	84.252	108.470

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(8.181)	(5.828)	(85.799)	(110.619)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	-	-	(39.244)	3.202
Juros e variações monetárias sobre outros passivos (ii)	(1.360)	(15)	(68.801)	(20.547)
Atualização monetária de provisões para perdas em processos judiciais	-	-	(35.662)	(27.308)
Juros sobre debêntures	-	-	(47.750)	(59.313)
IRRF, IOF e PIS/COFINS sobre operações financeiras e encargos bancários	(58)	(172)	(13.905)	(12.285)
Juros e comissões sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas	-	-	(238)	(1.165)
Refinanciamento fiscal	-	-	(12.949)	(5.410)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	-	-	16.659	(18.682)
Atualização monetária e dividendos fixos sobre ações preferenciais resgatáveis	-	-	(6.653)	(8.666)
Juros sobre usufruto de ações	-	-	(19)	-
Outros	(554)	(7)	(9.154)	(5.519)
	(10.153)	(6.022)	(303.515)	(266.312)
	3.898	1.502	(219.263)	(157.842)

No trimestre findo em 31 de março de 2011 a controlada indireta BrT revisou o cálculo da estimativa de atualização monetária sobre depósitos judiciais, resultando em uma reversão de receita, na conta “Juros e variações monetárias sobre outros ativos”, referente à atualização monetária no montante de R$ 31 milhões (incluído no item (i) na tabela). Em 31 de março de 2011, os depósitos judiciais são no montante de R$ 1.402.663, no consolidado.

Adicionalmente de acordo com a Nota 22, em razão da revisão da avaliação da probabilidade de perdas em disputas judiciais relacionadas a tributos incluídos em programas de refinanciamento, a controlada indireta TMAR reconheceu em “Juros e variações monetárias sobre outros ativos”, a receita no montante de R$ 15 milhões (incluído no item (i) na tabela) e em “Juros e variações monetárias sobre outros passivos”, a despesa no montante de R$ 50 milhões (incluído no item (ii) na tabela).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Notas Explicativas

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes**:**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	**31/03/2010**	**31/03/2011**	**31/03/2010**
Tributos correntes	(303)	-	(70.068)	(42.947)
Tributos diferidos	-	-	75.825	47.480
Total	(303)	-	5.757	4.533

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	**31/03/2010**	**31/03/2011**	**31/03/2010**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**779.947**	**4.069**	**945.230**	**89.513**
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IR/CSLL	-	-	206	(565)
Total do resultado tributável	**779.947**	**4.069**	**945.436**	**88.948**
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributável (10%+15%+9%=34%)	(265.182)	(1.383)	(321.448)	(30.243)
Equivalência patrimonial	264.794	1.898	(2.695)	-
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	-	-	4.914	8.314
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (ii)	(14)	(8)	321.007	17.175
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS de controladas sem ativo diferido	133	-	13.453	1.519
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)	-	(473)	(12.599)	(23.002)
Ativo fiscal diferido constituído de exercícios anteriores (iv)	-	-	-	26.808
Outros	(34)	(34)	3.125	3.962
Efeito de IRPJ e CSLL na demonstração de resultado	**(303)**	**-**	**5.757**	**4.533**
Alíquota efetiva	-0,04%	-	0,61%	5,10%

(i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. O referido benefício fiscal é obtido após a obtenção de Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE, depois de atendidas as exigências do referido órgão competente; entretanto, o laudo não prevê exigências adicionais cujo não cumprimento possa acarretar a perda do benefício fiscal antes do prazo final que se encerra em dezembro de 2013.

(ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, incentivos fiscais, patrocínios e amortização do excesso pago na concessão.

(iii) Resultado de controladas que não constituem IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, por não apresentarem expectativa de realização.

(iv) Refere-se substancialmente ao registro de tributos diferidos da empresa controlada indireta TMAR após a revisão das projeções de resultados indicarem a recuperabilidade dos valores.

Notas Explicativas

As Informações Trimestrais em 31 de março de 2011 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da administração e, no que se refere ao tratamento tributário, contemplam os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, são classificados como mantidos para negociação e são mensurados pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	**31/12/2010**	**31/03/2011**	**31/12/2010**
Caixa e contas bancárias	91	9	136.708	126.809
Equivalentes de caixa	334.841	-	3.803.518	2.812.275
	334.932	9	3.940.226	2.939.084

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	**31/12/2010**	**31/03/2011**	**31/12/2010**
Fundos de investimentos exclusivos	334.841	-	3.115.871	1.940.106
CDB – Certificado de depósito bancário	-	-	455.475	419.163
Operações compromissadas	-	-	23.760	41.866
Títulos privados	-	-	22.844	34.490
Time deposits	-	-	176.436	359.684
Outros	-	-	9.132	16.966
Equivalentes de caixa	334.841	-	3.803.518	2.812.275

(b) Aplicações financeiras

	Consolidado	
	31/03/2011	**31/12/2010**
Fundos de investimentos exclusivos	218.858	400.203
Títulos privados	31.337	71.159
Outras aplicações	17.597	16.407
Aplicações financeiras	267.792	487.769
Circulante	244.853	469.375
Não circulante	22.939	18.394

c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas, La Fonte Telecom, LF Tel e outras empresas do grupo, aplicam seus recursos em fundos exclusivos para a Companhia e suas controlas diretas e indiretas, La Fonte Telecom, LF Tel e outras empresas do grupo, dos quais, em 31 de março de 2011, a Companhia possui aproximadamente 34%, a sua controlada La Fonte Telecom 43% (31/12/2010 – 24%), a LF Tel 0,2% (31/12/2010 – 0,7%), e as demais controladas e empresas do grupo 22,8% (31/12/2010 – 75,3%) de participação nas quotas destes fundos.

Grupo de Telecomunicações

Todos os fundos de investimento nos quais a controlada indireta TNL e suas controladas aplicam seus recursos são fundos exclusivos para a controlada indireta TNL e suas controladas, dos quais, em 31 de março de 2011, a controlada indireta TNL possui aproximadamente 4% (31/12/2010 – 7%), a sua controlada TMAR 58% (31/12/2010 – 5%), a Oi 2% (31/12/2010 – 42%), a BrT 3% (31/12/2010 – 29%) e as demais controladas 33% (31/12/2010 – 17%) de participação nas quotas destes fundos.

As carteiras dos fundos exclusivos são compostas pelos títulos demonstrados no quadro abaixo que apresenta os saldos consolidados dos fundos:

A controlada indireta TNL direta e indiretamente, possui aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "*benchmark*", o CDI no Brasil e a LIBOR no Exterior.

	Consolidado	
	31/03/2011	**31/12/2010**
Operações compromissadas	960.762	1.256.199
CDB – Certificado de depósito bancário	400.979	58.078
Time deposits	48.954	-
Títulos privados	1.704.886	621.054
Títulos públicos	-	711
Outros	290	4.064
Títulos classificados em equivalentes de caixa	3.115.871	1.940.106
Títulos públicos	192.152	296.709
Bonds	313	47.929
Time Deposits	17.613	43.545
CDB – Certificado de depósito bancário	8.780	12.020
Títulos classificados em aplicações financeiras	218.858	400.203
Fundos de investimentos exclusivos	3.334.729	2.340.309

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	**31/12/2010**	**31/03/2011**	**31/12/2010**
Serviços faturados	134	168	753.537	1.029.190
Serviços a faturar	-	-	331.202	435.748

Notas Explicativas

Aluguéis a receber	-	-	64.056	66.408
Co-participação a receber	-	-	3.104	3.339
Aparelhos, acessórios vendidos e outros	-	-	38.499	63.534
Venda de imóveis	-	-	29.821	30.403
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(162.990)	(210.421)
	134	168	1.057.229	1.418.201

A composição por idade dos valores a receber consolidado é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	31/03/2011	**%**	**31/12/2010**	**%**
A faturar	331.202	27,1%	435.748	26,8%
A vencer	468.986	38,4%	649.051	39,9%
A receber de outros provedores	112.129	9,2%	149.736	9,2%
Vencidas até 30 dias	124.461	10,2%	176.785	10,9%
Vencidas de 31 a 60 dias	50.010	4,1%	57.723	3,5%
Vencidas de 61 a 90 dias	35.574	2,9%	35.831	2,2%
Vencidas há mais de 90 dias	97.857	8,1%	123.748	7,5%
	1.220.219	100%	1.628.622	100%

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2010	(210.421)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	13.545
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	33.886
Saldo em 31/03/2011	(162.990)

11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Controladora		**Consolidado**	
	Ativo		**Ativo**	
	31/03/2011	**31/12/2010**	**31/03/2011**	**31/12/2010**
Tributos correntes a recuperar				
CS a recuperar (i)	6	-	11.846	52.840
IR a recuperar (i)	7	-	64.220	122.037
Impostos retidos na fonte- IR/CS	-	-	113.927	84.539
Outros tributos correntes	8	-	33.687	2.142
	21	-	223.680	261.558
Tributos diferidos a recuperar				
IR - sobre diferenças temporárias e créditos fiscais (ii)	-	-	467.975	759.459
CS sobre diferenças temporárias (ii)	-	-	142.880	48.675

Notas Explicativas

IR sobre prejuízos fiscais (ii)	-	-	194.623	247.604
CS sobre base negativa (ii)	-	-	86.347	109.771
Provisão para perda no valor recuperável (ii)	-	-	(834)	(1.160)
Impostos retidos na fonte -IR/CS	-	-	2.097	-
Outros tributos diferidos e a recuperar (iii)	-	-	66.617	102.030
	-	-	959.705	1.266.379
Circulante	21	-	223.680	261.558
Não circulante	-	-	959.705	1.266.379
Adições temporárias por natureza:				
Constituição de provisões diversas	-	-	18.028	5.580
Participação nos lucros	-	-	11.659	21.792
Provisão para cobertura insuficiência atuarial	-	-	30.773	48.519
Provisão para contingência	-	-	349.843	467.811
Provisão de crédito para liquidação duvidosa	-	-	100.527	129.944
Provisões exigibilidade suspensa FUST, PIS e COFINS	-	-	31.211	39.894
Variação cambial	-	-	13.996	21.853
Convergência ao IFRS - RTT:				
Subsídios e Fistel	-	-	9.653	12.013
Provisão para desmobilização de ativo	-	-	11.858	16.342
Ativo diferido	-	-	8.354	13.304
Rolagem de minutos	-	-	7.873	9.989
TUP	-	-	2.439	4.535
Outros	-	-	14.641	16.558
	-	-	610.855	808.134

	Controladora		Consolidado	
		Passivo		Passivo
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Tributos correntes a recolher				
Imposto de renda a pagar	253	-	130.107	118.775
Contribuição social a pagar	771	808	56.599	54.353
Outros	66	85	13.864	10.246
Circulante	1.090	893	200.570	183.374
Tributos diferidos a recolher				
IR diferido	-	-	368.180	536.094
CS diferido	-	-	132.186	192.618
Não circulante	-	-	500.366	728.712
Adições temporárias por natureza:				
Convergência ao IFRS - RTT	-	-	7.546	10.324
Tributos diferidos sobre os efeitos da combinação de	-	-	489.669	714.570

Notas Explicativas

negócios BrT (*)				
Depreciação/Baixas CME Lei nº 8200/1991	-	-	3.151	3.154
Outras diferenças temporárias	-	-	-	664

(*) Compõe-se substancialmente dos efeitos tributários sobre os ajustes a valor justo dos ativos imobilizado e intangível reconhecidos na aquisição da BrT.

(i) Na controladora, referem-se à créditos fiscais de IRPJ , provenientes de IRRF sobre aplicação financeira, que serão compensados com débitos fiscais futuros. No consolidado, referem-se a pagamentos realizados, calculados com estimativas legais, que serão compensados com obrigações fiscais futuras.

(ii) A controlada indireta TNL e suas controladas e a controlada indireta CTX e suas controladas registram seus créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social. Conforme estudo técnico aprovado pelos órgãos de suas administrações, submetido à aprovação do Conselho Fiscal, a geração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, ajustados a valor presente será suficiente para absorver esses créditos tributários, como segue no quadro abaixo. A controlada indireta TNL e suas controladas e a controlada indireta CTX e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente. A controlada Iguatemi registra seus créditos fiscais decorrentes exclusivamente de diferenças temporárias.

Para a Companhia e as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2010, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis suficientes nos próximos dez anos, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R$ 1.655.701 (R$1.667.282 em 31/12/2010).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos em 31 de março 2011:

	Consolidado
Até 31 de dezembro de:	
2011	140.674
2012	95.834
2013	129.285
2014	136.153
2015	75.478
2016 a 2018	228.601
2019 a 2021 (*)	84.966
	890.991

Notas Explicativas

(*) A recuperação prevista no valor de R$ 2.847 no consolidado, no ano de 2021, referentes à provisão para cobertura da insuficiência atuarial de fundos de pensão, cuja obrigação está sendo liquidada financeiramente de acordo com o prazo máximo remanescente de dez anos e nove meses, em linha com o prazo delimitado pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Não obstante ao limite de tempo estabelecido pela PREVIC e de acordo com os lucros fiscais futuros estimados, a controlada TNL apresenta condições de plena compensação fiscal em prazo inferior a dez anos, caso opte por antecipar integralmente a quitação da dívida.

(iii) Referem-se a compensações futuras de créditos fiscais não utilizados de imposto de renda e contribuição social.

12. OUTROS TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
ICMS a recuperar (i)	-	-	231.063	276.197
PIS/COFINS	-	-	21.855	29.928
Imposto retido na fonte	-	48	11.849	14.926
PAES a recuperar	-	-	1.413	2.214
Outros	521	551	13.392	10.893
	521	599	279.572	334.158
Circulante	521	599	201.320	234.988
Não circulante	-	-	78.252	99.170

	Consolidado	
	Passivo	
	31/03/2011	31/12/2010
PIS/COFINS	194.352	264.706
ICMS	164.406	228.330
FUST/FUNTTEL/Radio difusão	79.063	108.469
ICMS Convênio nº 69/1998	45.369	56.204
Imposto retido na fonte	2.373	31.260
Outros	14.557	23.931
	500.120	712.900
Circulante	239.362	381.934
Não circulante	260.758	330.966

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a lei Complementar nº 102/2000.

Notas Explicativas

13. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Cíveis	-	-	836.737	1.099.372
Tributários	2	1	282.705	382.369
Trabalhistas	2.912	2.860	248.086	316.390
Bloqueios judiciais	-	-	35.135	47.308
	2.914	2.861	1.402.663	1.845.439
Circulante	-	-	293.055	396.329
Não circulante	2.914	2.861	1.109.608	1.449.110

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

14. DEMAIS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Adiantamento a fornecedores	-	-	83.356	136.076
Fistel de manutenção (i)	-	-	67.466	-
Adiantamento à FATL	-	-	27.465	39.832
Valores a receber	-	-	37.100	37.058
Publicidade e propaganda e patrocínio	-	-	19.571	31.189
Adiantamentos a empregados	-	-	6.917	16.017
Debêntures (ii)	11.555	11.371	11.555	11.371
Incentivos fiscais	-	-	8.068	1.328
Aluguel de postes	-	-	9.071	5.117
Tributos, taxas e contribuições	-	-	4.769	3.908
Seguros	-	-	2.367	2.452
Outros	14	503	15.590	35.655
Total	11.569	11.874	293.294	320.003
Circulante	14	503	219.682	225.504
Não circulante	11.555	11.371	73.612	94.499

Abreviatura:
FATL - Fundação Atlântico de Seguridade Social

(i) Taxa do FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, paga a Anatel com a finalidade de cobrir dos gastos necessários ao exercício da atividade de fiscalização do setor de telecomunicações, em conformidade com a legislação aplicável, é registrada como despesa antecipada e tem sua apropriação mensal ao resultado ao longo do ano.

Notas Explicativas

15. INVESTIMENTOS

(a) Investimentos em controladas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Participações avaliadas a:				
Equivalência patrimonial	1.715.439	939.813	-	-
Custo de aquisição (i)	-	-	6.355	8.864
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	-	-	2.029	3.009
Propriedade para investimento	-	-	1.495.688	1.399.973
Outros investimentos	980	979	1.449	1.417
	1.716.419	940.792	1.505.521	1.413.263

(i) Inclui no saldo consolidado, o investimento da controlada indireta TMAR na Hispamar Satélites S.A. (“Hispamar”) que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e operação de satélites, bem como o uso e a comercialização da capacidade útil de satélites que ocupem as posições orbitais devidamente licenciadas nas diferentes bandas de frequência, a prestação de serviços de comunicação, especialmente via satélites, e demais serviços necessários ao desempenho de suas atividades sociais. O percentual de participação da controlada indireta TMAR é de 19,04%, não possuindo influência significativa na sua administração.

Resumo das movimentações dos saldos de investimentos

			Controladora
	Iguatemi	La Fonte Telecom	Total
Saldo em 31/12/2010	**788.539**	**151.274**	**939.813**
Resultado de equivalência patrimonial	16.716	762.090	778.806
Variações de remuneração baseada em ações reflexa	39	(2.411)	(2.372)
Variações de ações em tesouraria reflexa	(469)	90	(379)
Variações reflexas sobre o patrimônio líquido das investidas	-	(226)	(226)
Outros	(31)	(172)	(203)
Saldo em 31/03/2011	**804.794**	**910.645**	**1.715.439**

Participações avaliadas a equivalência patrimonial:

Notas Explicativas

Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro (prejuízo) líquido	Qtde. milhares de ações Ordinárias	Qtde. milhares de ações Preferenciais	Participação * % no Capital Total	Participação * % no Capital Votante	31/03/2011 Investimento	31/03/2011 Equivalência patrimonial
Iguatemi	1.518.777	823.859	31.488	41.954	-	52,9896	52,9896	804.794	16.716
La Fonte Telecom	1.147.342	226.047	960.174 (i)	269.674	161.942	79,3700	80,0990	910.645	762.090
								1.715.439	778.806

* Participação na Iguatemi considerando ações em tesouraria

(i) Ajustado às práticas contábeis da Companhia.

Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro (prejuízo) líquido	Qtde. milhares de ações Ordinárias	Qtde. milhares de ações Preferenciais	Participação % no Capital Total	Participação % no Capital Votante	31/12/2010 Investimento	31/03/2010 Equivalência patrimonial
Iguatemi	1.488.101	823.859	151.547	41.954	-	52,9896	52,9896	788.539	14.433
La Fonte Telecom	190.592	226.047	(79.722)	269.674	161.942	79,3700	80,0990	151.274	(8.850)
LF Tel [1]								-	(1)
								939.813	5.582

[1] Participação vendida em dezembro de 2010

A partir de 2011, as principais rubricas contábeis das informações trimestrais consolidadas das controladas indiretas Telemar, TNL, TMAR, CTX e Privatinvest, estão proporcionalizadas e incluídas nas informações contábeis das controladas indiretas EDSP75 e TNL (participação direta através da La Fonte Telecom):

	EDSP75 31/03/2011	TNL 31/03/2011
Ativo		
Ativo circulante	4.238.112	26.267
Não circulante		
Realizável a longo prazo	2.424.997	14.572
Demais não circulantes	6.652.991	40.053
	13.316.100	80.892
Passivo		
Circulante	2.896.422	17.557
Não circulante	6.635.259	37.337
Participações dos acionistas não controladores	2.934.033	12.245
Patrimônio líquido	850.386	13.753
	13.316.100	80.892

	31/03/2011	31/03/2011
Demonstrações dos resultados dos exercícios		
Receitas líquidas de serviços e produtos	1.164.028	7.065
Custo dos serviços e produtos	(759.881)	(4.086)
Despesas com vendas	(152.474)	(1.281)
Despesas administrativas	(92.771)	(716)
Despesas financeiras líquidas	(222.602)	(1.252)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	(80.509)	(443)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	45.353	310

Notas Explicativas

Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(98.856)	(403)

Em 2010, as principais rubricas contábeis das informações trimestrais consolidadas das controladas indiretas Telemar, TNL, CTX e Privatinvest, estão proporcionalizadas e incluídas nas informações trimestrais da controlada indireta LF Tel são:

	TELEMAR	TNL	CTX	PRIVATINVEST
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Ativo				
Ativo circulante	4.328.090	561.118	141.945	238
Não circulante				
Realizável a longo prazo	2.518.742	328.007	57.784	-
Demais não circulantes	7.877.395	1.012.376	119.614	-
	14.724.227	1.901.501	319.343	238
Passivo				
Circulante	3.815.928	488.820	123.836	-
Não circulante	7.345.064	907.209	113.618	-
Participações dos acionistas não controladores	3.317.514	222.560	64.077	-
Patrimônio líquido	245.721	282.912	17.812	238
	14.724.227	1.901.501	319.343	238

	31/03/2010	31/03/2010	31/03/2010	31/03/2010
Demonstrações dos resultados dos exercícios				
Receitas líquidas de serviços e produtos	1.442.235	188.927	127.060	-
Custo dos serviços e produtos	(803.626)	(104.952)	(108.180)	-
Despesas com vendas	(234.205)	(30.680)	(1.709)	-
Despesas administrativas	(151.444)	(19.783)	(7.758)	(27)
Despesas financeiras líquidas	(124.240)	(14.522)	(239)	8
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	(59.740)	(7.826)	(1.452)	(16)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	14.788	1.937	(2.709)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	83.768	13.101	5.013	(35)

(b) Propriedade para investimentos

Ao custo

		Consolidado	
	Vida útil remanescente em anos	31/03/2011	31/03/2010
Custo	45 (*)	1.646.554	1.551.947
Depreciação acumulada		(211.484)	(207.312)

Notas Explicativas

		1.435.070	1.344.635
Ágio por mais valia de ativos (**)			
Aquisição de 100% da SISP	45 (*)	28.811	28.811
Depreciação acumulada		(1.145)	(1.096)
		27.666	27.715
Aquisição de 100% da Solway	45 (*)	30.058	30.058
Depreciação acumulada		(2.539)	(2.435)
		27.519	27.623
Subscrições ações da Wtorre Iguatemi		5.433	-
		1.495.688	1.399.973

(*) A vida útil aplicada pela controlada Iguatemi até 31 de dezembro de 2009 era de 25 e 10 anos, respectivamente, para edifícios e instalações. A vida útil remanescente dos shoppings, estimada por peritos especializados e independentes, é de 45 anos em média e foi aplicada prospectivamente a 1 de janeiro de 2010.

(**) Referem-se aos ágios pagos pela controlada Iguatemi nas aquisições das participações de 100% da SISP e da Solway (empresa incorporada pela Amuco em 2009), referentes à mais-valia do ativo de R$27.666 e R$27.519, respectivamente, líquido de amortização. São apresentados como no consolidado como propriedade para investimentos, devido a sua origem, conforme ICPC09.

A vida útil dos demais itens foi determinada a partir do histórico e refletem a natureza dos bens e sua utilização pela controlada Iguatemi.

Conforme mencionado na Nota 19, a controlada Iguatemi obteve financiamento para a construção do SCIBRA e do SCIALPHA e capitalizará os encargos destes financiamentos até o início da operação dos empreendimentos. Até 31 de março de 2011 a controlada Iguatemi capitalizou o montante de R$ 4.285 (R$12.383 em 31 de dezembro de 2010).

A movimentação das propriedades para investimentos é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.399.973
Adições	95.839
Baixas	3.937
Depreciações	(4.061)
Saldo em 31 de março de 2011	1.495.688

16. IMOBILIZADO

				Consolidado
	31/03/2011	**31/12/2010**	**31/03/2011**	**31/12/2010**

Notas Explicativas

	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual	Taxa anual de depreciação média (%)	Taxa anual de depreciação média (%)
Equipamentos de transmissão e outros	4.236.426	(2.609.592)	1.626.834	2.276.204	10,87	10,87
Infra-estrutura	3.480.419	(2.637.695)	842.724	1.192.579	8,02	8,02
Equipamentos de comutação automática	2.084.965	(1.716.500)	368.465	525.256	11,23	11,23
Obras em andamento	420.038	-	420.038	590.498	-	-
Prédios	637.207	(369.157)	268.051	388.291	7,30	7,30
Benfeitorias em propriedades de terceiros	68.074	(25.809)	42.264	41.873	10 a 20	10 a 20
Outros ativos	460.151	(312.269)	147.882	194.795	12,35	12,35
	11.387.280	(7.671.022)	3.716.258	5.209.496		

Resumo das movimentações dos saldos de imobilizado

Movimentação líquida	Consolidado
Saldo em 31/12/2010	5.209.496
Adições/ Aumento de Participação	576.713
Baixas/ Perda de Participação	(1.885.663)
Transferência	(17.300)
Despesas de depreciação	(166.988)
Saldo em 31/03/2011	3.716.258

Informações adicionais (valores não proporcionalizados)

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da controladas indiretas TMAR e BrT, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos, são denominados reversíveis e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de março de 2011, o saldo residual dos bens reversíveis das controladas indiretas TMAR e BrT são R$ 4.806.576 (31/12/2010 - R$ 4.928.850) R$ 3.173.189 (31/12/2010 – R$ 3.292.438), respectivamente, composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. O saldo de bens reversíveis não inclui a mais valia da BrT.

No trimestre findo em 31 de março de 2011, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento no montante de R$ 61.418 (31/03/2010 – R$ 52.908) nas Informações Trimestrais Consolidadas das controladas.

Contrato de arrendamento mercantil operacional (valores não proporcionalizados)

Notas Explicativas

Para os contratos de arrendamento mercantil cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos permanecem com o arrendador, as contraprestações mensais são apropriadas ao resultado do período no decorrer do prazo desses contratos (vide rubrica "Aluguéis e seguros" na Nota 5), no trimestre findo em 31 de março de 2011, não houve apropriação no resultado (31/03/2010 – R$ 504) no consolidado. Todos os contratos de arrendamento mercantil operacional da controlada indireta TNL e de suas controladas são canceláveis.

17. INTANGÍVEL

						Consolidado
			31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual	Taxa anual amortização %	Taxa anual amortização %
Licenças regulatórias (i)	2.809.155	(497.919)	2.311.236	3.284.115	9	9
Sistemas de processamento de dados	596.236	(408.286)	187.950	261.415	20	20
Concessão (ii)	450.972	(41.414)	409.558	638.445	5,88	5,88
Goodwill (iii)	139.419	(16.863)	122.556	131.730	-	-
Marcas e patentes	19.224	(887)	18.337	25.578	-	-
Carteiras de clientes	59.789	(51.816)	7.973	19.457	40	40
Outros	49.454	(15.928)	33.526	47.706	20	20
	4.124.249	(1.033.113)	3.091.136	4.408.446		

Resumo das movimentações dos saldos de intangível

	Consolidado
Saldo em 31/12/2010	**4.408.446**
Adições/ Aumento de Participação	402.763
Baixas/ Perda de Participação	(1.600.793)
Transferências	15.513
Despesas de amortização	(134.793)
Saldo em 31/03/2011	**3.091.136**

(i) Licenças regulatórias

Concessão / Autorização	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	172.701
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	10.358
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	7.086
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 (2G)	29/04/2008	11/12/2022	20.546

Notas Explicativas

Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (3G)	29/04/2008	13/03/2016	135.875
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	19.875
Radiofrequências e SMP Oi	07/12/2007	07/12/2022	1.390
Concessão TV a cabo Way TV (Uberlândia)	06/11/1998	06/11/2013	612
Concessão TV a cabo Way TV (Belo Horizonte)	08/02/1999	08/02/2014	2.612
Concessão TV a cabo Way TV (Barbacena)	08/02/1999	08/02/2014	84
Concessão TV a cabo Way TV (Poços de Caldas)	08/02/1999	08/02/2014	272
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	18/02/2002	17/12/2017	30.011
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	4.486
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	76.514
Outras licenças			43.631
Valor justo das licenças STFC da BrT			1.667.060
Valor justo das licenças SMP da BrT Celular			579.993
Valor justo das licenças SMP da Amazônia Celular			36.049
Total			**2.809.155**

(ii) Concessão

O excesso pago em relação aos ativos líquidos das controladas indiretas LF Tel, Telemar, TNL e TMAR, anteriormente classificada como ágio (aquisições anteriores à 01/01/2009), é classificado como intangível. Durante o exercício de 2001 a controlada indireta TMAR implementou o Plano Geral de Metas de Universalização, estabelecida pela ANATEL, o que lhe assegurou, entre outros, o direito de prorrogação da concessão até dezembro de 2025. Com base nesse novo cenário a Administração decidiu adequar a amortização desse ágio até a data que expirará a concessão.

(iii) Ágios (“*Goodwill*”)

Iguatemi

A controlada Iguatemi possui ágios na aquisição da Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda. e SISP Participações S.A., no montante de R$11.804 e R$76.365, respectivamente, fundamentados na expectativa de rentabilidade futura sem prazo determinado (“*goodwill”)*. O saldo do ágio é submetido anualmente, ou quando houver indicativo de impairment, a teste de recuperação com base no CPC nº 1 (R).

LF Tel (valores não proporcionalizados)

Em 24 de abril de 2008 a controlada indireta LF Tel adquiriu 176.365.295 ações da CTX de propriedade da Lexpart pelo valor de R$12.500, registrando um ágio no montante de R$8.505, fundamentado na expectativa de rentabilidade do negócio em dez anos, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008, apresentando valor residual de R$8.292. O saldo remanescente do ágio é submetido anualmente, ou quando houver indicativo de impairment, a teste de recuperação com base no CPC nº 1 (R).

Em março de 2011 a LF Tel através do contrato de compra e venda celebrado com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS e Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, a LF Tel adquiriu 431.999.634 ações ordinárias de emissão da CTX, correspondente ao aumento de participação de 13,9780%, por R$ 100.000. Com esta aquisição a LF Tel, registrou um ágio no montante de R$ 89.108 (R$57.920 proporcional à participação da Companhia) conforme mencionado na Nota 2.3.

Notas Explicativas

Grupo de Telecomunicações

A controlada indireta TNL e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura sem prazo determinado (*"goodwill")*.

Em setembro de 2010 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de ("*impairment*"), baseados em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 15,1% para TV a cabo e 38,9% para Meios de pagamento e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Em setembro de 2010, a controlada indireta Contax adquiriu o controle integral da Ability Comunicação Integrada Ltda. ("Contax Ability"), gerando um ágio no valor de R$ 74.365, fundamentado no seu valor econômico, em função da estimativa de rentabilidade futura do negócio. Em dezembro de 2010, a controlada indireta Contax transferiu o controle da Ability para a controlada indireta CTX, através de uma cisão parcial. Neste processo foi transferido para a controlada indireta CTX o valor do ágio líquido do crédito tributário no valor de R$ 49.081. O valor de R$ 25.284 foi reconhecido na Ability como imposto de renda e contribuição social diferidos.

18. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Fornecedores de:				
Materiais de infraestrutura e rede	-	-	220.937	324.838
Repasses (interconexão e cobilling)	-	-	167.950	214.742
Manutenção de planta	-	-	38.402	69.401
Comissões de vendas	-	-	42.876	66.215
Tecnologia da informação	-	-	27.539	42.508
Estoques de aparelhos e simcards	-	-	15.369	17.888
Serviços	-	-	658	10.244
Call center	-	-	8.295	6.568
Aluguel de postes e direito de passagem	-	-	2.056	2.777
Aluguel de espaço físico e equipamentos	-	-	186	1.590
Outros	263	418	87.957	153.315
Total	263	418	612.225	910.086

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
(inclui debêntures e ações em usufruto)

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Financiamentos	276.442	276.341	4.503.225	5.611.656
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	155.907	239.556
Atualização monetária e dividendos fixos sobre ações preferenciais	-	-	38.570	49.007
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	8.195	7.898	108.337	101.162
Usufruto de ações	-	-	52.824	-
Juros sobre usufruto de ações	-	-	19	-
Arrendamento mercantil	-	-	545	1.160
Debêntures	17.346	17.346	1.718.995	2.495.630
Juros provisionados sobre debêntures	34.942	34.120	141.858	291.741
Subtotal	336.925	335.705	6.720.280	8.789.912
Custo de transação	-	-	(106.072)	(145.628)
Total	336.925	335.705	6.614.208	8.644.284
Circulante	-	7.655	1.027.779	1.808.437
Não circulante	336.925	328.050	5.586.429	6.835.847

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado		
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	Vencimento
BNDES					
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	194.477	288.563	
Moeda nacional	-	-	1.156.692	1.565.337	Jan/2011 a Dez/2018
Cesta de moedas, incluindo dólar	-	-	349	2.178	Jan/2011 a Abr/2011
Instituições financeiras					
Moeda nacional	284.637	284.239	2.108.674	2.314.249	Dez/2010 a Dez/2033
Moeda estrangeira	-	-	1.323.504	1.811.984	Jun/2011 a Out/2020
Debêntures	52.288	51.466	1.860.853	2.787.371	Fev/2011 a Jul/2021
Usufruto de ações	-	-	52.843	-	
Arrendamento mercantil	-	-	545	1.160	Fev//2011 a Mar/2012
Instituições não financeiras	-	-	22.343	19.070	
Subtotal	336.925	335.705	6.720.280	8.789.912	
Custo de transação	-	-	(106.072)	(145.628)	
Total	336.925	335.705	6.614.208	8.644.284	
Circulante	-	7.655	1.027.779	1.808.437	
Não circulante	336.925	328.050	5.586.429	6.835.847	

Custos de transações por natureza

	Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010

Notas Explicativas

BNDES		
Moeda nacional	749	2.434
Cesta de moedas, incluindo dólar	-	2
Instituições financeiras		
Moeda nacional	26.501	34.332
Moeda estrangeira	72.764	103.337
Debêntures	6.058	5.523
Total	106.072	145.628
Circulante	17.216	24.823
Não circulante	88.856	120.805

Composição da dívida por moeda / indexador

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	**31/12/2010**	**31/03/2011**	**31/12/2010**
TJLP	-	-	1.097.745	1.483.128
CDI	284.637	284.239	2.785.727	3.838.862
Dólar Norte-Americano	-	-	949.418	1.273.313
Euro	-	-	275.913	365.988
Ienes	-	-	98.172	172.682
Reais	-	-	449.878	432.456
UMBNDES - Cesta de moedas do BNDES	-	-	349	2.178
IPCA	-	-	1.008.854	1.167.838
IGP - DI	52.288	51.466	54.224	53.467
Custo de transação	-	-	(106.072)	(145.628)
	336.925	335.705	6.614.208	8.644.284

(a) Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos

Financiamentos em moeda nacional

Companhia

Em março de 2010, a Companhia celebrou com o Banco Alfa de Investimentos S.A. um contrato de abertura de crédito no valor de R$ 7.000. Esse contrato de abertura de crédito prevê incidência de juros à taxa de 112,0% do CDI a.a., com vencimento do principal mais juros em 25 de fevereiro de 2011, tendo sido integralmente liquidado nesta data.

Em janeiro de 2008, a Companhia celebrou com o Banco Bradesco S.A. um contrato de abertura de crédito no valor de R$ 200.000. Esse contrato de abertura de crédito prevê incidência de juros à taxa de 109,80% do CDI a.a., e tem como garantia ações de emissão da controlada indireta LF Tel S.A. O prazo total é de 7 anos, e amortização em três parcelas anuais e consecutivas, a partir de janeiro de 2013.

Iguatemi

Notas Explicativas

Em 5 de outubro de 2010, a controlada Iguatemi contratou financiamento com o BNDES, no valor de R$ 89.798, para a construção do JK Iguatemi. O financiamento tem taxa de TJLP + 3,82% a.a., totalizando 9,82% a.a., sobre obra civil e instalações e de 5,5% a.a sobre equipamentos nacionais e TJLP sobre investimentos sociais. A carência é de 24 meses após a data da assinatura com amortização de 60 meses. Até 31 de março de 2011 tinham sido liberados R$ 19.930.

Em 6 de julho de 2010, a controlada indireta SCIALPHA contratou financiamento com o BNDES, no valor de R$ 138.760, para a construção do Shopping Iguatemi Alphaville. O financiamento tem taxa de TJLP + 3,45% a.a., totalizando 9,45% a.a., sobre obra civil e instalações e de 4,5% a.a sobre equipamentos nacionais. A carência é de 24 meses após a data da assinatura com amortização de 60 meses. Até 31 de março de 2011 tinham sido liberados R$ 79.440. O Shoppping Iguatemi Alphaville foi inaugurado em abril de 2011.

Com o objetivo de construir o JK Iguatemi, a controlada Iguatemi celebrou um financiamento com o Banco Itau S.A. em 31 de março de 2010, no valor total de R$ 60.000. Até 31 de março de 2011, foram liberados R$39.773. A amortização ocorrerá no prazo de 76 meses a partir de 10 de dezembro de 2013, através do Sistema de Amortização Constante - SAC.

Com o objetivo de construir o Shopping Iguatemi Alphaville, a SCIALPHA celebrou um financiamento com o Banco Bradesco S.A. em 25 de setembro de 2009, no valor total de R$90.000. Até 31 de março de 2011, foram liberados R$68.702. A amortização ocorrerá no prazo de 90 meses a partir de 25 de abril de 2012, através do Sistema de Amortização Constante - SAC.

Com o objetivo de construir o SCIBRA, a controlada Iguatemi celebrou um financiamento com o Banco Santander em 30 de dezembro de 2008, aditado em 25 de junho de 2009, no valor total de R$97.519. Até 31 de março de 2011, foram liberados R$95.081. A amortização ocorrerá no prazo de 115 meses a partir de 25 de junho de 2010, através do Sistema de Amortização Constante - SAC.

Em 27 de outubro de 2006, a controlada Iguatemi celebrou com a Fundação Sistel de Seguridade Social - SISTEL e o Banco Santander, na qualidade de credor, Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária. Por meio do referido instrumento, a SISTEL vende à controlada Iguatemi: (i) a fração ideal de 8,2484% da Âncora nº 3; e (ii) a fração ideal de 10% dos demais imóveis, que compõem o empreendimento PBSC. A controlada Iguatemi contratou com o Banco Santander financiamento no valor integral da aquisição. A amortização dos juros é mensal desde novembro de 2006, e o principal é amortizado em 96 parcelas mensais desde 27 de novembro de 2008.

Em 8 de agosto de 2006, a controlada Iguatemi celebrou com a Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF e o Banco Santander, na qualidade de credor, Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária. Por meio do referido instrumento, a FUNCEF vendeu à controlada Iguatemi: (i) a fração ideal de 8,6927% da Âncora nº 3; e (ii) a fração ideal de 3,775% dos demais imóveis, que compõem o empreendimento PBSC. Foi contratado com o Banco Santander financiamento no valor integral das aquisições. A amortização dos juros é mensal desde setembro de 2006, e o principal é amortizado em 96 parcelas mensais desde 8 de setembro de 2008.

Com o objetivo de construir o SCIFLA, a controlada Iguatemi celebrou com o Banco Santander e a Encopar Engenharia, Construções e Participações Ltda., em 31 de agosto de 2006, financiamento de R$ 18.000 liberado em duas parcelas. A amortização dos juros é mensal desde novembro de 2006, e o principal é amortizado em 96 parcelas mensais desde 27 de novembro de 2008.

Notas Explicativas

Em 9 de maio de 2006, a controlada Iguatemi celebrou com o BNDES, por meio do Banco Santander Brasil S.A., contrato de abertura de crédito de R$10.000. Com incidência de juros à taxa de 4,4% a 5,13% ao ano acima da TJLP. O prazo total é de 60 meses, com carência de seis meses e amortização em 54 parcelas. A promissória concedida ao BNDES foi avalizada pela Jereissati Participações S.A. Os recursos provenientes desse contrato foram utilizados para a ampliação do SCISP.

A controlada Iguatemi celebrou com o BNDES, por meio do Banco Alfa de Investimentos S.A., contrato de abertura de crédito de R$10.000. Esse contrato de crédito prevê incidência de juros à taxa de 2,85% ao ano acima da TJLP e 0,23445% ao mês acima da TJLP, incluindo o "Del Credere" de 0,55% ao ano. O prazo total é de 60 meses, com carência de 12 meses e amortização em 48 parcelas. A promissória dada ao BNDES foi avalizada pela Companhia. Os recursos provenientes desse contrato foram utilizados para a ampliação do empreendimento denominado MPSC (Fase III).

La Fonte Telecom

Em 26 de março de 2010, a controlada La Fonte Telecom assinou contrato de abertura de crédito com o Banco Alfa de Investimentos S.A., no valor de R$ 40 milhões, que foi integralmente liquidado no seu vencimento em 1º de abril de 2011. O custo financeiro é de 112,0% CDI/CETIP.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

Em fevereiro de 2011, a controlada indireta TNL realizou a emissão de R$ 1.500 milhões em notas promissórias. Essa emissão foi coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. Ao todo, foram emitidas 1.500 (mil e quinhentas) notas promissórias, em série única, com valor nominal de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma. A operação foi contratada ao custo de CDI + 0,45% a.a., por um prazo de até 90 dias, com vencimento em 16 de maio de 2011.

Em dezembro de 2010, a controlada indireta TMAR celebrou contrato de financiamento junto ao Banco da Amazônia ("BASA") no montante de R$ 220,7 milhões. Foi realizado um saque de R$ 94,8 milhões em dezembro. O vencimento dos encargos financeiros será mensal, de fevereiro de 2011 até janeiro de 2028. O principal será pago em 168 parcelas mensais de fevereiro de 2014 até o vencimento em janeiro de 2028. Os juros pagos são remunerados a 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%.

Em maio de 2010, a controlada indireta TNL realizou a emissão de R$ 1.500 milhões em notas promissórias. Essa emissão foi coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. Ao todo, foram emitidas dez notas promissórias, em série única, com valor nominal de R$ 150 milhões cada uma. A operação foi contratada ao custo de CDI + 1,15% a.a., por um prazo de até 90 dias, tendo sido liquidada em 19 de agosto de 2010. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$ 1.609 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da controlada indireta TNL, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em dezembro de 2009, as controladas indiretas TMAR, Oi, BrT e BrT Celular celebraram contratos de financiamento com o BNDES, no montante de R$ 4.403 milhões, com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede e atendimento às obrigações regulatórias, programadas para o período compreendido entre 2009 e 2011. Estes contratos estão divididos em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A, com remuneração pela TJLP acrescida de 3,95% a.a.; e, (ii) sub-crédito

Notas Explicativas

B, com remuneração fixa de 4,50% a.a. Foi realizado um desembolso total de R$ 1.500 milhões em dezembro de 2009 relativo a estes contratos de financiamento, e em junho de 2010 foram desembolsados R$ 562 milhões (sendo R$ 220 milhões para a controlada indireta TMAR e R$ 342 milhões para a controlada indireta Oi) e em outubro de 2010 foram desembolsados R$ 531 milhões (sendo R$ 269 milhões para a controlada indireta BrT e R$ 262 milhões para a controlada indireta BrT Celular). O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até dezembro de 2011, passando a ser mensal para o período de janeiro de 2012 até dezembro de 2018. O principal deve ser pago em 84 parcelas mensais, de janeiro de 2012 até dezembro de 2018.

Em fevereiro de 2009, a controlada indireta Oi celebrou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste ("BNB") no montante de R$ 370 milhões, com o objetivo de financiar a expansão e modernização da rede de telefonia móvel e implantação da rede de tecnologia 3G. Os saques, nos valores de R$ 149 milhões, R$ 149 milhões e R$ 71 milhões, ocorreram em maio, agosto e novembro de 2009. O saldo devedor é atualizado por uma taxa fixa de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até fevereiro de 2011, passando a ser mensal para o período de março de 2011 até fevereiro de 2019. O principal vencerá mensalmente a partir de março de 2011.

Em maio de 2008, a controlada indireta TMAR captou R$ 4.300 milhões junto ao Banco do Brasil em decorrência da aquisição de participação acionária na BrT Part e na BrT e demais atos relacionados no Fato Relevante divulgado pela controlada indireta TNL em 25 de abril de 2008. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de maio de 2010 até maio de 2016. O principal vencerá em sete prestações anuais a partir de maio de 2010. A operação foi contratada ao custo de CDI + 1,30% a.a.

Em fevereiro de 2008, a controlada indireta BrT Celular contratou financiamento junto ao BNDES de R$ 259 milhões, com captação efetiva de R$ 259 milhões, destinados à adequação da rede de telefonia celular e ao crescimento do tráfego, com a implementação de novos serviços de melhoria da qualidade no atendimento aos usuários. A remuneração está atrelada à variação da TJLP, acrescida de 3,52% a.a. O vencimento dos encargos financeiros foi trimestral até setembro de 2010, passando a ser mensal para o período de outubro de 2010 até setembro de 2017. A amortização foi definida em 84 parcelas mensais, que iniciarão em outubro de 2010, vencendo a última em 15 de setembro de 2017.

Em novembro de 2006, a controlada indireta TMAR celebrou contrato de financiamento com o BNDES com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica de sua rede de telecomunicação fixa, programadas para o período entre 2006 e 2008. Este contrato está dividido em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A, destina-se especialmente à aquisição de equipamentos nacionais e serviços associados, no valor de R$ 1.771 milhões; e (ii) sub-crédito B, destina-se à aquisição de equipamentos de telecomunicações que cumpram o Processo Produtivo Básico (PPB), no valor de R$ 200 milhões. Sobre o principal da dívida incidirão: (i) sub-crédito A, juros de 4,50% a.a. acima da TJLP; e (ii) sub-crédito B, juros de 2,50% a.a. acima da TJLP. O vencimento dos encargos financeiros foi trimestral até junho de 2009, passando a ser mensal para o período de julho de 2009 até junho de 2014. O principal do empréstimo deve ser pago em 60 parcelas mensais, que iniciaram em julho de 2009.

Em novembro de 2006 a controlada indireta BrT contratou financiamento junto ao BNDES, de R$ 2.004 milhões, com captação efetiva de R$ 2.055 milhões, remunerada pela TJLP acrescida de 4,3% a.a. O vencimento dos encargos financeiros foi trimestral até maio de 2009, passando a ser mensal para o período de junho de 2009 até maio de 2014. A amortização foi definida em 60 parcelas mensais, que iniciaram em junho de 2009, vencendo a última em 15 de maio de 2014.

Notas Explicativas

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Em março de 2010, a controlada indireta Contax firmou um novo contrato de financiamento com o BNDES no montante de R$ 323.552, dividido em dois subcréditos:

Subcrédito "A", no montante de R$ 281.455, destinado a investimentos para ampliação da capacidade instalada e modernização das instalações, implementação de programas de qualidade, capacitação de recursos humanos e investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito do Programa BNDES para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (BNDES PROSOFT); e

Subcrédito "B", no montante de R$ 42.097, destinado a investimentos para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), necessários ao desenvolvimento do projeto.

Sobre o montante do principal do subcrédito "A" incidirão juros de 1,73% a.a. acrescidos da variação da TJLP acrescida de 1% a.a., enquanto sobre o subcrédito "B" incidirão juros de 4,5% a.a.

O principal da dívida será liquidado em 60 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2011 e a última em 15 de setembro de 2016. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral no período de março de 2010 a setembro de 2011, passando a ser mensal a partir de outubro de 2011.

Em garantia ao financiamento, a controlada indireta Contax oferece os direitos creditórios provenientes do Contrato de Prestação de Serviços firmado com a Oi Fixa, TNL PCS S/A ("Oi Móvel") e a Telemar Internet Ltda. Adicionalmente, deverá manter, durante a vigência do presente contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("Índice") igual ou maior que 1,65, sendo: a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida calculado pela divisão do Lucro Antes de Imposto de Renda, Juros, Depreciação e Amortização (LAJIDA), também conhecido como *Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization - EBITDA*, pelo Serviço da Dívida, em base semestral; e b) LAJIDA (*EBITDA*) equivale ao resultado operacional antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social e despesas com depreciação e amortização, no semestre; c) Serviço da Dívida equivale ao montante da dívida efetivamente pago aos credores a título de amortização de principal e juros, no semestre.

Em 31 de março de 2011, a controlada indireta Contax revisou a cláusula restritiva referente a este contrato de financiamento, e concluiu que cumpria o referido Índice.

Em 28 de maio de 2010 foram recebidas as primeiras liberações referentes a este contrato, sendo R$ 70.364 referente ao subcrédito "A" e R$ 10.524 referente ao subcrédito "B". Em 10 de dezembro de 2010 foram recebidas as segundas liberações referentes a este contrato, sendo R$ 87.000 referente ao subcrédito "A" e R$ 13.000 referente ao subcrédito "B". Em 22 de março de 2011 foram recebidas as terceiras liberações referentes a este contrato, sendo R$ 70.364 referente ao subcrédito "A" e R$ 10.524 referente ao subcrédito "B".

Em março de 2010, a controlada indireta Contax celebrou contrato de financiamento com o BNB, no montante de R$ 51.000, com o objetivo de financiar a implantação de uma nova unidade operacional em Recife (PE). O saldo devedor será atualizado por uma taxa fixa de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até março de

Notas Explicativas

2012, passando a ser mensal para o período de abril de 2012 até março de 2015. O principal deve ser pago em 36 parcelas mensais, de abril de 2012 até março de 2015. Contanto que cada parcela seja paga na data de vencimento, o empréstimo terá juros de 8,5% a.a., caso contrário, a taxa de juros passará a ser 10% a.a. Em 21 de setembro de 2010 foi recebida a primeira liberação referente a este contrato, no montante de R$ 29.880. Em 15 de dezembro de 2010 foi recebida a segunda liberação referente a este contrato, no montante de R$ 21.120.

Em agosto e novembro de 2008 e em março de 2010, a controlada indireta CTX contratou empréstimos na modalidade de capital de giro, com o Banco Itaú BBA e, em maio e novembro de 2009 e em maio de 2010, com o Banco Votorantim, os quais vêm sendo utilizados na aquisição de ações da Contax Participações, visando aumentar sua participação no capital de sua controlada. As operações contratadas, em reais, possuem as seguintes características: (i) a captação de agosto de 2008 pagará juros em parcelas semestrais a partir de agosto de 2009 a 2011, quando vence também o principal; (ii) a captação de novembro de 2008 terá três amortizações anuais de principal e juros em novembro de 2009, 2010 e 2011; (iii) a captação de maio de 2009 pagará juros e principal em cinco parcelas anuais, com vencimentos em maio de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014; e (iv) a captação de novembro de 2009 pagará juros e principal em cinco parcelas anuais, com vencimentos em novembro de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014; (v) a captação de março de 2010 pagará juros em seis parcelas semestrais e o principal em três parcelas anuais, com vencimentos em março de 2011, 2012 e 2013 e (vi) a captação de maio de 2010 pagará juros e principal em cinco parcelas anuais, com vencimentos em maio de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. Esses empréstimos estão garantidos pelo penhor de ações de emissão de sua controlada Contax Participações.

Em agosto de 2007, a controlada indireta Contax celebrou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R$ 216.514, visando financiar a expansão da capacidade instalada, a modernização das atuais instalações, a capacitação dos recursos humanos, a melhoria na qualidade dos serviços prestados, a produtividade e investimentos em ações de marketing. As liberações desse financiamento foram realizadas em cinco parcelas, sendo a primeira parcela liberada em outubro de 2007 e finalizando com a liberação da quinta e última parcela em novembro de 2008. O vencimento dos encargos financeiros era trimestral até 15 de setembro de 2009, passando a ser mensal para o período de 15 de outubro de 2009 até o vencimento final ou liquidação do contrato. O principal está sendo liquidado mensalmente desde 15 de outubro de 2009.

Financiamentos em moeda estrangeira (valores não proporcionalizados)

Em dezembro de 2010, a controladora indireta TMAR emitiu "*Senior Notes*" no valor de EUR 750 milhões (R$ 1.687 milhões), com o objetivo de alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, além de propósitos corporativos gerais. A operação tem juros de 5,125% a.a., com vencimento final em dezembro de 2017. Os encargos financeiros tem vencimento anual em dezembro, desde dezembro de 2011 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$ 25.663 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da controlada indireta TMAR, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em setembro de 2010, a controlada indireta TMAR emitiu "*Senior Notes*" no valor de US$ 1.000 milhão (R$ 1.707 milhões), com o objetivo de alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, além de propósitos corporativos gerais. A operação tem juros de 5,5% a.a., com vencimento final em outubro de 2020. Os encargos financeiros tem vencimento semestral em abril e outubro, desde abril de 2011 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$ 13.684 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da controlada indireta TMAR, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Notas Explicativas

Após a emissão, a controlada indireta TMAR iniciou oferta de troca de "*Senior Notes"* emitidas em abril de 2009 por *"Senior Notes"* da emissão de 2010, a serem emitidas adicionalmente, de acordo com a adesão à oferta de troca. Em outubro de 2010, ocorreu o fechamento da oferta de troca, sendo o valor adicional de *"Senior Notes"* emitidos de USD 787 milhões.

A relação de troca entre as notas considerou preço de mercado das notas de 2009 e prêmio adicional àqueles que aderiram na fase inicial da oferta. Foi ofertado US$ 1 de prêmio sobre a cotação do Bond vigente no momento da oferta de troca. Dessa forma, o valor total de "Senior Notes" emitido em setembro de 2010 é de US$ 1.787 milhões, permanecendo um saldo em "Senior Notes" da emissão de abril de 2009 de US$ 142 milhões.

Em dezembro de 2010, a controlada indireta BrT liquidou antecipadamente a totalidade das "Senior Notes" emitidas em fevereiro de 2004 no valor de US$ 200 milhões com juros de 9,375% a.a.

Em abril de 2010 a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto ao Credit Agricole tendo o ONDD – "*Office National Du Ducroire"* como "*export credit agency"*, no valor de US$ 220 milhões, em dois "*tranches*" de US$ 110 milhões. Foram desembolsados US$ 46 milhões (R$ 80 milhões) em julho de 2010, e US$ 31 milhões (R$ 51 milhões) em fevereiro de 2011, em relação à primeira tranche. O vencimento dos encargos financeiros da primeira "*tranche"* será semestral entre agosto de 2010 até agosto de 2019 e o principal da primeira "*tranche*" será pago em 17 prestações semestrais a partir de agosto de 2011. O vencimento dos encargos financeiros da segunda "*tranche"* será semestral entre agosto de 2011 até agosto de 2020 e o principal da primeira "*tranche"* será pago em 17 prestações semestrais a partir de agosto de 2012. O custo do financiamento é de LIBOR acrescida de *"spread"* ou sobretaxa de 1,40% a.a.

Em março de 2010 a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto à Cisco Systems Capital no valor de US$ 50 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. Foram desembolsados US$ 30 milhões (R$ 53 milhões) em abril de 2010 e US$ 20 milhões (R$ 38 milhões) em maio de 2010. A operação tem juros de 5% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de setembro de 2010 até setembro de 2015, e o principal vencerá em dez prestações semestrais a partir de março de 2011.

Em outubro de 2009, a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto ao China Development Bank, no valor de US$ 500 milhões. Foram desembolsados US$ 57 milhões (R$ 104 milhões) em fevereiro de 2010, US$ 37 milhões (R$ 69 milhões) em maio de 2010 e US$ 98 milhões (R$ 164 milhões) em janeiro de 2011. O vencimento dos encargos financeiros será semestral entre abril de 2010 e outubro de 2016 e o principal vencerá em 11 prestações a partir de abril de 2010. O custo financeiro é de LIBOR acrescido de "*spread"* ou sobretaxa de 2,5% a.a.

Em agosto de 2009, a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto ao Finnish Export Credit, no valor de US$ 500 milhões. Foram desembolsados US$ 208 milhões (R$ 378 milhões) em fevereiro de 2010, US$ 27 milhões (R$ 51 milhões) em maio de 2010 e US$ 74 milhões (R$ 123 milhões) em fevereiro de 2011. O vencimento dos encargos financeiros será semestral entre fevereiro de 2010 e agosto de 2019 e o principal vencerá em 17 prestações semestrais a partir de agosto de 2011. O custo do financiamento é de LIBOR acrescida de *"spread"* ou sobretaxa de 1,70% a.a.

Em maio de 2009 a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto à Cisco Systems Capital no valor de US$ 50 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. Foram desembolsados US$ 26 milhões (R$ 52 milhões) em junho de 2009 e US$ 24

Notas Explicativas

milhões (R$ 41 milhões) em novembro de 2009. A operação tem juros de 5% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de novembro de 2009 até novembro de 2014, e o principal vencerá em dez prestações semestrais a partir de maio de 2010.

Em fevereiro de 2009, a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto ao China Development Bank Corporation no valor de US$ 300 milhões, com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. Os desembolsos serão feitos à medida que os investimentos forem ocorrendo durante o ano, foram desembolsados US$ 68 milhões (R$ 153 milhões) em março de 2009, US$ 121 milhões (R$ 236 milhões) em junho de 2009, US$ 38 milhões (R$ 74 milhões) em julho de 2009, US$ 23 milhões (42 milhões) em fevereiro de 2010, US$ 29 milhões (R$ 54 milhões) em maio de 2010 e US$ 21 milhões (R$ 36 milhões) em janeiro de 2011. A operação foi contratada ao custo de LIBOR + 2,50% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de abril de 2009 até outubro de 2015, com um pagamento final em fevereiro de 2016, e o principal vencerá em 11 prestações semestrais a partir de abril de 2011 até outubro de 2015, com um pagamento final em fevereiro de 2016.

Em junho de 2008, a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto ao Finnish Export Credit no valor de US$ 300 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos daquele ano. Foram desembolsados US$ 87 milhões (R$ 140 milhões) em agosto de 2008, US$ 105 milhões (R$ 258 milhões) em dezembro de 2008, US$ 63 milhões (R$ 117 milhões) em agosto de 2009 e US$ 45 milhões (R$ 76 milhões) em outubro de 2009. A operação foi contratada ao custo de LIBOR + 1,07% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de dezembro de 2008 até dezembro de 2018, e o principal vencerá em 17 prestações anuais a partir de dezembro de 2010.

(b) Debêntures públicas e privadas

Iguatemi

Em 1º de março de 2011, a controlada Iguatemi realizou sua segunda emissão através de oferta pública, em série única, de 33.000 debêntures nominativas, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações, com vencimento final em 1º de março de 2016 e com valor nominal unitário de R$ 10, perfazendo o valor total de R$ 330.000. A emissão das debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do seu Conselho de Administração realizadas em 1 de fevereiro de 2011.

Os recursos obtidos pela controlada Iguatemi com a oferta serão utilizados para financiar aquisição de participações em Shoppings Centers e / ou aquisição de imóveis.

As debêntures foram objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas nem lotes mínimos ou máximos.

As debêntures foram registradas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures e do BOVESPA FIX.

O prazo das debêntures é de cinco anos, contados da data de emissão, com carência de quatro anos para a amortização do principal, que ocorrerá em duas parcelas anuais, iguais e sucessivas em 1º de março de 2015 e 1º de março de 2016. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem

Notas Explicativas

apenas juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,35% ao ano, pagos semestralmente a partir da data de emissão. O primeiro pagamento dos juros ocorrerá em 1º de setembro de 2011 e o último na data de vencimento. O saldo dos juros provisionados, líquido de custos de transação, em 31 de março de 2011 é de R$ 354.

Em 1º de junho de 2007, a controlada Iguatemi fez a primeira emissão, para distribuição pública ("Oferta"), em série única, de 20.000 debêntures nominativas, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações, com vencimento final em 1º de junho de 2014 e com valor nominal unitário de R$10, perfazendo o valor total de R$ 200.000 em 1º de junho de 2007. A emissão das debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do seu Conselho de Administração realizadas em 16 de maio e 15 de junho de 2007.

Os recursos obtidos pela controlada Iguatemi com a oferta foram utilizados para financiar: (a) a expansão das operações dos shopping centers nos quais a controlada Iguatemi é titular de participação; (b) a aquisição de maior participação; (c) a aquisição de participação em shopping centers de terceiros já existentes e em redes de menor porte; (d) a concepção, a incorporação e a administração de novos shopping centers; e (e) o refinanciamento de obrigações financeiras vincendas.

As debêntures foram objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas nem lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do procedimento de "bookbuilding".

As debêntures foram registradas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures e do BOVESPA FIX.

O prazo das debêntures é de sete anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2014, com carência de quatro anos para a amortização do principal, que ocorrerá em três parcelas anuais, iguais e sucessivas.

Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem apenas juros remuneratórios correspondentes a 104,5% do CDI, pagos semestralmente a partir da data de emissão, conforme aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 22 de abril de 2008. Em 1º de junho de 2008, data do primeiro vencimento das debêntures, os juros remuneratórios passaram a ser de 110% do CDI. Nessa mesma Assembleia Geral, foi autorizado o resgate antecipado facultativo pela controlada Iguatemi de quaisquer das debêntures, a qualquer tempo a partir de 180 dias contados da data de 1º de junho de 2008, mediante comunicação prévia de 30 dias. O primeiro pagamento dos juros ocorreu em 1º de dezembro de 2007 e o último na data de vencimento. O saldo dos juros provisionados, líquido de custos de transação, em 31 de março de 2010 é de R$ 7.622 (R$ 1.747 em 31 de dezembro de 2010).

La Fonte Telecom

Em Assembléia Geral Extraordinária – AGE da La Fonte Telecom, realizada em 30 de setembro de 2008, foi aprovada a primeira emissão de 300 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R$1 milhão, totalizando R$300 milhões. Essas debêntures são nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, e foram emitidas para

Notas Explicativas

subscrição privada. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 1º de abril de 2008. A remuneração dessas debêntures é de 110% da taxa correspondente à acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários – DI's. A remuneração, bem como o valor nominal de cada debênture, com vencimento em 3 parcelas, devidas em 1º de abril de 2013, 2014 e 2015.

Essas debêntures serviram para liquidar parcialmente o adiantamento para futuro aumento de capital com a Companhia, no montante de R$217 milhões, equivalente a 204 debêntures. Em 30 de novembro 2010, a Companhia subscreveu mais 44 debêntures pelo valor nominal R$ 1.344, totalizando R$59.142 para liquidar o adiantamento para futuro aumento de capital com a controlada no montante de R$ 59.142. As demais 52 debêntures que permaneceram em tesouraria foram canceladas em janeiro de 2011.

Em março de 2011 as debêntures cujos vencimentos eram em 1º de abril de 2013, 2014 e 2015, foram integralmente liquidadas.

LF Tel (valores não proporcionalizados)

Em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta LF Tel, realizada em 15 de abril de 2008, foi aprovado o cancelamento da segunda emissão de debêntures, deliberada na AGE de 24 de maio de 2004, em todos os seus termos e condições, e aprovada a terceira emissão de 665.000 debêntures permutáveis, com garantia real, não conversíveis em ações, em quatro séries, no valor nominal unitário de R$ 1.000,00, totalizando R$ 665.000. Essas debêntures são nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, e foram emitidas para subscrição privada, com a garantia real representada por penhor da totalidade: (i) das ações ordinárias de emissão da Telemar Participações S.A., de propriedade da controlada indireta LF Tel, inclusive as que vierem a ser por ela adquiridas; e (ii) das ações de emissão de sociedade detentora de ações da Telemar Participações S.A., e das ações alvo e ações alvo adicionais que vierem a ser adquiridas pela controlada indireta LF Tel, com os recursos do Contrato de Penhor celebrado com o Debenturista. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 15 de fevereiro de 2008, e foram emitidas em quatro séries, sendo: (i) a 1a. série composta de 365.000 debêntures; e (ii) a 2a., 3a., e 4a. séries compostas de 100.000 debêntures cada uma.

Em 2 de julho de 2008, em substituição à terceira emissão de debêntures, foi celebrado o Contrato de Debêntures do Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão Privada de Debêntures, para a emissão de 665.000 debêntures, com garantia real, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal de R$ 1.000,00, totalizando R$ 665.000. Essas debêntures são nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, e foram emitidas para subscrição privada, com garantia real representada por penhor da totalidade: (i) das ações ordinárias de emissão da Telemar Participações S.A., de propriedade da controlada indireta LF Tel, inclusive as que vierem a ser por ela adquiridas; e (ii) das ações que foram adquiridas no mercado, pela controlada indireta LF Tel, com os recursos provenientes da terceira emissão de debêntures. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 15 de fevereiro de 2008. As debêntures são atualizadas pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido de juros prefixados correspondentes a 5% a.a., base 252 dias úteis, desde a data da emissão até a data de seu efetivo pagamento. O principal possui vencimento a partir de 30 de outubro de 2011 até 30 de abril de 2020. As debêntures possuem cláusula de Opção de Compra de ações adquiridas pela controlada indireta LF Tel no mercado (11.409.200 ações da TNLP4), que poderá ser exercida a qualquer tempo pelo Debenturista no prazo de até 147 (cento e quarenta e sete) meses contados da data da emissão, sem prejuízo do cronograma de resgate programado das debêntures associadas à Opção de Compra. O preço de exercício de cada opção será definido pelo quociente da divisão do valor

Notas Explicativas

nominal unitário de cada debênture, acrescido da atualização monetária, na data do exercício, pela quantidade de ações objeto de cada Opção de Compra.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

Em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta Telemar, realizada em 15 de março de 2011, foi aprovada a nona emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 5 séries, da espécie com garantia real, no valor principal de até R$ 180.000, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos do Art. 52 e seguintes da Lei das S.A. e demais disposições legais aplicáveis, incluindo a Instrução Normativa da CVM no. 476 de 16 de janeiro de 2009. As debêntures foram emitidas em 31 de março de 2011, em 5 séries distintas, sendo a 1ª no valor de R$ 41.249 com vencimento em 31 de março de 2015, a 2ª no valor de R$ 38.254 com vencimento em 31 de março de 2016, a 3ª no valor de R$ 35.671 com vencimento em 31 de março de 2017, a 4ª no valor de R$ 33.403 com vencimento em 2 de abril de 2018 e a 5ª no valor de R$31.422, com vencimento em 1 de abril de 2019, sendo emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados e serão escrituradas junto ao banco mandatário da emissão (Banco Votorantim S.A.). As debêntures farão jus a uma remuneração pré-fixada equivalente a 11,3568% ao ano, calculada de forma linear com base em um ano de 365 dias, incidente sobre o valor nominal unitário das debêntures, desde a data efetiva da integralização das debêntures, até a data do pagamento pela emissora.

Em Assembleia Geral Ordinária da controlada indireta Telemar, realizada em 8 de abril de 2008, foi aprovada a oitava emissão pública de 161.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal unitário de R$ 10, totalizando R$ 1.610.000. Essas debêntures foram integralmente colocadas no mercado em 4 de julho de 2008 pelo valor de R$1.654.050. As debêntures da 1ª série, totalizando 115.000 debêntures, serão amortizadas em cinco parcelas anuais e sucessivas, cada parcela no valor de R$ 2 por debênture, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2009 e o último no vencimento, em 15 de abril de 2013. A remuneração dessa 1ª série será de 1,40% a.a. acima da taxa DI, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2008 e o último no seu vencimento. As debêntures da 2ª série, totalizando 46.000 debêntures serão amortizadas em duas parcelas anuais e sucessivas, cada parcela no valor de R$ 5 por debênture, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2014 e o último no vencimento, em 15 de abril de 2015. A remuneração dessa 2ª série será de 1,55% a.a. acima da taxa DI, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2008 e o último no seu vencimento.

Esta emissão possui avaliações trimestrais de razões financeiras da controlada indireta Telemar e avaliação anual de razões financeiras de sua controlada direta TNL, que vêm sendo regularmente cumpridas.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2010 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2010, foi aprovada a segunda emissão pública, pela controlada indireta TNL, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM n° 476) no valor de R$ 1.500 milhões (valor unitário de R$ 10 milhões), em série única. A data de emissão e subscrição da totalidade das notas foi 19 de agosto de 2010. As 150 debêntures com remuneração de CDI + 1,10% a.a., e pagamento de juros e principal no vencimento final foram liquidadas em 15 de fevereiro de 2011. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$ 1.660 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da controlada indireta TNL, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Notas Explicativas

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 30 de novembro de 2009 e 9 de março de 2010 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2010, foi aprovada a emissão pública, pela controlada indireta TMAR, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária no valor de R$ 2.250 milhões, em duas séries de 225.000 debêntures e valor nominal unitário de R$ 10.000,00. A data de emissão foi 15 de abril de 2010 e a colocação foi efetivada em maio de 2010 no valor total de R$ 2.000 milhões. A primeira série de 175.397 debêntures tem vencimento em 15 de abril de 2014 e remuneração de CDI + 1,20% a.a., com pagamentos semestrais de juros e amortização do principal no vencimento final. A segunda série de 24.603 debêntures tem vencimento em 15 de abril de 2014 e remuneração de IPCA + 7,98%, com pagamentos anuais de juros sobre o principal atualizado e amortização do principal total no vencimento final. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$ 13.426 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da controlada indireta TMAR, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em AGO, realizada em 7 de março de 2006, foi aprovada a emissão pública, pela controlada indireta TMAR, de 216.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal unitário de R$ 10, totalizando R$ 2.160 milhões, sendo a data de emissão 1 de março de 2006 e a data da colocação 27 de março de 2006. O prazo de vencimento das debêntures de 1ª série é de cinco anos e de 2ª série de sete anos, a contar da data de emissão, remuneradas a 103% a.a. da taxa de juros do CDI e a taxa de juros do CDI acrescida de "spread" de 0,55% a.a., respectivamente. Os juros são amortizados semestralmente. A 1ª serie desta emissão, no montante de R$ 1,7 bilhão, venceu em março de 2011. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$ 13.075 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da controlada TMAR, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 1 de junho de 2006, a controlada indireta BrT realizou sua quarta emissão pública de 108.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10, perfazendo o total de R$ 1.080 milhão. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1 de junho de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de um "*spread*" de 3,5% a.a. e sua periodicidade de pagamento é semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1 de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$ 4.087 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da controlada indireta BrT, conforme os prazos contratuais desta emissão.

As debêntures emitidas pela controlada indireta TNL e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

(c) Ações preferenciais resgatáveis (valores não proporcionalizados)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2008 a controlada indireta Telemar aumentou o capital, mediante a emissão de 1.000.000 (um milhão) de novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$1.239,61 (um mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos) por ação, perfazendo um total de R$1.239.616. As ações preferenciais ora emitidas foram integralmente subscritas e integralizadas pelo acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

As ações preferenciais gozam das seguintes preferências, direitos e vantagens:

(i) Prioridade na distribuição de dividendo fixo, cumulativo, no valor em moeda corrente equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano sobre o preço de emissão por ação corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Notas Explicativas

Amplo – IPCA, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações, a ser pago até o dia 30 de abril de cada exercício social, mesmo no exercício em que acontecer o resgate, sendo que, neste caso, o montante a ser distribuído calculado *pro rata die* até a data do efetivo resgate;

(ii) Serão resgatáveis pelo valor correspondente a seu preço de emissão, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir da data de integralização das ações até a data do efetivo resgate, e ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, observado as datas e as quantidades abaixo para tal resgate ("Resgate Programado"):

Data Resgate	Quantidade	% do Total
30/04/2011	66.666	6,67%
30/10/2011	66.666	6,67%
30/04/2012	66.666	6,67%
30/10/2012	66.666	6,67%
30/04/2013	66.666	6,67%
30/10/2013	66.667	6,67%
30/04/2014	66.667	6,67%
30/10/2014	66.667	6,67%
30/04/2015	66.667	6,67%
30/10/2015	66.667	6,67%
30/04/2016	66.667	6,67%
30/10/2016	66.667	6,67%
30/04/2017	66.667	6,67%
30/10/2017	66.667	6,67%
30/04/2018	66.667	6,67%
Total	**1.000.000**	**100%**

(iii) O pagamento do resgate das ações preferenciais poderá, a exclusivo critério de seus titulares, ser efetuado através de pagamento em ações ("Resgate em Ações"), mediante a entrega, pela controlada indireta Telemar, ao acionista que desejar resgatar suas ações, para cada ação preferencial de emissão da TNL objeto do resgate, de 12,243116 ações preferenciais classe "A" de emissão de Telemar Norte Leste S.A. ("Ações TMAR5") de que a controlada indireta Telemar for titular, a partir do momento em que tais ações estiverem desoneradas, observado, entretanto, que a controlada indireta Telemar deverá obter a desoneração até as datas e nas quantidades mínimas previstas no cronograma constante da tabela abaixo:

Data Máxima	Quantidade mínima a estar desonerada
25/04/2011	1.224.311
25/10/2011	2.244.571
25/04/2012	3.468.882
25/10/2012	4.693.193
25/04/2013	6.121.556
25/10/2013	7.141.816
25/04/2014	8.162.076
25/10/2014	9.182.336
25/04/2015	10.202.596
25/10/2015	11.222.856
25/04/2016	12.243.116

Notas Explicativas

Após o recebimento de notificação do titular das ações preferenciais, a controlada indireta Telemar deverá, no prazo de até 15 (quinze) dias, tomar todas as providências necessárias para operacionalizar o Resgate em Ações, transferindo, para o titular das ações preferenciais, as Ações TMAR5 de sua titularidade na quantidade indicada na relação de troca prevista acima, procedendo ao imediato cancelamento das ações preferenciais objeto do resgate.

(iv) Caso as Ações TMAR5 de titularidade da controlada indireta Telemar estejam oneradas ou gravadas no momento em que o acionista detentor das ações preferenciais notificar a controlada indireta Telemar para promover o Resgate em Ações, a controlada indireta Telemar deverá cientificar tal acionista dessa circunstância, e este a seu exclusivo critério poderá (i) optar por promover o Resgate em Ações sobre a quantidade de Ações TMAR5 eventualmente disponíveis, postergando a data do Resgate em Ações do saldo remanescente até a nova data que o acionista detentor das ações preferenciais estipular ou (ii) conceder à controlada indireta Telemar um prazo de no máximo 30 (trinta) dias para disponibilizar Ações TMAR5, livres e desembaraçadas, na quantidade necessária para promover integralmente o Resgate em Ações. Nas hipóteses acima, a controlada indireta Telemar deverá transferir ao acionista detentor das ações preferenciais, ainda, quando do efetivo resgate, quaisquer valores recebidos a título de dividendos ou juros sobre capital próprio atribuíveis às Ações TMAR5 cuja data de entrega tenha sido postergada pela não liberação pela controlada indireta Telemar dos gravames nos prazos previstos acima.

(v) O pagamento do resgate das ações preferenciais poderá, a critério da controlada indireta Telemar, ser efetuado através de pagamento em ações, mediante a entrega, pela controlada indireta Telemar, ao acionista que desejar resgatar suas ações, de Ações TMAR5 de que a controlada indireta Telemar for titular, em qualquer tempo, na hipótese de (a) a média da cotação das Ações TMAR5 dos 40 pregões anteriores à data de notificação para resgate das ações preferenciais seja de, no mínimo, R$ 141,75 (cento e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos), corrigidos pelo IPCA a partir da data de emissão das ações preferenciais, e desde que nesse período as Ações TMAR5 não tenham passado a ser negociadas sem direito a dividendos (*ex-dividendos*); e (b) as Ações TMAR5 que deverão ser entregues ao detentor das ações preferenciais como pagamento do resgate estejam livres, desoneradas e sem qualquer gravame. Neste caso, para cada ação preferencial de emissão da controlada indireta Telemar que seja objeto do resgate, serão entregues 12,243116 Ações TMAR5 de que a controlada indireta Telemar for titular.

(vi) Serão conversíveis em ações ordinárias, a qualquer tempo, à livre opção de seus titulares, reunidos em assembleia convocada para este fim, na hipótese de a controlada indireta Telemar com base na relação de 1 ação preferencial para 1.866,672409 ações ordinárias de emissão da controlada indireta Telemar, caso: (a) o Resgate Programado não tenha ocorrido, total ou parcialmente; (b) o Resgate em Ações não tenha ocorrido, total ou parcialmente; (c) o dividendo fixo das ações preferenciais não tenha sido pago; e (d) a controlada indireta Telemar descumpra a obrigação de depositar na conta vinculada a quantia destinada ao Fundo de Resgate, para o qual serão destinados os recursos financeiros recebidos a título de dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de suas controladas. Neste caso, a relação de troca estabelecida será de 1.866,672409 ações ordinárias de emissão da controlada indireta Telemar para cada ação preferencial; e

(vii) Não terão direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral da controlada indireta Telemar.

Notas Explicativas

A cada ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em virtude da adoção das normas internacionais de contabilidade, a controlada indireta Telemar reclassificou o montante das ações preferenciais resgatáveis do patrimônio líquido para o passivo e reconheceu a atualização monetária e os dividendos fixos no resultado do exercício na rubrica de despesas financeiras.

No trimestre findo em 31 de março de 2011, o montante da dívida é de R$ 1.546.290, sendo R$ 283.827 reconhecido no passivo circulante e R$ 1.262.463 no passivo não circulante.

De acordo com o prazo de programação da dívida, as parcelas de curto prazo serão liquidadas nos meses de abril e novembro de 2011.

Em 29 de abril de 2011, foram liquidados a parcela de curto prazo referente ao mês de abril de 2011 e os dividendos fixos sobre as referentes ao exercício de 2010.

Conforme previsto no Artigo 40 do Estatuto Social da Companhia, foi destinada à reserva de fundo de resgate o montante que considera o valor a ser pago nos próximos 12 meses mais os valores de dividendos fixos pagos nos exercícios de 2009 e 2010.

(d) Usufruto de ações (valores não proporcionalizados)

Em 22 de março de 2011, a controlada indireta Telemar celebrou com o Banco Votorantim S.A. (“Votorantim”) o Instrumento Particular de Constituição de Usufruto Oneroso (“Usufruto”) sobre 150.000 ações preferenciais da sua subsidiária integral Valverde, em favor do Votorantim, mediante pagamento, pelo Votorantim, no valor de R$ 120.000.

Cada uma das ações, objeto do Usufruto, fará jus ao pagamento de dividendos fixos, prioritários e cumulativos, que serão equivalentes ao montante resultado da variação do CDI, acrescida da taxa efetiva de 1% a.a., *pro rata temporis*, multiplicado pelo valor de integralização de cada uma das ações, até o efetivo pagamento, nos termos do estatuto social da Valverde. Caso os dividendos fixos não sejam pagos nas datas estabelecidas no estatuto social da Valverde, a variação do CDI será acrescida de taxa equivalente de 2,5% a.a. até o seu efetivo pagamento.

O Usufruto vigorará até o dia 31 de março de 2019. Caso o Votorantim não tenha recebido durante o prazo do Usufruto pelo menos a quantia de R$ 120.000, ou caso não sejam pagos os dividendos fixos cumulativos durante o prazo de vigência do usufruto, o Usufruto permanecerá válido até o pagamento do referido valor, pelo prazo máximo de 30 anos.

Em 30 de março de 2011, a controlada indireta Telemar celebrou com o Banco Itaú BBA S/A (“IBBA”) o Instrumento Particular de Constituição de Usufruto Oneroso (“Usufruto IBBA”) sobre 19.069.120 ações ordinárias nominativas (TNLP3), de sua titularidade, em favor do IBBA, mediante pagamento, pelo IBBA, no valor de R$ 300.000.

O Usufruto IBBA terá o prazo de duração de 15 anos e será remunerado através da CDI mais *spread* de 1,37% a.a., caso o usufruto seja liquidado, total ou parcialmente, através (i) do pagamento de Juros Sobre Capital Próprio (“JSCP”), ou (ii) através do pagamento de penalidade de natureza compensatória, motivada por (a) mudança de controle acionário direto ou indireto; (b) quaisquer mudanças que resultem na impossibilidade de a controlada indireta Telemar atingir as

Notas Explicativas

metas estabelecidas no *business plan*, será aplicado um aumento de 1% a.a. na taxa interna de retorno mínimo, elevando-se, portanto, a CDI + 2,37% a.a. sobre as parcelas liquidadas nas modalidades acima.

O IBBA fará jus ao recebimento direto de todos os proventos das ações que serão pagos pela controlada indireta TNL, que serão creditados diretamente à sua conta corrente pela própria controlada indireta TNL.

(e) Garantias

Companhia

O empréstimo contratado pela Companhia junto ao Banco Bradesco S.A. possui como garantia as ações de emissão da controlada indireta LF Tel S.A.

A Companhia é avalista de sua controlada La Fonte Telecom no empréstimo contratado com o Banco Alfa de Investimentos S.A.

Iguatemi

Os contratos de abertura de crédito com o BNDES no valor total de R$ 20.000 têm como garantia, promissórias avalizadas pela Companhia.

Em conjunto com o financiamento obtido em 8 agosto de 2006 com Banco Santander foi celebrado com o Banco Santander o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, por meio do qual a controlada Iguatemi cedeu fiduciariamente em garantia ao Banco Santander os direitos creditórios cabíveis em virtude de sua participação no PBSC, e que correspondem ao percentual de 4,718% dos valores líquidos distribuídos à Iguatemi mensalmente pela administradora do Condomínio Civil do Praia de Belas.

Como garantia do empréstimo obtido com Banco Santander em 31 de agosto de 2006, a controlada Iguatemi alienou ao Banco Santander, em caráter fiduciário: (i) os imóveis, objeto do financiamento (sua participação de 20%), bem como todas as benfeitorias e cessões que venham a ser acrescidos a estes; (ii) a fração ideal de 3,1% de cada um dos imóveis descritos no contrato, integrantes do Praia de Belas; e (iii) a cessão fiduciária dos créditos de que a controlada Iguatemi é e será titular no empreendimento PBSC. A controlada Iguatemi apresentou ao credor apólice de seguros relativa à cobertura de danos físicos sobre 100% do imóvel dado em garantia, cujo valor corresponde a R$ 118.569 com vencimento em 28 de setembro de 2009, obrigando-se a manter o seguro em vigor, no valor mínimo anteriormente mencionado, até que o financiamento seja integralmente quitado.

Em contrapartida, pelo pagamento da dívida decorrente do financiamento com Banco Santander obtido em 27 de outubro de 2006, a controlada Iguatemi celebrou com esta instituição financeira Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, por meio do qual a Iguatemi cedeu fiduciariamente em garantia ao Banco Santander os direitos creditórios cabíveis em virtude de sua participação no PBSC, e que correspondem ao percentual de 4,718% dos valores líquidos distribuídos à controlada Iguatemi mensalmente pela administradora do Condomínio Civil do Praia de Belas.

Notas Explicativas

Para o empréstimo com o Banco Santander celebrado em 30 de dezembro de 2008, aditado em 25 de junho de 2009, a controlada Iguatemi apresentou como garantia o imóvel denominado MPT-I, contemplando os conjuntos 41, 51, 61, 71, 81, 91, 101, 111, 121, 131, 141 e 151, e 45% das matrículas individualizadas dos imóveis que constituem o empreendimento denominado MPSC.

Para o empréstimo com o Banco Bradesco celebrado em 25 de setembro de 2009, a controlada Iguatemi apresentou o imóvel denominado Condomínio Iguatemi Alphaville registrado na matrícula 138.678 do Registro e Imóveis de Barueri, que recai sobre o domínio útil do terreno urbano integrante do Quinhão 3 do Sítio Tamboré localizado em Barueri/SP constituídos pelos lotes 12.1,12.2,12.3 e 12.4 da quadra n.02 do arruamento denominado "Alphaville Centro Industrial e Empresarial".

Para o financiamento celebrado com o Banco Itau S.A. em 31 de março de 2010, a controlada Iguatemi apresentou como garantia, a fração ideal de 60,66% das unidades autônomas descritas na Cédula de Crédito Bancário de Abertura de Crédito para Construção de Empreendimento imobiliário com garantia Hipotecária e Outras Avenças, imóvel denominado Condomínio Shopping Center Iguatemi Rio registrado nas matrículas 53705 a 53917 do 10º Oficio de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro.

LF Tel

As debêntures de emissão da controlada indireta LF Tel possuem garantia real representada por penhor da totalidade: (i) das ações ordinárias de emissão da Telemar Participações S.A., de sua propriedade, inclusive as que vierem a ser adquiridas; e (ii) das ações que foram adquiridas no mercado (11.409.200 ações da TNLP4), pela controlada indireta LF Tel, com os recursos provenientes da terceira emissão de debêntures.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

As debêntures emitidas pela controlada indireta Telemar, referentes à nona emissão e o Usufruto, possuem garantia através de alienação fiduciária de 850.000 ações ordinárias e 150.000 ações preferenciais da Valverde, de titularidade da controlada indireta Telemar, bem como os direitos creditórios de sua titularidade decorrentes dos dividendos, JSCP e/ou quaisquer outros proventos relacionados às ações alienadas fiduciariamente, nos termos no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia.

As debêntures emitidas pela controlada indireta Telemar, referentes à oitava emissão, possuem garantia real, na forma do disposto no Artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, estando garantidas por penhor de ações de emissão da TNL e da TMAR, de titularidade da emissora.

O Usufruto IBBA possui como garantia o penhor de ações representativas do capital da TNL em valor equivalente a 100% do saldo devedor (valor principal sacado acrescido de juros).

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da TMAR, da Oi, da BrT e BrT Celular e aval da controladora e das companhias, no montante de R$ 6.048.743. Os empréstimos do Banco do Nordeste do Brasil S.A. possuem garantias em recebíveis da TMAR e Oi e aval da TNL e TMAR, no montante de R$ 372.424.

Grupo de Contact Center e Cobrança(valores não proporcionalizados)

Notas Explicativas

Os empréstimos obtidos pela controlada indireta CTX com os Bancos Itaú BBA e Votorantim estão garantidos pelo penhor das ações de emissão da Contax Participações

A controlada indireta Contax, no financiamento celebrado com o BNDES em agosto de 2007, por opção contratual, apresentou garantias através de fianças de instituições financeiras, não sendo neste caso, aplicáveis as estruturas de recebíveis e de cláusulas restritivas (*financial covenants*) em 31 de março de 2011. Os custos relativos a essas fianças totalizaram R$ 225 (R$ 430 em 31 de março 2010).

Em garantia ao financiamento obtido com o BNDES em março de 2010, a controlada indireta Contax oferece os direitos creditórios provenientes do Contrato de Prestação de Serviços firmado com a Oi Fixa, TNL PCS S/A ("Oi Móvel") e a Telemar Internet Ltda.

(f) Arrendamento mercantil

As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil financeiro possuem prazo de pagamento que variam entre 12 e 60 meses e estão registradas pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem, substancialmente, à variação do CDI, são registrados no resultado do exercício das controladas durante o prazo do arrendamento.

O valor presente dos pagamentos mínimos futuros está distribuído da seguinte maneira:

Arrendamento Mercantil	Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
Até um ano	545	1.160
	545	1.160

(g) CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários (valores não proporcionalizados)

Em 10 de agosto de 2010, a controlada indireta TMAR e a sua controlada indireta BrT transferiram, através de integralização de capital, a propriedade de 162 imóveis bens reversíveis para sua subsidiária integral Copart 4, e a BrT transferiu a propriedade de 101 bens reversíveis imóveis para sua subsidiária integral Copart 5, respectivamente, cujo valor residual totaliza R$ 385.507 (valor contábil). A integralização de capital foi efetuada nas Copart 4 e Copart 5 com base em laudo de avaliação de empresa especializada dos ativos a valor contábil. As controladas indiretas TMAR e a BrT celebraram contratos de 12 anos de locação dos imóveis transferidos às suas controladas e ao final do contrato a propriedade dos referidos imóveis retorna para as controladas indiretas TMAR e BrT.

As Copart 4 e Copart 5 cederam os direitos aos fluxos de recebíveis dos contratos de locação à BSCS - Brazillian Securities Companhia de Securitização, que emitiu os CRI's lastreados pelos recebíveis dos referidos contratos. Nesses contratos, a controladas indiretas TMAR e a BrT se comprometem a efetuar o pagamento dos alugueis a BSCS. Os CRI's foram adquiridos por diversas instituições financeiras no Brasil.

As Copart 4 e Copart 5 receberam o valor do fluxo dos aluguéis adiantado no montante consolidado de R$ 1.584.518, líquidos dos custos da transação (R$ 33.297), decorrente do recebimento

Notas Explicativas

antecipado. Esse montante foi registrado como dívida obrigação no referido valor com prazo de vencimento de 12 anos. O custo da operação é de 102% do CDI.

Em conexão com a operação do CRI, em AGE realizada em 20 de outubro de 2010 da controlada indireta TMAR, foi aprovada a emissão privada de 999.295 (novecentos e noventa e nove mil, duzentos e noventa e cinco) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R$ 1.000 (mil reais), totalizando R$ 999.295 mil, com prazo para subscrição de até três anos. Os recursos foram empregados nas necessidades de capital de giro da controlada indireta TMAR, incluindo pagamento de dívidas de curto prazo. A assinatura da escritura foi em 10 de novembro de 2010 e a subscrição efetuada pela sua controlada Copart 4, no valor de R$ 999.295 mil ocorreu no mesmo dia. O prazo final de vencimento das debêntures é 10 de junho de 2022, sem amortizações intermediárias. As debêntures são remuneradas por 103% do CDI-CETIP e os juros serão pagos semestralmente nos dias 10 de Maio e 10 de Novembro de cada ano, a partir de 10 de Maio de 2011 até 10 de Maio de 2022, com um pagamento final na data de vencimento da emissão em 10 de Junho de 2022.

Adicionalmente em AGE realizada em 9 de novembro de 2010, foi aprovada a emissão privada, pela BrT, de 47 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R$ 10 milhões, totalizando R$ 470 milhões, com prazo para subscrição de até três anos. Os recursos foram empregados para propósitos corporativos da controlada indireta BrT. A assinatura da escritura foi em 10 de novembro de 2010 e a subscrição efetuada pela sua controlada Copart 5, no valor de R$ 470 milhões, ocorreu no mesmo dia. O prazo final de vencimento das debêntures é 10 de junho de 2022, sem amortizações intermediárias. As debêntures são remuneradas por 103% do CDI-CETIP e os juros serão pagos semestralmente, nos dias 10 de maio e 10 de novembro de cada ano, a partir de 10 de maio de 2011 até 10 de maio de 2022, com um pagamento final na data de vencimento da emissão em 10 de junho de 2022.

Os ativos e passivos das Copart 4 e Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Informações Trimestrais de suas controladoras TMAR e BrT, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem nas controladoras.

(h) A dívida de longo prazo, líquida dos custos de captação, está programada para ser paga nos seguintes exercícios:

	Controladora	Consolidado
2012	-	716.575
2013	94.952	1.055.767
2014	94.952	1.062.972
2015	94.733	710.938
2016	-	559.761
2017 em diante	52.288	1.480.416
	336.925	5.586.429

(i) Os custos de transação serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado a longo prazo:

Notas Explicativas

	Consolidado
2011	17.216
2012	11.913
2013	15.517
2014	12.326
2015	12.085
2016	8.912
2017 em diante	28.102
	106.072

(j) *"Covenants"*

Companhia

O empréstimo da Companhia com o Bradesco S.A. possuem cláusulas contratuais que prevêem o vencimento antecipado do saldo devedor estão abaixo sumarizadas:

- Inadimplemento de quaisquer obrigações da Companhia e seus avalistas;
- Ocorrência, na Companhia ou seus avalistas, de protestos de títulos de valor individual ou agregado superior a 10% do valor do saldo devedor do empréstimo;
- Existência de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar o imóvel oferecido como garantia;
- Não substituição de qualquer um dos avalistas que se encontrarem nas situações acima mencionadas.
- Alienação, transferência ou cessão, total ou parcial, de percentual igual ou superior a 20% de sua participação acionária na La Fonte Telecom S.A., LF Tel S.A. e Telemar Participações S.A.

Essas cláusulas contratuais foram cumpridas em 31 de março de 2011.

Iguatemi

Parte dos contratos de financiamento e debênture obtidos pela controlada Iguatemi possuem cláusulas contratuais que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e manutenção de saldos mínimos recebíveis em uma conta corrente. Essas cláusulas contratuais foram cumpridas em 31 de março de 2011.

LF Tel

Até a integral liquidação das debêntures, a controlada indireta LF Tel possui obrigações e restrições de natureza societária, contábil e financeira previstas na cláusula 8 do Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão Privada de Debêntures. Em 31 de março de 2011 todas as obrigações foram atendidas. As principais são:

Notas Explicativas

- incorrer em endividamento adicional;
- prestar garantias;
- dar bens em garantia;
- vender ou dispor de ativos; e
- fazer certas aquisições, fusões e reestruturações.

Grupo de Telecomunicações

Os contratos de financiamentos com o BNDES, com outras instituições financeiras e as emissões de Debêntures, das controladas indiretas Telemar, TMAR, Oi, BrT e BrT Celular, exigem cumprimento de índices financeiros. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

No fechamento das Informações Trimestrais de 31 de março de 2011 todos os índices foram cumpridos pelas controladas.

A nona emissão de debêntures pela controlada indireta Telemar também exigem cumprimentos de índices financeiros, que serão apurados nos prazos constantes na escritura das debêntures.

Desde 31 de dezembro de 2010 a controlada indireta TMAR não cumpria com o "*covenant*" do "*Debt Service coverage*" definido no contrato com o JBIC. No entanto, o JBIC renunciava a este direito. No final do exercício de 2010 o valor desta dívida classificado no não circulante, no montante de R$ 646.853 (valor não proporcionalizado), foi transferido para o circulante. Em 31 de março de 2011, a controlada indireta TMAR voltou a cumprir com o referido "*covenant*". Assim sendo, a controlada indireta TMAR tornou a reclassificar o valor atualizado de R$ 529.885 (valor não proporcionalizado) para o não circulante.

Grupo de Contact Center e Cobrança

De acordo com cláusulas contratuais do financiamento da controlada indireta Contax obtido com o BNDES em março de 2010, a controlada indireta Contax deverá manter, durante a vigência do presente contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("Índice") igual ou maior que 1,65, sendo:

a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida calculado pela divisão do Lucro Antes de Imposto de Renda, Juros, Depreciação e Amortização (LAJIDA), também conhecido como Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization - EBITDA, pelo Serviço da Dívida, em base semestral;

b) LAJIDA (EBITDA) equivale ao resultado operacional antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social e despesas com depreciação e amortização, no semestre;

c) Serviço da Dívida equivale ao montante da dívida efetivamente pago aos credores a título de amortização de principal e juros, no semestre.

Em 31 de março de 2011, a controlada indireta Contax revisou a cláusula restritiva referente a este contrato de financiamento, e concluiu que cumpria o referido Índice.

Notas Explicativas

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Consolidado	
	31/03/2011	**31/12/2010**
Ativos		
Contratos de "swap" - cambial	8.941	10.536
Contratos de "swap" - taxa de juros	74	161
Contratos de "Non Deliverable Forward" - NDF	-	2.859
Contratos de Opção	-	1.065
	9.015	14.621
Circulante	5.453	9.573
Não circulante	3.562	5.048

	Consolidado	
	31/03/2011	**31/12/2010**
Passivos		
Contratos de "swap" - cambial	116.368	159.196
Contratos de "swap" - taxa de juros	1.859	3.495
Contratos de "Non Deliverable Forward" - NDF	24.965	23.286
	143.192	185.977
Circulante	86.611	123.867
Não circulante	56.581	62.110

A partir de 1 de janeiro de 2011, a controlada indireta TMAR e sua controlada indireta BrT adotaram dentre suas políticas contábeis a contabilidade de *hedge*. Os efeitos decorrentes da referida adoção se encontram descritos na Nota 3.

21. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Consolidado	
	31/03/2011	**31/12/2010**
SMP - Serviço Móvel Pessoal (i)	317.375	429.427
Concessões do STFC (ii)	30.624	34.447
Outras Autorizações (iii)	605	812
	348.604	464.686
Circulante	96.763	116.340
Não circulante	251.841	348.346

Notas Explicativas

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviço STFC, obtidas através de leilões.

(i) Os termos de autorização do Direito de Uso de radiofrequências nas faixas 3G para exploração de SMP nas áreas das Regiões I, II e III do PGA foram assinados em 29 de abril de 2008 pelas controladas indiretas Oi e BrT Celular, demandando um investimento total de R$ 867.018 e R$ 488.235, respectivamente (valores não proporcionalizados). No ato da assinatura dos termos as companhias desembolsaram 10% do valor ofertado. Sobre o saldo devedor incide a variação do IST - Índice do Setor de Telecomunicações, acrescido de juros de 1% a.m., conforme as regras previstas no edital de licitação, com vencimentos finais em 2016 e 2015, respectivamente.

As autorizações do SMP contratadas pelas controladas indiretas Oi e BrT Celular junto a ANATEL em 2003, 2004 e 2002, 2004, respectivamente, estão representadas pelos termos que totalizaram R$ 331.433 (valor não proporcionalizado). Tais autorizações referem-se à exploração do SMP pelo período de 15 anos na mesma área de atuação em que as companhias possuem concessão para a telefonia fixa. Do valor contratado, 10% foram pagos no ato da assinatura contratual, sendo que o saldo restante foi integralmente reconhecido nos passivos das controladas para serem amortizados em parcelas anuais, iguais e sucessivas, com vencimentos previstos para o exercício de 2011 (saldo de uma parcela), e 2011 a 2012 (saldo de duas parcelas), respectivamente, relacionados com os exercícios sociais em que os termos foram assinados. Sobre o saldo devedor incide a variação do IGP-DI, acrescida de 1% a.m.

Os termos de autorização do Direito de Uso de radiofrequências nas faixas de 2G (GSM) para exploração de SMP em São Paulo e aumento de banda em alguns estados da Região I do PGA (Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão, Roraima, Bahia, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte) foram assinados em 7 de dezembro de 2007 pela controlada indireta Oi, demandando um investimento total de R$ 131.106 (valor não proporcionalizado). Em 7 de dezembro de 2007, a controlada indireta Oi desembolsou 10% do valor ofertado e quitou os 90% restantes, sem correção, em 10 de setembro de 2008, conforme as regras previstas no edital de licitação.

(ii) A concessão do STFC refere-se à provisão constituída pelas controladas indiretas TMAR e BrT de acordo com o regime de competência, tomando por base a aplicação de 1% sobre a receita líquida de tributos. De acordo com o contrato de concessão vigente, o pagamento em favor da ANATEL terá vencimento a cada biênio, definido para o mês de abril dos anos ímpares e será equivalente a 2% da receita líquida apurada no exercício imediatamente anterior.

(iii) O valor de outras autorizações pertence à controlada indireta BrT Multimídia e se refere à outorga de autorização de uso de blocos de radiofrequência associada à exploração do serviço de comunicação multimídia. O valor contratado foi de R$ 9.110 (valor não proporcionalizado) e sobre tal obrigação incide variação do IGP-DI acrescida de 1% a.m. A liquidação do saldo dessa obrigação ocorrerá em três parcelas anuais, iguais e sucessivas, sempre no mês de maio.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

Até 31 de dezembro de:	**Consolidado**

Notas Explicativas

2011	87.592
2012	56.193
2013	50.877
2014	51.096
2015	51.096
2016	51.096
2017	218
2018	218
2019	218
Total	348.604

22. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

PAES – REFIS II

A controlada indireta TNL e suas controladas TMAR, Oi e iG Brasil aderiram ao PAES – Parcelamento Especial (também conhecido como REFIS II – Programa de Refinanciamento Fiscal II), disciplinado pela Lei nº 10.684/2003, inscrevendo parte substancial dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 28 de fevereiro de 2003.

Conforme previsto no art. 7º da referida Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do PAES, podendo ser excluídas do programa caso atrasem esses pagamentos por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer.

A RFB – Receita Federal do Brasil e a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional incluíram indevidamente diversos débitos das controladas indiretas TNL, da TMAR e da Oi no PAES, de modo que o saldo dos referidos parcelamentos foi consolidado em valor superior àquele incluído pelas empresas.

As controladas indiretas TMAR e Oi optaram pela discussão judicial das diferenças apontadas pela RFB. No caso da controlada indireta Oi o parcelamento já se encontra liquidado, persistindo a discussão apenas para a controlada indireta TMAR.

Com a edição do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, os saldos de parcelamento das controladas indiretas TNL e iG Brasil foram migrados, conforme abaixo, remanescendo apenas a controlada indireta TMAR ainda no PAES, cujo refinanciamento encontra-se pactuado em 120 meses.

Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009

Iguatemi

Em 30 de novembro de 2009, a controlada Iguatemi e suas controladas aderiram ao parcelamento de débitos perante a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no montante total de R$10.095. A controlada Iguatemi optou pelo pagamento desses débitos em 30 meses e não irá utilizar-se de créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição

Notas Explicativas

social para liquidação de juros e multas.

LF Tel

Em 30 de novembro de 2009, a LF Tel aderiu ao parcelamento de débitos perante a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no montante total de R$ 1.628 (valor não proporcionalizado), tendo optado pelo pagamento desses débitos em 30 meses. Este montante permanece classificado como passivo circulante e não circulante.

As principais teses inseridas no programa foram:

- Reparcelamentos de PIS e COFINS, anteriormente existentes.
- Valores relativos ao PIS e COFINS devidos s/ receita de juros sobre o capital próprio.

Grupo de Telecomunicações

A controlada indireta TNL e várias de suas controladas aderiram ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.

Conforme previsto no art. 1º, V, §9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas Portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. Os pedidos de parcelamento foram formalizados entre os dias 11 de novembro e 30 de novembro de 2009. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

As controladas indiretas TNL, BrT e iG Brasil optaram por migrar os saldos dos parcelamentos especiais anteriores (REFIS e PAES) para o novo parcelamento. Para tanto, nos termos da Lei nº 11.941/2009, as empresas restabeleceram as respectivas dívidas nos montantes referentes ao momento anterior aos antigos parcelamentos e, posteriormente, aplicaram os redutores previstos na nova lei.

Os valores dos parcelamentos são compostos como segue:

	Consolidado	
	31/03/2011	**31/12/2010**
PAES	3.062	47.947
Parcelamento da Lei 11.941/2009	187.262	162.976
	190.324	210.923

Notas Explicativas

Circulante	11.110	15.952
Não circulante	179.214	194.971

Os valores do PAES e do novo parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

					Consolidado
				31/03/2011	31/12/2010
	Principal	Multa	Juros	Total	Total
COFINS/PIS	64.849	11.065	48.584	124.498	116.602
Imposto de renda	14.389	2.025	11.407	27.821	31.101
CPMF	2.978	298	1.430	4.706	16.900
IOF	7.331	759	3.601	11.691	19.685
INSS - SAT	1.813	657	3.357	5.827	7.825
Contribuição social	4.218	635	2.887	7.740	9.413
Outros	2.704	771	4.566	8.041	9.397
	98.282	16.210	75.832	190.324	210.923

No período findo em 31 de março de 2011, os pagamentos do REFIS e do Novo Parcelamento foram liquidados, sem atraso, em consonância com a determinação da Instrução CVM nº 346/2000, que dispõe sobre a regularidade do pagamento como condição essencial para a manutenção das condições previstas no parcelamento.

Os valores do PAES são atualizados monetariamente pela variação da TJLP, e do Novo Parcelamento pela SELIC, tendo sido reconhecidos R$ 12.949 (31/03/2010 – R$ 5.410) no consolidado como “Despesas financeiras”, no trimestre findo em 31 de março de 2011 (vide Nota 7).

Em função de uma decisão judicial em primeira instância publicada ao final de março de 2011, a controlada indireta TMAR revisitou a avaliação da probabilidade de perda para essa disputa judicial, alterando-a de possível para provável. Consequentemente, a controlada indireta TMAR reconheceu no resultado a diferença, objeto da disputa, entre o valor incluído no PAES em 2003, com o qual não concordava, e o novo programa de parcelamento (REFIS 4). Atualmente, a controlada indireta TMAR migrou parte dos seus débitos para o REFIS 4, regulamentado pela Lei 11.941/2009, enquanto que a parcela não transferida remanesce controvertida nos tribunais relativos a outros litígios. Em março de 2011 a controlada indireta TMAR reconheceu o principal em outras despesas operacionais, impactando o resultado consolidado em R$ 8 milhões, e registrou a atualização monetária líquida em despesas financeiras, impactando o resultado consolidado em R$ 35 milhões (vide Nota 7).

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

Notas Explicativas

Até 31 de dezembro de:	Consolidado
2011	10.987
2012	14.973
2013	14.973
2014	13.962
2015	13.962
2016 a 2018	41.253
2019 a 2021	41.253
2022 a 2024	38.961
	190.324

23. PROVISÕES

(a) Composição do saldo

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

		Controladora		Consolidado	
		31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
	Tributárias (vide item (d) (1))				
(i)	ICMS	-	-	97.735	135.918
(ii)	FUNTTEL	-	-	17.382	23.615
(iii)	ISS	-	-	12.832	16.914
(iv)	ILL	-	-	8.920	12.118
(v)	INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	-	-	2.431	3.550
(vi)	PIS e COFINS	-	-	18.087	17.932
(vii)	Demais ações	278	278	29.676	31.177
		278	278	187.063	241.224
	Trabalhistas (vide item (d) (2))				
(i)	Horas extras	-	-	107.642	133.913
(ii)	Diferenças salariais	-	-	51.506	64.117
(iii)	Adicionais diversos	-	-	36.437	45.119
(iv)	Indenizações	-	-	31.233	37.613
(v)	Verbas rescisórias	-	-	18.960	24.183
(vi)	Complemento de aposentadoria	-	-	16.088	20.545
(vii)	Subsidiariedade	-	-	14.473	19.392
(viii)	Estabilidade/ Reintegração	-	-	12.492	17.468
(ix)	FGTS	-	-	6.762	8.544
(x)	Multas trabalhistas	-	-	3.767	5.723
(xi)	Honorários advocatícios/periciais	-	-	1.983	2.586
(xii)	Vínculo empregatício	-	-	769	1.424
(xiii)	Demais ações	5.309	5.309	34.537	37.079
		5.309	5.309	336.649	417.706
	Cíveis (vide item (d) (3))				

Notas Explicativas

(i)	Societário	-	-	383.024	528.026
(ii)	Estimativas ANATEL	-	-	76.854	106.093
(iii)	Multas ANATEL	-	-	57.734	76.683
(iv)	Juizados Especiais Cíveis	-	-	30.728	39.774
(v)	Caixa Economica Federal	-	-	33.722	35.379
(vi)	Corella	-	-	10.143	10.228
(vii)	Demais ações	-	-	104.300	138.496
		-	-	696.505	934.679
		5.587	5.587	1.220.217	1.593.609
	Circulante	-	-	300.454	369.934
	Não circulante	5.587	5.587	919.763	1.223.675

(b) Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)

				31/03/2011
	Tributárias	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Provisionadas	187.063	336.649	696.505	1.220.217
Não provisionadas	2.610.109	580.094	228.192	3.418.395

				31/12/2010
	Tributárias	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Provisionadas	241.224	417.706	934.679	1.593.609
Não provisionadas	3.415.213	681.797	309.214	4.406.224

(c) Resumo das movimentações dos saldos de provisões para perdas em processos judiciais

				Consolidado
	Tributárias	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Saldo em 31/12/2010	241.224	417.706	934.679	1.593.609
Adições, líquidas de reversões (i)	(49.902)	(90.364)	(234.962)	(375.228)
Baixas por pagamentos/ encerramentos	(9.359)	(13.463)	(11.004)	(33.826)
Atualização monetária (Nota 7)	5.100	22.770	7.792	35.662
Saldo em 31/03/2011	187.063	336.649	696.505	1.220.217

(d) Provisões (consolidado) (valores não proporcionalizados)

(1) Tributárias:

Notas Explicativas

(i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.

(ii) FUNTTEL - A provisão é relativa à alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente).

(iii) ISS – Representado principalmente pela seguinte provisão: As controladas indiretas TMAR e a BrT mantêm provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como aluguéis de equipamentos, de valor agregado e técnicos e administrativos.

(iv) ILL - A controlada indireta TMAR compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.

(v) INSS – Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.

(vi) A controlada Iguatemi é ré em autuações relacionadas com a falta de recolhimento das contribuições ao PIS e à COFINS sobre a receita de aluguel em períodos anteriores a 1998. Em 31 de março de 2011, os valores montam a R$14.704 (31/12/2010 - R$ 14.578) para a COFINS e R$3.383 (31/12/2010 - R$3.354) para o PIS. O processo administrativo da COFINS foi julgado na 2ª Instância da esfera administrativa e a Receita perdeu o recurso. Os processos judiciais (execuções fiscais) do PIS e da COFINS estão em fase de instrução processual na 1ª Instância.

(vii) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU, no valor de R$ 10.462 (31/12/2010 – R$ 10.462), e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social, no montante de R$ 1.300 (31/12/2010 - R$ 1.562). Na controlada indireta Contax, o questionamento refere-se à dedução do custo do ISS sobre a base de calculo para apuração de PIS/COFINS, no montante de R$ 13.480 (31/12/2010 – R$ 12.625).

(2) Trabalhistas:

(i) Horas extras - Reclamações referentes a pedidos de recebimento de horas adicionais, trabalhadas além da jornada normal de trabalho.

(ii) Diferenças salariais - Representadas, substancialmente, por verbas decorrentes de diferenças salariais entre empregados de equiparação salarial/reenquadramento, pleiteadas por aqueles que recebem menor remuneração a despeito da identidade de funções, associada a outros requisitos previstos na legislação aplicável.

Notas Explicativas

(iii) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.

(iv) Indenizações - Correspondem a pedidos de ressarcimento ou compensação por danos ocorridos no curso do contrato de trabalho, decorrentes de razões diversas, entre as quais pode-se citar: acidente de trabalho, estabilidade provisória, danos morais, devolução de descontos em folha de pagamento, auxílio creche e produtividade previstos em acordo coletivo.

(v) Verbas rescisórias - Valores devidos aos reclamantes decorrentes de verbas da rescisão do contrato de trabalho, tais como férias (proporcionais/vencidas), décimo terceiro salário, multa FGTS e outras, além do reflexo de outros pedidos que deveriam integrar o cálculo da rescisão.

(vi) Complemento de aposentadoria - Reclamações referentes às diferenças devidas no plano de previdência privada dos ex-empregados, originadas pelo êxito na integração de outras verbas salariais devidas e não consideradas no cálculo do valor da aposentadoria.

(vii) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas, por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.

(viii) Estabilidade/reintegração – Refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;

(ix) FGTS - Reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.

(x) Multas trabalhistas - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas.

(xi) Honorários advocatícios/periciais - Parcelas pagas nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial.

(xii) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a controlada indireta TMAR e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.

(xiii) Demais ações - Refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

Notas Explicativas

No trimestre findo em 31 de março de 2011, a controlada indireta BrT e suas controladas concluíram o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela controlada indireta TMAR. Como consequência, a controlada indireta BrT reconheceu efeitos no resultado consolidado de R$ 53.074 (valor não proporcionalizado), contabilizado como outras despesas operacionais na conta "provisões/reversões" e R$ 63.566 (valor não proporcionalizado), contabilizado como despesas financeiras na conta "atualização monetária de provisões".

(3) Cíveis:

(i) Societário - Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais: nº 415/1972, nº 1.181/1974, nº 1.361/1976, nº 881/1990, nº 86/1991 e nº 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT, sociedade incorporada pela controlada indireta BrT discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A controlada indireta BrT provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do primeiro semestre de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a controlada indireta BrT a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A controlada indireta BrT, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da controlada indireta BrT, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A controlada indireta BrT atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese (incluindo todos os custos processuais).

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que o mesmo fixou critérios de indenização a ser adotado pela controlada indireta Brasil Telecom S.A, em benefício de acionistas da extinta Companhia Riograndense de Telecomunicações – CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, a eventual indenização (conversão da eventual obrigação em dinheiro) deve se basear: (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir

Notas Explicativas

correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a controlada indireta BrT julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de março de 2011, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da BrT.

(ii) Estimativas ANATEL – Refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU e PGMQ.

(iii) Multas ANATEL – Refere-se, substancialmente, as provisões de PADO´s – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade.

(iv) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

(v) Caixa Econômica - O Condomínio Shopping Center Iguatemi ajuizou ação em face da Caixa Econômica Federal - CEF, objetivando concessão de liminar e decisão judicial definitiva para expurgar do saldo devedor do mútuo o reajuste aplicado em 16/04/90 (84,32% - IPC de março/90), proceder ao recálculo do saldo do débito com a aplicação do BTNF vigente no dia do aniversário do contrato (7,10%) e apurar o valor das prestações vincendas. O processo está no Supremo Tribunal Federal aguardando julgamento.

(vi) Corella - A controlada Iguatemi é ré em ação ordinária que objetiva a aplicação de cláusula de recompra da participação do autor no SCIR, equivalente a 3,58% desse empreendimento. Os assessores jurídicos da controlada Iguatemi classificam a probabilidade de perda como possível. A ação, que poderá elevar a participação da controlada Iguatemi no empreendimento, totaliza R$ 10.143 em 31 de dezembro de 2010 (31.12.2010 - R$ 10.228). O processo aguarda julgamento na 2ª Instância da esfera judicial.

(vii) Demais ações - Refere-se, principalmente, a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da TNL, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais, para os quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outros. Já a controlada indireta Contax é parte envolvida em 81 ações cíveis relacionadas, substancialmente, às ações de cobrança indevida. Adicionalmente, a controlada indireta Contax foi multada pela Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos (“Correios”) por quebra de obrigações do contrato celebrado entre as partes em 13 de maio de 2002 para vigorar pelo prazo de 6 (seis) anos. As multas aplicadas totalizam R$ 2.645 por alegada violação de confidencialidade de mensagens telefônicas; falha em não transferir linhas telefônicas reservadas (0800); e falha em não atender integralmente as ligações telefônicas. Apesar de a controlada indireta Contax possuir fortes fundamentos jurídicos para contestar a equidade de tais multas, a controlada indireta Contax provisionou o valor de R$ 442. A controlada indireta Contax ajuizou Ação Anulatória, garantindo o valor discutido através de apólice de seguro. Em junho de 2010, os Correios efetuaram o depósito do valor de R$ 2.645, a favor da controlada indireta Contax, em cumprimento à liminar judicial.

Notas Explicativas

(e) Passivo contingente (valores não proporcionalizados)

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Tributárias

Companhia

A Companhia possui processos de natureza tributária, envolvendo "possível" risco de perda. Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro 2010 os valores estimados totalizavam R$ 20.958.

Iguatemi

Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a controlada Iguatemi possui processos de natureza tributária, envolvendo "possível" risco de perda no montante estimado de R$ 16.176.

La Fonte Telecom

A controlada La Fonte Telecom possui processos de natureza tributária, envolvendo "possível" risco de perda, relacionados a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 os valores estimados de perda totalizam R$ 13.230.

LF Tel

A controlada indireta LF Tel possui processos de natureza tributária, envolvendo "possível" risco de perda, relacionados a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 31 de março de 2011 e 31 dezembro de 2010 os valores estimados de perda totalizam R$ 7.873.

Grupo de Telecomunicações

ICMS - Autuações fiscais que alcançam o montante aproximado de R$ 5.256.254 (31/12/2010 – R$ 4.645.477). Dentre essas autuações, destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.

Notas Explicativas

Tributos municipais – Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertinentes a aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R$ 2.753.994 (31/12/2010 - R$ 3.047.052), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

INSS - Processos no montante aproximado de R$ 1.479.744 (31/12/2010 – R$ 1.442.202) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a controlada indireta TMAR pelas autoridades previdenciárias (NFLD's de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R$ 403.767 (31/12/2010 – R$ 393.332).

Tributos federais - As autuações de tributos federais são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R$ 4.835.640 (31/12/2010 – R$ 3.980.752). A Administração da controladas indiretas TNL, TMAR e BrT, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera como possíveis chances de perdas nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.

Seguem abaixo relacionadas, demais cobranças efetuadas pelas autoridades federais:

(i) IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Amortização do ágio – Autuação de julho de 2005 – Questionamento de R$ 2.289.536 (31/12/2010 – R$ 2.229.872), substancialmente, relacionado à operação societária realizada pela controlada indireta TNL em 1998 que proporcionou a apropriação do ágio contábil apurado no leilão de privatização do Sistema Telebrás. A amortização do ágio e correspondente dedução para fins tributários estão previstas na Lei n° 9.532/1997, que, em seu art. 7°, autoriza que o produto da amortização do ágio seja computado no lucro real da controlada indireta TNL resultante de fusão, cisão ou incorporação, em que uma delas detenha investimentos na outra, adquiridos com ágio fundamentado na perspectiva de rentabilidade da investida. Há, portanto, previsão expressa na legislação federal vigente quanto à possibilidade de aproveitamento do ágio pago na aquisição de investimentos. Trata-se de operação usual no mercado e que obedeceu, inclusive, às prescrições da Instrução CVM n° 319/1999. A controlada indireta TNL conta com pareceres jurídicos de quatro renomados escritórios de advocacia tributária, confirmando a licitude dos procedimentos adotados na operação em questão.

A empresa obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R$ 594.438 (31/12/2010 – R$ 579.075) e, após apresentação do recurso cabível, aguarda decisão de 2ª instância administrativa, permanecendo como possível o montante de R$ 1.695.097.

(ii) PIS e COFINS – Glosas indevidas – Em 30 de junho de 2006, a controlada indireta TMAR foi autuada pela SRF no montante de R$ 944.061 (31/12/2010– R$ 919.544),

Notas Explicativas

referente a diversas glosas de exclusões nas bases de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS; em razão da fiscalização não ter considerado as informações constantes nas obrigações acessórias retificadas pelo contribuinte (DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais retificadoras) para a apuração dos valores devidos, e incorreções nos comparativos (PIS e COFINS apurado x DCTF´s) por parte da fiscalização. A controlada indireta TMAR levantou os documentos comprobatórios para defesa da sua correta apuração e recolhimento e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia como possíveis às chances de perda nessa autuação.

Foi obtida decisão parcialmente favorável em primeira instância, ainda provisória, através da qual foi reduzido em, aproximadamente, R$ 536.637 (31/12/2010 – R$ 522.767) o valor autuado, tendo sido interposto recurso em face da parcela desfavorável à controlada indireta TMAR. Tendo em vista que o valor reduzido é decorrente da identificação de erros cometidos, na avaliação dos advogados da controlada indireta TMAR, permanecendo possível a parcela restante de R$ 407.425.

(iii) Multa - IRRF Mútuo - Autuação de dezembro de 2007 – As autoridades fazendárias imputaram à controlada indireta TMAR multa no valor histórico de R$ 236.916 (31/12/2010 – R$ 230.816) pela falta de retenção do IRRF devido (nos anos-calendário de 2002 e 2003) por ocasião dos rendimentos decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com a sua controladora TNL.

A empresa obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R$ 91.531 (31/12/2010 - R$ 89.272) e, após apresentação do recurso cabível, aguarda decisão de 2ª instância administrativa, permanecendo como possível o montante de R$ 145.385. Os assessores jurídicos da controlada indireta TMAR consideram que há bons argumentos para a defesa de seus interesses, uma vez que, além de parte dos valores terem sido alcançados pela decadência e serem de risco remoto de perda, a retenção de que se trata era dispensada pelo inciso II do art.77 da Lei nº 8.981/1995, que apenas veio a ser revogado pela Lei nº 10.833/2003.

Grupo de Contact Center e Cobrança

Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a controlada indireta Contax Participações possui passivos contingentes fiscais e cíveis, atualizados com base na SELIC, nos montantes de R$44.932 e R$26.473. Estes valores não estão provisionados em função da controlada indireta Contax Participações haver interposto recurso de defesa e ter se baseado na opinião de seus assessores legais externos que atribuem aos referidos processos probabilidade de perda possível ou remota.

Trabalhistas

Grupo de Telecomunicações

Refere-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R$ 2.771.920 (31/12/2010 – R$ 2.546.580).

Notas Explicativas

No trimestre findo em 31 de março de 2011, a controlada indireta BrT concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela controlada indireta TMAR. A metodologia considerada anteriormente pela controlada indireta BrT e suas controladas tinha como base atribuir às causas os valores informados por seus consultores jurídicos externos, e o modelo que passou a ser adotado considera a média dos valores históricos pagos em processos de mesma natureza. Como consequência foi verificado o aumento no montante de R$ 116.640, nas estimativas dos valores dos processos.

Grupo de Contact Center e Cobrança

Em 22 de janeiro de 2010, a controlada indireta Contax foi autuada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) do Rio de Janeiro, no montante de R$ 29.136. No auto de infração, que atinge o período de janeiro de 2001 a fevereiro de 2009, são exigidos os valores relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Lei nº 8.036/90) e a Contribuição Social (Lei Complementar nº 110/01) incidentes sobre os pagamentos em dinheiro, aos seus funcionários, do valor correspondente ao benefício indireto do vale transporte. A controlada indireta Contax impugnou administrativamente o auto de infração e atualmente aguarda julgamento.

Cíveis

Grupo de Telecomunicações

Refere-se a ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R$ 1.410.900 (31/12/2010 – R$ 1.371.801).

Esse valor está baseado, exclusivamente, nos montantes dos pedidos dos autores (normalmente superiores à realidade do mérito), não havendo até a presente data nenhuma decisão judicial final.

Os questionamentos acima mencionados incluem também determinadas disputas em aberto com promitentes assinantes e com cessionários de promitentes assinantes de seus serviços de telefonia fixa na Região I, que alegaram não cumprimento integral de determinados contratos de participação financeira anteriores à privatização (através das quais esses assinantes alegam ter direito a ações da TMAR). Tais processos envolvem, atualmente cerca de 45 mil contratos em disputa na esfera judicial e para os quais a controlada indireta TMAR não possui provisão, já que seus consultores avaliam o risco de perda como possível. Uma vez que os processos relacionados aos referidos contratos encontram-se em fase de conhecimento não é praticável mensurar valores de eventuais desembolsos para tais processos. Consequentemente, baseada no parágrafo 91 da “CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, a controlada indireta TMAR não possui estimativa de valores envolvidos a ser divulgada em suas Informações Trimestrais.

Em setembro de 2004, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro promoveram uma ação civil pública contra as controladas indiretas TNL, TMAR, Oi e a União, requerendo a anulação da transferência de controle acionário da Oi para a TMAR, bem como o pagamento de indenização por danos morais e materiais supostamente imputados aos acionistas minoritários e o mercado financeiro. As controladas indiretas TNL e TMAR apresentaram suas defesas e aguardam a decisão judicial de primeira instância. A venda do controle acionário da Oi para a controlada indireta TMAR também é objeto de um processo administrativo

Notas Explicativas

instaurado pela CVM para apurar eventuais irregularidades na operação e de outras duas ações judiciais, movidas por dois acionistas minoritários, cujos pedidos foram julgados improcedentes em outubro de 2010 pela 1ª instância da justiça brasileira. Desta forma, os consultores jurídicos reavaliaram a probabilidade de perda como remota.

Em julho de 2009, foi ajuizada uma ação civil coletiva contra a controlada indireta TMAR pela União, Ministério Público Federal, Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, órgãos de Defesa ao Consumidor e diversos Procons Estaduais a título de reparação por supostos danos morais coletivos causados em razão de descumprimento das regras para fixar normas gerais sobre Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). A controlada indireta TMAR apresentou a sua defesa, protocolada em 16 de setembro de 2009, e aguarda a decisão judicial de primeira instância.

A controlada indireta TMAR está sujeita a procedimentos administrativos e investigações preliminares conduzidas pelo CADE referentes a potenciais violações da Lei 8.884/94 (Lei Antitruste). Essas investigações podem resultar em penalidades, incluindo multas. De acordo com a referida lei, as multas podem variar entre 1% e 30% da receita operacional bruta da controlada indireta TMAR no exercício imediatamente anterior ao início do respectivo processo administrativo. A sua Administração considera o risco de ocorrência de multas em um ou mais processos é possível, e assim sendo a controlada indireta TMAR não registrou qualquer provisão.

(f) Ativo contingente (valores não proporcionalizados)

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária, através das quais a controlada indireta BrT reivindica a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS - Refere-se a questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da controlada indireta BrT e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela controlada indireta BrT em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. São aguardados os julgamentos dos demais processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da controlada indireta BrT, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam uma contingência ativa consolidada não reconhecida contabilmente, é de R$ 20.290 (31/12/2010 – R$ 20.271).

(g) Garantias (valores não proporcionalizados)

A controlada TNL e suas controladas possuem contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor histórico total de fianças contratadas e vigentes na data do encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2011 corresponde R$ 6.274.806 (31/12/2010 - R$ 6.555.789) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

24. DEMAIS OBRIGAÇÕES

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Adiantamentos de clientes	-	-	53.329	70.781
Receitas a apropriar (i)	-	-	181.336	203.987
Provisão de desmobilização de ativos	-	-	31.941	44.104
Valores a pagar - Grupamento de ações	-	-	33.281	48.102
Valores consorciáveis	-	-	27.779	35.734
Consignação em favor de terceiros	-	-	655	-
Repasse acionistas	-	-	6.284	6.020
Outros	182	103	92.544	109.455
Total	182	103	427.149	518.183
Circulante	182	103	219.836	306.411
Não circulante	-	-	207.313	211.772

(i) Em telecomunicações referem-se aos serviços pré-pagos que são registrados como receitas a apropriar e reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes. Já na controlada Iguatemi referem-se aos recursos recebidos pela cessão de direitos (cessão de estrutura técnica dos shoppings) contabilizados como receitas a apropriar, líquidas dos impostos e das contribuições incidentes considerando a forma de tributação a que a empresa detentora dos créditos está submetida, e serão reconhecidos linearmente ao resultado, com base no prazo de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir da data da inauguração dos respectivos empreendimentos.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 784.004, representado por 963.938.751 ações sem valor nominal, sendo 385.822.906 ações ordinárias e 578.115.845 ações preferenciais.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 1.460.000.000 ações sem valor nominal, sendo 488.000.000 ações ordinárias e 972.000.000 ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(b) Ações em tesouraria

A Companhia possui, para permanência em tesouraria, 49.476 ações ordinárias e 6.098.900 ações preferenciais de sua própria emissão, no montante de R$ 3.615, o qual está apresentado na coluna de “Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria” na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(c) Reservas de lucros

Reserva legal

Notas Explicativas

A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Retenção de lucros e lucros a realizar

Reserva de lucros a realizar: é composta pelo montante de R$ 75.323 relacionada ao ganho de capital gerado na Oferta Pública de Ações – OPA de 30% de participação no capital da Iguatemi, reconhecido pela Companhia por meio de equivalência patrimonial realizada em 2007 e pelo ganho gerado na Oferta Pública de distribuição primária de 14.400.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão também da Iguatemi, em Oferta Publica de Ações - OPA realizada em outubro e novembro de 2009.

Reserva de retenção de lucros: é composta pelo montante de R$ 64.594 relacionada a retenção de lucros para investimento e reforço do capital de giro da Companhia e de suas controladas.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos é constituída até 70% do lucro líquido do período após a destinação da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A reserva de investimentos terá seu valor limitado a 100% (cem por cento) do capital social somado à reserva de correção monetária do capital social realizado e destina-se à aplicação em investimentos votados à consecução do objeto social da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é composto pelo resultado das diferenças apuradas na adoção das novas práticas contábeis (CPC's) no montante de R$ 88.903.

Reserva de opções de ações

Representa a constituição reflexa da reserva de opções de ações originalmente constituída nas controladas direta e indireta Iguatemi, LF Tel, Telemar, TNL, TMAR e na CTX. Essa reserva foi constituída utilizando o mesmo percentual de participação no capital das controladas, aplicado nas movimentações ocorridas desde 1º de janeiro de 2009.

Em 31 de março de 2011, o saldo desta reserva é de R$ 7.466 (R$ 9.851 em 31 de dezembro 2010).

(d) Dividendos

O dividendo obrigatório é equivalente a um percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do Estatuto Social atualmente em vigor, pelo menos 40% do lucro líquido realizado, apurado no exercício social, deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

Dividendos propostos a serem aprovados em Assembléia Geral de Acionistas

Cálculo do dividendo mínimo obrigatório	**2010**
Lucro líquido do exercício	6.167
(-) Reserva legal	(308)
Base dos dividendos	5.859

Notas Explicativas

Dividendos mínimos obrigatórios - 40%	2.343
Dividendos propostos	**2.343**

- Movimentação da Reserva de Lucros a Realizar

	2010
Saldo em 31 de dezembro de 2009	83.418
Total da realização da reserva por recebimento de dividendos	(10.438)
	72.980
Total da realização da reserva por recebimento de dividendos	10.438
(-) Transferência para dividendos propostos a título de realização da reserva	**(8.095)**
Constituição da reserva de lucros a realizar	2.343
Saldo em 31 de dezembro de 2010	75.323

(e) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

(e.1) Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.*

Os montantes apresentados referem-se a transações das controladas, cujo reflexo foi reconhecido pela Companhia em seu patrimônio líquido.

(e.2) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado. Os montantes apresentados referem-se a transações das controladas, cujo reflexo foi reconhecido pela Companhia em seu patrimônio líquido.

O presente formulário de ITR apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações”) e a demonstração das mutações do

Notas Explicativas

patrimônio líquido apresenta apenas a rubrica "Outros resultados abrangentes" (não apresentando a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", tampouco a rubrica "Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações"). Consequentemente, os efeitos discutidos nos itens (e.1) acima são apresentados na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" no balanço patrimonial – patrimônio líquido e os itens (e.1) e (e.2) acima, são apresentados de forma agregada na rubrica "Outros resultados abrangentes" na demonstração das mutações do patrimônio líquido".

(f) Lucro por ação

Lucro básico:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos.

Lucro básico

	31/03/2011	31/03/2010
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	779.644	4.069
Lucro alocado às ações ordinárias	314.020	1.639
Lucro alocado às ações preferenciais	465.624	2.430
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.773	385.773
Ações preferenciais	572.017	572.017

	Centavos por ação	
Lucro por ação:	31/03/2011	31/03/2010
Ações ordinárias	0,8140	0,0042
Ações preferenciais	0,8140	0,0042

Lucro Diluído

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora ajustado pelos seguintes eventos:

(i) após o ajuste do resultado de equivalência da controlada direta Iguatemi, considerando o seu plano de opções de ações;
(ii) após o ajuste do resultado de equivalência da controlada indireta Contax Participações, considerando o seu plano de opções de ações;
(iii) após o ajuste do resultado de equivalência da controlada indireta TNL, considerando o seu plano de opções de ações; e

Notas Explicativas

(iv) diluição da participação indireta da Companhia na TMAR e na LF Tel, por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES.

Para os períodos findos em 31 de março de 2011 e 2010, os ajustes decorrentes do item (iv) acima, geram um efeito anti-dilutivo; portanto não considerado no cálculo abaixo.

Lucro diluído

	31/03/2011	31/03/2010
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	779.644	4.069
Impacto dilutivo sobre a equivalência da Iguatemi	(222)	(150)
Impacto dilutivo sobre a equivalência da Contax Participações e TNL	(12)	(11)
	779.410	3.908
Lucro alocado às ações ordinárias	313.926	1.574
Lucro alocado às ações preferenciais	465.484	2.334
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.773	385.773
Ações preferenciais	572.017	572.017

	Centavos por ação	
Lucro por ação:	31/03/2011	31/03/2010
Ações ordinárias	0,8138	0,0041
Ações preferenciais	0,8138	0,0041

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A leitura desta nota explicativa deve ser realizada em conjunto com as respectivas divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 na Nota 28.

(a) Fundos de pensão

A TNL e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de março de 2011.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
PBS-A	TNL, TMAR, e BrT	Sistel
PAMA	TNL, TMAR, e BrT	Sistel
PBS-Telemar	TNL e TMAR	FATL
TelemarPrev	TNL, TMAR, BrT, Oi e Oi Internet	FATL

Notas Explicativas

PBS-TNCP	Oi	Sistel
CELPREV	Oi	Sistel
TCSPREV	BrT, BrT Celular, VANT, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
Fundador / Alternativo	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
PAMEC	BrT	BrT

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social
FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social
A controlada indiretaTelemar é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A controlada indireta TNL, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Em 1 de janeiro de 2010 os planos de benefícios de previdência complementar, que até então estavam sob administração da Fundação 14 de Previdência Privada e Fundação BrTPREV, foram transferidos para administração da FATL.

Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC, no que cabe aos planos específicos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2011	**31/12/2010**
Planos BrTPREV e fundador/Alternativo	90.073	142.128
Plano PAMEC	491	655
Total	90.564	142.783
Circulante	5.074	17.034
Não circulante	85.490	125.749

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

Notas Explicativas

Ativo reconhecido junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
Plano TCSPREV	15.001	20.243
Total	15.001	20.243
Não circulante	15.001	20.243

(b) Participações dos empregados nos lucros

Companhia

A Companhia possui plano de bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais aos empregados elegíveis. Os pagamentos são feitos anualmente, parte mediante depósito em conta de previdência privada.

Iguatemi

A controlada Iguatemi possui plano de bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais aos empregados elegíveis. Os pagamentos são feitos anualmente, parte mediante depósito em conta de previdência privada.

Grupo de Telecomunicações

O plano de participação nos lucros foi instituído em 1999 como forma de incentivar os empregados a alcançar as metas individuais e corporativas, melhorando o retorno dos acionistas. O plano entra em vigor quando são atingidas as seguintes metas:

- Cumprimento de metas de valor adicionado econômico (indicadores de lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização, além de indicadores de valor econômico adicionado); e
- Indicadores operacionais, qualidade e mercado.

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultado, referem-se a reversões ou complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo.

(c) Planos de remuneração baseada em ações

(i) Plano de outorga de opções de ações

Notas Explicativas

As controladas diretas e indiretas da Companhia possuem planos de remuneração baseada em ações para os quais não houve movimentações significativas no trimestre findo em 31 de março de 2011.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmento de negócio para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações. Os segmentos divulgados estão resumidos a seguir:

- Telefonia Fixa/Dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade;
- Prestação de serviços de tele atendimento em geral (Contax, Contax Argentina e Contax Colombia);
- Prestação de serviços de tecnologia da informação em geral e informática (TODO);
- Prestação de serviços de agenciamento de publicidade e propaganda (Ability);
- Prestação de serviços e administração de shopping centers; e
- Outros: Os demais segmentos operacionais incluem serviços de TV por assinatura, provedor de internet, meios de pagamentos e *Call Center* e despesas e receitas relacionadas a Companhia.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e suas controladas e estão segregados conforme abaixo:

Notas Explicativas

	Setor de Telecomunicações						Setor de Contact Center e Cobrança						Setor de Shopping Center				
	Telefonia Fixa / Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (i)		Serviços de Teleatendimento em geral		Serviços de TI em geral e Informática		Serviços de agenciamento de publicidade e propaganda				Itens não alocados aos segmentos		
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010	3
Receitas	**839.343**	**1.268.791**	**377.217**	**520.764**	**39.342**	**55.170**	**144.047**	**136.795**	**6.120**	**4.853**	**6.043**	**-**	**68.887**	**56.317**	**442**	**439**	
Custos dos Serviços Prestados	**(566.175)**	**(789.345)**	**(206.163)**	**(292.506)**	**(22.806)**	**(35.205)**	**(127.557)**	**(120.488)**	**(4.929)**	**(4.500)**	**(4.677)**	**-**	**(18.456)**	**(13.116)**	**(456)**	**(324)**	
Interconexão	(229.970)	(346.289)	(86.268)	(120.465)	(720)	-	-	-	-	-	-	-			-	-	
Depreciação e Amortização	(181.519)	(204.809)	(42.487)	(72.794)	(2.675)	(5.807)	-	-	-	-	-	-	(5.058)	(4.414)	-	-	
Serviço de manutenção de rede	(63.635)	(106.746)	(11.915)	(12.508)	(54)	(91)	-	-	-	-	-	-			-	-	
Aluguéis e seguros	(56.642)	(63.437)	(23.378)	(32.449)	(1.893)	(2.725)	-	-	-	-	-	-			-	-	
Custos de aparelhos e acessórios	-	(111)	(7.061)	(10.633)	(364)	(2.117)	-	-	-	-	-	-			-	-	
Outros custos e despesas	(34.409)	(67.953)	(35.054)	(43.657)	(17.100)	(24.465)	(127.557)	(120.488)	(4.929)	(4.500)	(4.677)	-	(13.398)	(8.702)	(456)	(324)	
Lucro bruto	**273.168**	**479.446**	**171.054**	**228.258**	**16.536**	**19.965**	**16.490**	**16.307**	**1.191**	**353**	**1.366**	**-**	**50.431**	**43.201**	**(14)**	**115**	
Receitas (Despesas) operacionais																	
Comercialização de Serviços	**(117.971)**	**(169.673)**	**(90.903)**	**(103.180)**	**(18.479)**	**(14.317)**	**(1.984)**	**(1.709)**	**(178)**	**-**	**(34)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.011)	(49.010)	(11.236)	(16.187)	(2.419)	(1.410)	-	-	-	-	-	-			-	-	
Comissão de vendas	(12.830)	(20.473)	(37.103)	(42.952)	(2.374)	(2.567)	-	-	-	-	-	-			-	-	
Postagem e cobrança	(17.760)	(25.000)	(3.814)	(5.807)	(580)	(523)	-	-	-	-	-	-			-	-	
Publicidade e Propaganda	(9.286)	(12.638)	(12.126)	(15.160)	(1.481)	(1.033)	-	-	-	-	-	-			-	-	
Outros serviços de terceiros	(7.841)	(6.517)	(2.185)	(2.759)	(646)	(63)	-	-	-	-	-	-			-	-	
Outros custos e despesas	(41.243)	(56.035)	(24.439)	(20.315)	(10.979)	(8.721)	(1.984)	(1.709)	(178)	-	(34)	-			-	-	
Gerais e Administrativas	**(78.688)**	**(129.296)**	**(24.807)**	**(31.352)**	**(7.120)**	**(11.024)**	**(9.110)**	**(7.339)**	**(740)**	**(495)**	**(605)**	**-**	**(12.719)**	**(11.541)**	**(9.737)**	**(4.105)**	
Outras receitas operacionais (despesas), líquidas	**(55.789)**	**(59.061)**	**(4.557)**	**4.496**	**4.696**	**4.831**	**(2.137)**	**(1.934)**	**(16)**	**(8)**	**(6)**	**-**	**(1.460)**	**(925)**	**1.832.812**	**(457)**	
Outras receitas operacionais	22.986	41.332	10.000	14.897	8.035	4.803	1.030	-	-	-	-	-	2.396	1.221	1.838.269	5.830	
Outras despesas operacionais	(78.775)	(100.393)	(14.557)	(10.401)	(3.339)	28	(3.167)	(1.934)	(16)	(8)	(6)	-	(3.856)	(2.146)	(5.457)	(6.287)	
Resultado Financeiro	**(218.604)**	**(136.563)**	**29.852**	**7.820**	**(13.217)**	**(10.208)**	**(617)**	**(335)**	**66**	**27**	**21**	**-**	**4.791**	**5.964**	**(21.335)**	**(24.806)**	
Receitas financeiras	28.991	74.280	53.846	30.422	7.956	12.095	1.827	1.042	71	32	50	-	18.925	14.983	18.643	14.356	

Notas Explicativas

Despesas financeiras	(247.595)	(210.843)	(23.994)	(22.602)	(21.173)	(22.303)	(2.444)	(1.377)	(5)	(5)	(29)	-	(14.134)	(9.019)	(39.978)	(39.162)
Resultado Antes dos Tributos	**(197.884)**	**(15.147)**	**80.639**	**106.042**	**(17.584)**	**(10.753)**	**2.642**	**4.990**	**323**	**(123)**	**742**	**-**	**41.043**	**36.699**	**1.801.726**	**(29.253)**
Provisão pra IR/CSLL	73.864	59.093	(27.169)	(36.801)	780	(5.566)	(1.425)	(2.696)	(96)	234	(218)	-	(9.546)	(9.483)	(30.361)	-
Resultado Líquido	**(124.020)**	**43.946**	**53.470**	**69.241**	**(16.804)**	**(16.319)**	**1.217**	**2.294**	**227**	**111**	**524**	**-**	**31.497**	**27.216**	**1.771.365**	**(29.253)**
Resultado atribuído ao controlador																
Resultado atribuído aos acionistas não controladores																
Informações adicionais																
Serviços Prestados	763.793	1.209.418	263.388	370.347	52.346	39.091	144.047	136.795	6.120	4.853	6.043	-	68.887	56.317	442	439
Vendas	-	-	6.989	12.306	-	-	-	-	-	-	-	-			-	-
Receita de clientes externos	**763.793**	**1.209.418**	**270.377**	**382.653**	**52.346**	**39.091**	**144.047**	**136.795**	**6.120**	**4.853**	**6.043**	**-**	**68.887**	**56.317**	**442**	**439**
Receita entre segmentos	75.550	59.373	106.840	138.111	(13.004)	16.079	-	-	-	-	-	-			-	-
Receita Total	**839.343**	**1.268.791**	**377.217**	**520.764**	**39.342**	**55.170**	**144.047**	**136.795**	**6.120**	**4.853**	**6.043**	**-**	**68.887**	**56.317**	**442**	**439**
Depreciações e amortizações	151.559	252.426	74.656	77.606	3.644	5.128	7.142	7.152	304	254	300	-	997	761	-	-
Acréscimos de Capex	99.603	50.131	30.020	29.439	302	1.744	-	-	-	-	-	-			-	-
Informações Patrimoniais	**31/03/2011**	**31/12/2010**	**31/03/2011**	**31/12/2010**	**31/03/2011**	**31/12/2010**	**31/03/2011**	**31/12/2010**	**31/03/2011**	**31/12/2010**	**31/03/2011**	**31/12/2010**	**31/03/2011**	**31/12/2010**	**31/03/2011**	**31/12/2010**
Ativos	9.090.781	12.038.398	4.356.584	5.131.796	691.114	1.160.579	291.118	255.954	6.631	7.175	26.556	25.704	2.761.935	2.305.260	5.753.731	3.209.300
Passivos	8.535.967	11.370.979	863.845	1.366.124	1.006.778	1.524.804	219.478	189.456	4.011	4.892	7.957	8.459	1.242.992	817.002	1.193.726	1.559.507

Notas Explicativas

(i) Apesar da Diretoria Executiva da Companhia não avaliar os segmentos de internet , TV a cabo e meios de pagamento de forma individualizada, conforme requerido pelo CPC 22 parágrafo 13, segue abaixo as principais informações referentes a estes segmentos:

Ativos	158.954	238.553	60.339	19.397	54.850	73.088
Passivos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	30.521	39.357	109.708

Notas Explicativas

Os quadros a seguir apresentam os componentes das receitas dos segmentos de serviços de telefonia fixa/dados e de telefonia móvel para os períodos de 31 de março de 2011 e 2010.

Telefonia fixa/dados	**31/03/2011**	**31/03/2010**
Serviço local (ex - VC1)	468.609	709.130
Serviço ligações fixo móvel (VC1)	139.289	222.885
Longa distância (ex - VC2 e VC3)	160.992	267.064
Longa distância fixo móvel VC2 e VC3	40.615	73.182
Remuneração pelo uso da rede	54.638	76.549
Serviço de comunicação de dados	362.877	502.574
Telefones de uso público	18.832	35.994
Outros serviços	61.538	81.288
Receita bruta de serviços	1.307.390	1.968.666
Tributos sobre os serviços	(309.804)	(480.301)
Outras deduções	(158.243)	(219.574)
Receita de serviços	**839.343**	**1.268.791**

Telefonia móvel	**31/03/2011**	**31/03/2010**
Serviço móvel	315.674	426.211
Remuneração pelo uso da rede	210.267	278.982
Venda de aparelhos e acessórios	6.989	12.306
Receita bruta de serviços	532.930	717.499
Tributos sobre os serviços	(92.711)	(118.792)
Outras deduções	(63.002)	(77.943)
Receita de serviços	**377.217**	**520.764**

O segmento de telefonia fixa/dados opera em países estrangeiros através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas e Venezuela, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a

estão sendo divulgadas em conjunto.

	Receitas de clientes externos		Ativos não circulantes	
	31/03/2011	**31/03/2010**	**31/03/2011**	**31/12/2010**
No país sede da entidade	1.237.233	1.751.604	10.677.656	14.007.480
Em países estrangeiros	2.848	4.648	132.225	110.914
Total	**1.240.081**	**1.756.252**	**10.809.881**	**14.118.394**

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Transações da Companhia com seus investidores e suas investidas:

	Encargos remuneratórios atuais	Controladora		Consolidado	
		31/03/2011	**31/12/2010**	**31/03/2011**	**31/12/2010**
Saldos					
Ativo não circulante					
Créditos com partes relacionadas					
Sociedade Fiduciária Brasileira	100% CDI CETIP a.a.	98.037	95.515	101.592	101.397
JP Sul Participações Rep. Coml	100% CDI CETIP a.a.	365	355	365	355
Itatinga Soc Coml Indl Agricola	100% CDI CETIP a.a.	446	435	3.428	3.340
South Mall (atual razão social de Goiti Negócios e Participações Ltda)	Taxa Pré: 12% a.a.	-	-	5.711	5.552
Iguatemi x Outras		-	-	-	2.921
		98.848	96.305	111.096	113.565
Adiantamentos para futuro aumento de capital					
LF Tel S.A.		-	-	2.660	-
EDSP75 Part. e Emp. Imobiliários		-	-	13.246	-
		-	-	15.906	-
Debêntures a receber					
La Fonte Telecom		-	336.747	-	-
Iguatemi (Previ Banerj II e Previ Banerj II)		40.733	40.095	-	-
		40.733	376.842	-	-
		139.581	473.147	127.002	113.565
Passivo não circulante					
Exigível a longo prazo					
Adiantamentos para futuro aumento de capital					

Notas Explicativas

Outras pessoas ligadas	3.903	3.903	3.903	3.903
	3.903	3.903	3.903	3.903
Débitos com partes relacionadas				
Iguatemi x Outras	-	-	13.065	-
EDSP75 Part. e Emp. Imobiliários	-	-	71.203	-
	-	-	84.268	-
	3.903	3.903	88.171	3.903

	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Resultado do período				
Receitas (despesas) financeiras				
Sociedade Fiduciária Brasileira	2.523	1.880	2.620	2.996
Itatinga Soc. Ind., Com. e Agrícola S.A.	11	8	88	61
JP Sul Participações Rep. Coml	9	7	9	7
Iguatemi (Previ Banerj II e Previ Banerj II)	638	952	-	-
South Mall (atual razão social de Goiti Negócios e Participações Ltda)	-	-	160	142
Anwold Malls Corporation	-	-	(193)	(394)
Infinity Trading Limited	-	-	(119)	(217)
Debêntures a receber La Fonte Telecom S.A	1.773	5.564	-	-
	4.954	8.411	2.565	2.595

Plano de amortização

A Sociedade Fiduciária Brasileira Serviços, Negociações e Participações Ltda. ("SFB") juntamente com a Companhia, revisou o plano ("plano") elaborado em 2005 que tratava especificamente da liquidação de valores entre as empresas do Grupo, que previa a liquidação de 77% até o final de 2008, tendo sido realizado o total de 65%.

A revisão do "plano" pelas partes deve-se fundamentalmente pela nova realidade de investimentos, principalmente decorrentes da reestruturação societária realizada na controlada indireta Telemar e da aquisição da BrT pela Oi.

Tais investimentos e as futuras amortizações dos novos compromissos financeiros irão afetar o volume de distribuição dos dividendos nos próximos anos, o que acarretará uma redução dos dividendos que a SFB irá receber. Diante dessa nova realidade, a Companhia e a SFB revisaram as condições atuais dos contratos e acordaram o prazo para amortização nos próximos oito anos.

As fontes de recursos previstas no "plano" são:

(i) recursos próprios da SFB, que representarão cerca de 2/3 dos recursos a serem aplicados na quitação de tais obrigações;

(ii) dividendos que a SFB irá receber da Companhia quando o fluxo retornar à sua normalidade;

(iii) dividendos que outros acionistas da Companhia pertencentes ao Grupo Jereissati receberão e que aportarão à SFB.

Notas Explicativas

Os dividendos referidos nos itens (ii) e (iii) acima, estão fundamentalmente baseados nas distribuições das controladas operacionais (direta ou indireta) da Companhia.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Benefícios de curto prazo	842	397	3.869	4.535
Remuneração com base em ações	-	-	484	943
	842	397	4.353	5.478

(c) Garantias (valores não proporcionalizados)

Companhia

Conforme mencionado na Nota 19 (a), a Companhia é avalista das notas promissórias concedidas pela controlada Iguatemi ao BNDES.

Iguatemi

Em 30 de setembro de 2009, o Conselho de Administração da controlada Iguatemi aprovou a outorga de fiança em favor de sua controlada SCIAlpha Participações Ltda., visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Bradesco S.A., no âmbito do Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças, no valor de R$ 90.000, com taxa de juros de Taxa Referencial - TR mais 10,5% ao ano.

A controlada Iguatemi é fiadora de sua controlada SCIAlpha Participações Ltda. em seguro garantia (modalidade garantia imobiliária) por ela contratado com a J. Malucelli Seguradora S.A., cuja beneficiária é a São Paulo Wellness S.A., pelo período compreendido entre 15 de maio de 2008 e 29 de abril de 2011, até o valor de aproximadamente R$ 31.000. Para o período de 2 de outubro de 2010 a 29 de abril de 2011, a importância assegurada é de aproximadamente R$ 15.447. Esse seguro garante a indenização à São Paulo Wellness S.A. pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento da SCIAlpha Participações Ltda. em relação às obrigações de entrega das unidades permutadas assumidas no memorando de entendimentos celebrado em 21 de maio de 2007.

Grupo de Telecomunicações

Notas Explicativas

A controlada indireta TNL é avalista das suas controladas TMAR, Oi, BrT e BrT Celular em financiamentos obtidos junto ao BNDES e demais empréstimos, bem como, presta garantia fidejussória por meio de fiança das debêntures públicas da 5ª emissão da BrT. A controlada indireta TNL registrou no trimestre findo em 31 de março de 2011, a título de comissão pelo aval concedido, receitas no montante de R$ 2.507 (31/03/2010 – R$ 22.607).

Além das garantias em empréstimos bancários, a controlada indireta TNL concedeu garantias em processos judiciais da sua controlada TMAR mediante autorização de bloqueio de parte de suas ações preferenciais nominativas classe "A" de emissão da própria TMAR. Pela concessão da garantia, a controlada indireta TNL recebe de sua controlada TMAR o montante equivalente a 1,5% a.a. calculado sobre o valor garantido nesses processos judiciais. A controlada indireta TNL registrou no exercício findo em 31 de março de 2011, a título de comissão pela garantia concedida, receitas no montante de R$ 5.588 (31/03/2010 – R$ 1.664).

Grupo de Contact Center e Cobrança

Em março de 2010, a controlada indireta CTX e um dos ex-diretores da Contax Participações celebraram um contrato de empréstimo, negociado somente pelo ex-diretor, sem envolvimento da Contax Participações. O referido empréstimo, no montante de R$ 15.769, tem data de vencimento no dia 30 de março de 2011, sem incidência de juros. O referido empréstimo foi liquidado na data de vencimento.

Em 31 de março de 2011, existem avais e fianças concedidos a outras sociedades controladas referentes aos empréstimos de terceiros e às contestações judiciais, as quais estão apresentadas a seguir:

Fianças	31/03/2011	31/12/2010
Fiança bancária (BNDES)	197.523	156.101
Fiança bancária (Contingências)	26.345	40.819
Total	223.868	196.920

29. SEGUROS (VALORES NÃO PROPORCIONALIZADOS)

Iguatemi

A controlada Iguatemi tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações (não revisado pelos auditores independentes).

As coberturas foram contratadas por montantes, descritos a seguir, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de março de 2011, a controlada Iguatemi e seus empreendimentos apresentavam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

a) Seguro de riscos nomeados

Notas Explicativas

A controlada Iguatemi tem um seguro de riscos nomeados que abrange os usuais riscos que podem impactar suas atividades. Contratado com a Allianz Seguros S.A (60%) e Itaú Seguros S.A. (40%), a apólice prevê o limite máximo para a indenização de: (i) R$ 200.000 relativos aos danos materiais; e (ii) R$ 139.488 relativos aos lucros cessantes. O período de cobertura estende-se até 28 de setembro de 2011.

Locais Segurados	Danos Materiais	Lucros Cessantes	Total
Shopping Center Praia de Belas	146.607	41.021	187.628
Shopping Center Iguatemi São Paulo	165.677	139.488	305.165
Shopping Center Iguatemi São Carlos	42.868	7.814	50.682
Shopping Center Iguatemi Rio de Janeiro	118.853	25.448	144.301
Shopping Center Iguatemi Porto Alegre	138.563	77.863	216.426
Shopping Center Iguatemi Campinas	194.753	76.441	271.194
Power Center Campinas	36.313	2.878	39.191
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	84.814	-	84.814
Shopping Center Iguatemi Florianópolis	97.132	27.342	124.474
Market Place Shopping Center	126.451	37.678	164.129
Market Place Tower I	60.000	13.864	73.864
Market Place Tower II	60.000	11.694	71.694
Shopping Center Galeria	63.000	15.636	78.636
Shopping Center Iguatemi Brasília	194.700	40.158	234.858

b) Seguro de responsabilidade civil geral

A controlada Iguatemi tem um seguro de responsabilidade civil geral que abrange os riscos usuais aplicáveis às suas atividades. Contratado com a Allianz Seguros S.A, tal apólice refere-se às quantias pelas quais a controlada Iguatemi possa vir a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo de modo expresso pela seguradora, no que diz respeito às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais, causados a terceiros. O período de cobertura do seguro de responsabilidade civil geral estende-se até 28 de setembro de 2011.

A importância segurada terá o valor máximo de indenização de R$ 8 milhões e pode ser dividida em: (i) shopping centers; (ii) objetos pessoais de empregados (sublimite de R $40); (iii) responsabilidade civil do empregador; (iv) riscos contingentes de veículos; (v) danos ao conteúdo das lojas; (vi) falha profissional da área médica (sublimite de R$ 800); (vii) responsabilidade civil de garagista: incêndio/roubo de veículo para locais que não possuem sistema de Valet e incêndio/roubo/colisão para os locais que possuem sistema de Valet (sublimite de R$ 250); e (viii) danos morais para todas as coberturas.

Grupo de Telecomunicações

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de

Notas Explicativas

preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes na Cláusula XXIV dos Contratos de Concessão.

Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A TNL e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens em 31 de março de 2011:

Modalidade de seguro	Consolidado 31/03/2011
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000
Incêndio – estoques	100.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	292.378
Garantia de concessão – TMAR	64.971
Garantia de concessão - BrT	40.443
Roubo - estoques	20.000
Responsabilidade civil - geral	15.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31 de março de 2011 (ptax) – US$1,6257

Grupo de Contact Center e Cobrança

Possui um programa corporativo de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, garantindo a integridade patrimonial e a continuidade operacional da Contax Participações. Todas as apólices de seguro do Grupo são renováveis automaticamente.

Em 31 de março de 2011, a Contax Participações possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros, proporcionando as seguintes coberturas, de acordo com os riscos e a natureza dos ativos:

Ramos	Importâncias seguradas	Vencimento
Responsabilidade civil de diretores e administradores (i)	195.348	13.01.2012
Incêndio de bens do imobilizado	97.000	15.06.2011
Lucros cessantes	47.556	15.06.2011
Responsabilidade civil geral	10.000	15.06.2011

(i) Limite máximo de garantia estipulado em US$ 100 milhões.

Notas Explicativas

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

(a) PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização

Em 3 de setembro de 2010, a ANATEL publicou uma Consulta Pública com propostas de alterações ao PGMU, encerrada em 1 de novembro de 2010, com a introdução de novas metas de universalização. Inúmeras discussões relativas ao custo das metas propostas e à forma de identificação das correspondentes fontes de financiamento levaram ao adiamento da assinatura dos aditivos contratuais relativos à revisão prevista para 31 de dezembro de 2010, inicialmente para 2 de maio de 2011 e posteriormente para 30 de junho de 2011.

A aprovação do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU III) esta programada para ocorrer até a mesma data acima mencionada e atualmente a ANATEL, o Ministério das Comunicações e as Concessionárias de Telefonia Fixa prosseguem as negociações relativas às propostas de alterações, seus custos e as respectivas fontes de financiamento. A Administração está avaliando os efeitos dessas alterações e não pode assegurar que, se adotadas, essas medidas não necessitarão de investimentos relevantes e adicionais.

(b) Acordo Oi, Banco do Brasil e Cielo

Em 28 de fevereiro de 2011, a controlada indireta Paggo Acquirer alienou 50% do investimento mantido na Paggo Soluções para a CieloPar. Os valores dos ativos e dos passivos cedidos na operação estão resumidos a seguir:

Paggo Soluções	
Caixa e equivalentes de caixa	17
Contas a receber	4.313
Imobilizado e intangível	52.216
Fornecedores	(4.888)
Outros ativos e passivos	566
Perda na alienação do investimento	(5.224)
Preço de venda liquidado em caixa	**47.000**
Caixa alienado da Paggo Soluções	(17)
Caixa recebido pela venda de 50% da Paggo Soluções, líquido do caixa alienado	**46.983**

Notas Explicativas

(c) Outras informações

	Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010
Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	(297.288)	(785.048)

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Companhia

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 01 de julho de 2011, foi aprovado a distribuição antecipada de dividendos no valor de R$140 milhões. A partir de 04 de julho de 2011 as ações passaram a ser negociadas excluindo os referidos dividendos. Os devidos pagamentos foram realizados durante o mês de julho de 2011.

Em 23 de março de 2012 a controladora da Companhia, Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. S.A, realizou o pagamento antecipado da totalidade do saldo do empréstimo mantido com a Companhia, no valor de R$89 milhões.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no valor de R$778.636.462,74: (a) R$38.931.823,14 para a constituição da reserva legal; (b) R$156.539.266,74 para distribuição de dividendos, sendo R$128.554.956,54 a conta de lucro realizado do exercício e R$27.984.310,20 por reversão (parcial/total) da reserva de lucros realizada de exercícios anteriores. Tendo em vista a antecipação de dividendos referentes ao exercício de 2011, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2011, no montante de R$140.000.219,11, o saldo remanescente a complementar será de R$16.539.047,63; c) R$167.326.899,30 para constituição de reserva de lucros a realizar; e d) R$443.822.783,76, para reserva de investimentos. Os dividendos ora declarados terão como base de cálculo a posição acionária da Companhia ao final do dia 27 de abril de 2012, sendo que, a partir de 30 de abril de 2012, as ações da Companhia serão negociadas “ex” dividendos.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no valor de R$95.000.000,00, ou seja, R$0,099187 por ação ordinária ou preferencial à conta de reservas, podendo ser imputados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Os dividendos ora declarados terão como base de cálculo a posição acionária da Companhia ao final do dia 27 de abril de 2012, sendo que, a partir de 30 de abril de 2012, as ações da Companhia serão negociadas “ex” dividendos.

Jereissati Telecom

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Jereissati Telecom, realizada em 01 de julho de 2011, foi aprovado a alteração da razão social da controlada La Fonte Telecom S.A. para Jereissati Telecom S.A. e a distribuição antecipada de dividendos no valor de R$170 milhões. A partir de 04 de julho de 2011 as ações passaram a ser negociadas excluindo os referidos dividendos. Os devidos pagamentos foram realizados durante o mês de julho de 2011.

Notas Explicativas

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da controlada Jereissati Telecom, foi aprovada a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no valor de R$885.827.611,38: (a) R$44.291.380,57 para a constituição da reserva legal; (b) R$190.000.000,00 para distribuição de dividendos, sendo R$170.000.489,35, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 01 de julho de 2011, em antecipação dos dividendos distribuídos, sendo o saldo remanescente, no montante de R$19.999.510,65; c) R$651.536.230,81 para constituição da reserva de lucros a realizar. Os dividendos ora declarados terão como base de cálculo a posição acionária da Jereissati Telecom ao final do dia 27 de abril de 2012, sendo que, a partir de 30 de abril de 2012, as ações da Jereissati Telecom serão negociadas "ex" dividendos.

Iguatemi

Em Assembleia Geral Ordinária da controlada Iguatemi, realizada em 27 de abril de 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos, proposta pela sua Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no montante de R$24.807 e ratificado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$32.970 (R$28.056, líquido de imposto de renda retido na fonte - IRRF). O pagamento dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio ocorreu no dia 18 de maio de 2011.

No dia 28 de abril de 2011 foi inaugurado o Iguatemi Alphaville. A Iguatemi possui 78% do empreendimento e é a administradora do shopping. O investimento total do projeto, líquido de luvas, foi de R$180,8 milhões.

Em fevereiro de 2012, a controlada direta Iguatemi concluiu a sua terceira Emissão de Debêntures, via Instrução CVM nº 476/2009, no valor de R$300.000. As debêntures são simples, quirografárias e não conversíveis em ação, com vencimento de 50% no 5º ano (2017) e 50% no 6º ano (2018). A remuneração é CDI + 1,0% a.a., com pagamento de juros semestrais.

Em fevereiro de 2012 a controlada direta Iguatemi anunciou a expansão do Shopping Iguatemi Campinas que atingirá 107,6 mil m3 de área comercial totalizando 390 lojas. Essa expansão irá adicionar 17.698 m3 de ABL e terá 125 lojas. A inauguração prevista será em março de 2014.

Em Assembleia Geral Ordinária da controlada direta Iguatemi, realizada em 24 de abril de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos, proposta pela sua Administração, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R$30.117 e ratificado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$29.926 (R$25.846, líquido de imposto de renda retido na fonte - IRRF). O pagamento dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio ocorreu no dia 9 de maio de 2012.

Em abril de 2012, a controlada direta Iguatemi anunciou a expansão Shopping Iguatemi Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. A expansão segregada em duas fases terá 73,7 mil m² de área bruta lucrável. Na primeira fase a controlada direta Iguatemi adicionará 20,3 mil m² de ABL ao shopping. Na segunda fase a controlada direta Iguatemi construirá um empreendimento corporativo com 10,7 mil m² para aluguel. A expansão do shopping e a construção da torre comercial têm inauguração prevista para 2014 e 2015 respectivamente.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

(a) Novas linhas de crédito, captações de empréstimos e financiamentos

Notas Explicativas

Em setembro de 2010 a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto ao Export-Import Bank of China no valor de US$100 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. A operação tem juros de Libor+2,00% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral e o principal vencerá em 16 prestações semestrais a partir de março de 2013. Até março de 2012, a controlada indireta TMAR não captou o limite contratado.

Em AGE, realizada em 18 de fevereiro de 2011, foi aprovada a emissão privada, pela controlada indireta TMAR, de 446.481 debêntures conversíveis em ações preferenciais classe A (TMAR5), em série única, no valor nominal unitário de R$1 mil, totalizando R$446.481 mil. As debêntures são remuneradas pela TJLP + 1,65% a.a. e possuem prazo de até 240 meses. A emissão decorre de uma obrigatoriedade para contratação de financiamento junto ao BASA, mediante a utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), para realização do plano de investimentos na região da Amazônia Legal. O projeto objetiva promover a modernização e melhoria da atual rede de comunicação da controlada indireta TMAR, atendendo a novos municípios, ampliando a capacidade nas regiões onde hoje há cobertura, assim como a evolução da rede existente, permitindo oferecer novos tipos de serviços.

Em março de 2011 a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto à Cisco Systems Capital no valor de US$100 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. A operação tem juros de 3,5% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral e o principal vencerá em 13 (treze) prestações semestrais a partir de março de 2012. Em 5 de maio de 2011 a controlada indireta TMAR captou U$46,3 milhões do valor disponível.

Em abril de 2011 a controlada indireta TMAR assinou contrato de linha de crédito junto ao China Development Bank, no valor de US$500 milhões e poderá ser usada para o refinanciamento de dívidas. A operação tem juros de Libor + 2,30% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral e o principal vencerá em 5 (cinco) prestações semestrais escalonadas a partir de janeiro de 2012 .

Em julho de 2011 a controlada indireta TMAR desembolsou R$600 milhões do contrato de financiamento assinado pela controlada indireta TMAR junto ao BNDES referente ao sub-crédito A, com remuneração pela TJLP acrescida de 3,95% a.a. As demais condições contratuais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em julho de 2011 a controlada indireta TMAR desembolsou US$ 380 milhões (aproximadamente R$ 589 milhões) da linha de crédito contratada em junho de 2011 junto ao China Development Bank (Nota 19 (a)).

Em 1 de novembro de 2011, a controlada indireta TMAR e suas controladas BrT, Oi e BrT Celular, contrataram uma linha de credito rotativo ("Revolver Credit Facility"), no valor de US$1 bilhão para um prazo de 5 anos a um custo de Libor + 0,90% ao ano, junto a um sindicato composto por 9 bancos comerciais globais, tendo como lideres os bancos Bank of America N.A Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, HSBC Securities (USA) Inc, RBS Securities Inc e Citibank N.A. Também participaram do sindicato, em diferentes níveis, os Bancos Tokio Mitsubishi UFJ, Barclays PLC, Deutsche Bank AG, Morgan Stanley N.A e Sumitomo Mitsui.

A operação foi estruturada de forma que as referidas controladas indiretas possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos cinco anos contratados.

Em 5 de abril de 2012 a controlada indireta Telemar captou o valor de R$500.000 referente a 11ª emissão de debêntures.

Notas Explicativas

No mês de maio de 2012, a controlada indireta Telemar recebeu o montante de R$250.780, referente a dividendos mínimos e complementares pagos pela Oi, ora aprovados na AGO realizada em 30 de abril de 2012 e efetuou o pagamento de parte do usufruto de ações junto ao Banco Itaú no valor de R$53.728.

(b) Liquidação antecipada de empréstimos, financiamentos e linhas de crédito

A controlada indireta efetuou a liquidação antecipada em abril de 2011 do contrato de financiamento captado em novembro de 2009, no montante de R$2.000 milhões junto à Caixa Econômica Federal. O vencimento dos encargos financeiros era trimestral, de fevereiro de 2010 até novembro de 2011, e passaria a ser mensal a partir de dezembro de 2011 e assim permaneceria até o vencimento em novembro de 2014. O principal seria pago em 36 parcelas mensais de dezembro de 2011 até o vencimento em novembro de 2014. Os juros pagos eram remunerados a 117,5% do CDI a.a.

Em Agosto de 2011, a controlada indireta TMAR pré-pagou todos os valores pendentes referentes a linha de crédito sindicalizado junto ao Citibank Japão Ltd,,Sumitomo Mitsui Banking Corporation e os outros credores, que o Japan Bank of International Cooperation tinha garantido.

(c) Emissão de Debêntures públicas

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de julho de 2011 e 28 de julho de 2011, foi aprovada a quinta emissão pública, pela controlada indireta BrT, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM n° 476) no valor de R$1.000 milhões (valor unitário de R$10 milhões de reais), em série única. A emissão ocorreu em 8 de agosto de 2011 e a subscrição da totalidade das notas ocorreu em 10 de agosto de 2011. As 100 debêntures têm vencimento em 8 de agosto de 2017 com remuneração de CDI + 1% a.a., pagamento de juros anual e pagamento de principal no vencimento final.

Em 5 de outubro de 2011, a controlada indireta Telemar deliberou sobre a décima emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, no valor de R$500.000, a qual foi objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos na IN CVM nº 476, conforme aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2011.

As debêntures possuem as seguintes características e condições:

- Valor nominal: valor nominal unitário de R$10;
- Quantidade: 50.000;
- Data de emissão: 05 de outubro de 2011;
- Número de séries: série única;
- Espécie: com garantia real, conforme disposto no art. 58 da Lei das S.A.;
- Garantia: penhor das ações ordinárias normativas escriturais e sem valor nominal de emissão da TNL, correspondente a, no mínimo, 120% do valor nominal de cada debênture acrescido da remuneração. A garantia será outorgada em caráter irrevogável e irretratável pela controlada indireta Telemar e pela sua controlada Valverde;
- Pagamento do valor nominal: em 6 parcelas com os seguintes vencimentos, sendo : a 1ª no valor de R$50.000 em 30/04/14; a 2ª no valor de R$ 100.000 em 30/04/15; a 3ª no valor de

Notas Explicativas

R$100.00 em 30/04/16; a 4ª no valor de R$100.000 em 30/04/17; a 5ª no valor de R$100.000 em 30/04/18; e a 6ª no valor de R$50.000 em 05/10/18;

- Remuneração: as debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de um spread equivalente a 1,35% ao ano, base 252 dias úteis, e, em conjunto com a taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias leis corridos;
- Pagamento da remuneração: a remuneração será paga em 8 parcelas nas seguintes datas: 30/04/2012; 30/04/2013; 30/04/2014; 30/04/2015; 30/04/2016; 30/04/2017; 30/04/2018 e 05/10/2018.

(d) Emissão e resgate das notas promissórias

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 de abril de 2011 e reuniões do Conselho de Administração da Telemar ("Emissora") realizadas em 22 e 28 de março de 2011 foi aprovada a emissão de 30 notas promissórias comerciais da 2ª emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R$10.000, na data da emissão, perfazendo o montante de R$300.000, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da legislação pertinente vigente.

As notas promissórias fizeram jus ao pagamento de juros remuneratórios, a ser efetuado na data do vencimento da emissão, prevista para 180 dias após a data da emissão, ou na data de vencimento antecipado, ou na data de resgate antecipado, o que ocorrer primeiro, incidentes sobre o seu valor unitário, equivalentes à variação percentual acumulada de 100% da CDI, acrescida de uma sobretaxa de 0,65% a.a., com base em 252 dias úteis.

Em 5 de outubro de 2011, a controlada indireta Telemar realizou o resgate antecipado da totalidade das notas promissórias em circulação, no valor de R$300.000, acrescida de juros no montante de R$17.846, conforme anuência expressa dos titulares e autorização do Conselho de Administração. O procedimento do resgate observou as regras CETIP para as notas promissórias custodiadas eletronicamente na CETIP.

(e) Aquisição de 10% de participação na Portugal Telecom

A controlada indireta TMAR, em continuidade ao processo de aquisição de 10% de participação na Portugal Telecom, celebrou em 19 de abril de 2011 contrato junto ao Citibank para a compra de 35.860.500 ações correspondentes a 4% do capital social da Portugal Telecom, tendo sido pago o valor de € 290.829 (R$ 656.109).

A controlada indireta TMAR, em continuidade ao processo de aquisição de 10% de participação na PT, conforme divulgado no Fato Relevante de 25 de janeiro de 2011 realizou sucessivas aquisições no decorrer de abril e maio de 2012 de 16.638.381 ações correspondentes a 1,5% do capital social da PT, tendo sido pago o valor de € 53.323 mil ou de R$131.697, que inclui os custos de transação e impostos no valor total de R$695. Após as aquisições, a controlada indireta TMAR passou a deter 8,7% do capital social da PT.

(f) Cancelamento e resgate de ações preferenciais

Em 29 de abril de 2011, foram resgatadas, pelo BNDESPAR, 66.666 ações preferenciais pelo BNDESPAR, no valor de R$82.640, acrescida de juros no montante de R$15.265. Nesta mesma

Notas Explicativas

data, foi realizado o pagamento dos dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis referentes ao exercício de 2010, no montante de R$71.306. As ações preferenciais resgatadas permaneceram em tesouraria até a aprovação de sua extinção.

Em reunião do Conselho de Administração da controlada indireta Telemar realizada em 6 de outubro de 2011 foi aprovada a extinção de 66.666 ações preferenciais nominativas resgatáveis de sua própria emissão, as quais estavam mantidas em ações em tesouraria.

Adicionalmente, em 28 de outubro de 2011, foram resgatadas 66.666 ações preferenciais pelo BNDESPAR, no valor de R$82.640, acrescida de juros no montante de R$17.319. As ações preferenciais resgatadas as quais estavam mantidas em ações em tesouraria foram extintas.

Em 30 de abril de 2012, foram resgatadas, pelo BNDESPAR, 66.666 ações preferenciais no valor de R$82.640, acrescida de juros no montante de R$20.130. Nesta mesma data, foi realizado o pagamento dos dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis referentes ao exercício de 2011, no montante de R$71.614. As ações preferenciais resgatadas encontram-se em tesouraria.

(g) Desvalorização dos investimentos disponíveis para venda

Os investimentos classificados como disponíveis para venda, referentes a aquisição de ações da Portugal Telecom – PT, pela controlada indireta TMAR, sofreram uma desvalorização no período compreendido entre 30 de junho de 2011 e a data de autorização para reapresentação deste relatório de informações trimestrais. A Companhia estima o efeito da desvalorização das ações em aproximadamente 59,1%, perfazendo o montante de R$807 milhões, liquido da variação cambial.

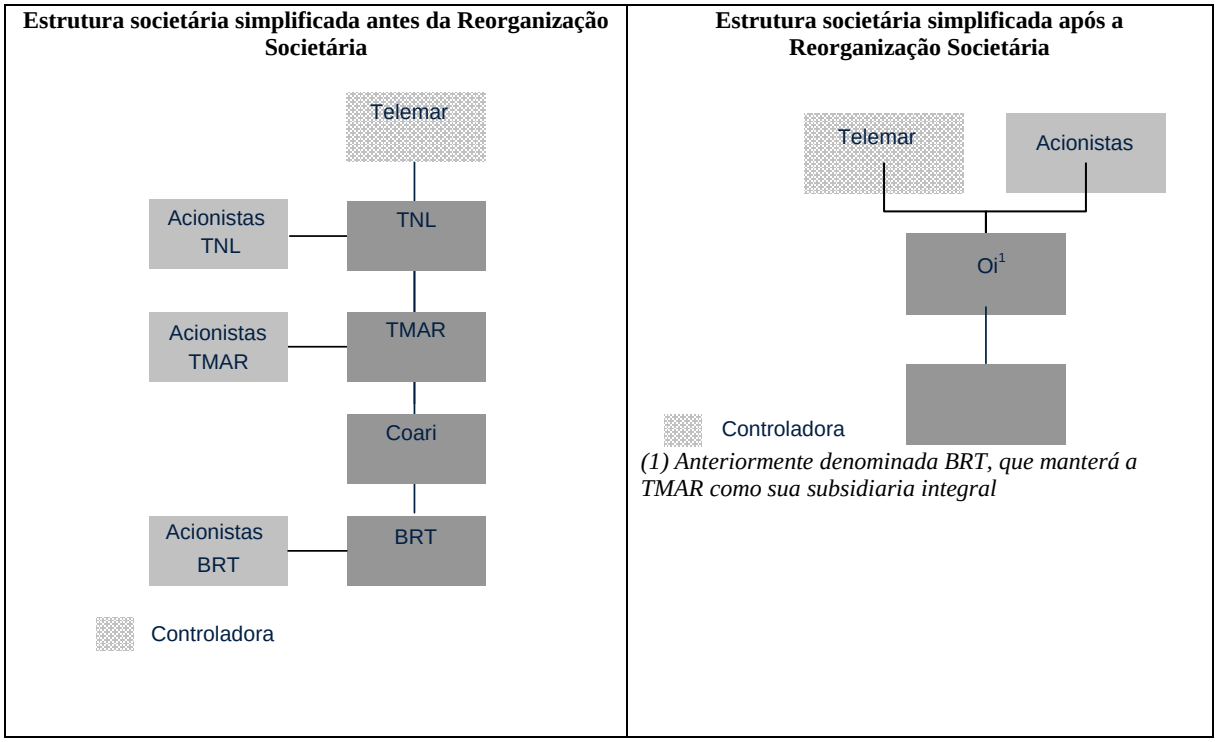
(h) Aprovação da Reorganização Societária – Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.)

Em assembleias gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (TNL, TMAR, Coari e BrT) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela BrT, companhia esta que passa a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e passa a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, tendo sido a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas assembleias gerais.

Em consequência, serão emitidas 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.), passando o seu capital subscrito, totalmente integralizado, a ser de R$6.816.468, dividido em 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após a Reorganização Societária:

Notas Explicativas



A Reorganização Societária tem por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, resultando em criação de valor para todos os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificar a estrutura societária, anteriormente dividida em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações, unificando as bases acionárias das Companhias Oi em uma única empresa com 2 espécies diferentes de ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior;

- Reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros, após a consolidação da administração das Companhias Oi, a simplificação da sua estrutura de capital e o aprimoramento da sua capacidade para atrair investimentos e acessar mercados de capitais;

- Alinhar os interesses dos acionistas da TNL, da TMAR e da BrT;

- Possibilitar o aumento da liquidez das ações da BrT; e

- Eliminar os custos decorrentes da listagem separada das ações da TNL, da TMAR e da BrT e aqueles decorrentes das obrigações de divulgação pública de informações pela TNL, pela TMAR e pela BrT, separadamente.

A manutenção do controle acionário da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.) exclusivamente pela Telemar é condição para a aprovação da Reorganização Societária, cumprindo, assim, suas obrigações legais e regulatórias perante a Anatel. A Telemar e seus acionistas diretos ou indiretos implementarão as medidas necessárias para a manutenção do controle e o cumprimento de tais obrigações, incluindo, potencialmente, a permuta de ações preferenciais que detém por ações ordinárias de titularidade de seus acionistas diretos ou indiretos.

Notas Explicativas

Na AGE da BrT de 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada, inclusive, a proposta de bonificação em ações preferenciais resgatáveis de emissão da BrT a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da BrT anteriores à incorporação, pelo valor total de R$1,5 bilhão. A data base da bonificação aos acionistas cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA e para os acionistas cujas ações são negociadas na NYSE – "*New York Stock Exchange*" será o dia 29 de março de 2012 (data do fim do prazo para o exercício do direito de retirada), sujeito a efetivação da operação, nos termos do art. 230 da Lei das S.A. Sendo assim, a partir do dia 30 de março, inclusive, as negociações dessas ações em bolsa serão realizadas *ex*-bonificação. O valor do resgate das ações resgatáveis será pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social e na mesma data em que for pago o valor do reembolso das ações de eventuais acionistas dissidentes da TNL e da TMAR, previsto para ocorrer no dia 9 de abril de 2012. O valor das ações resgatadas acima será deduzido no cálculo das relações de substituição deliberada.

Abaixo são apresentadas as relações de troca de ações decorrentes das incorporações de TNL e Coari em BrT, a saber:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
TNLP3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRTO3	3,8620

Nos termos do art. 137, §1º da Lei das S.A., os acionistas dissidentes terão direito de retirada, o qual será exercível em relação às ações de que sejam titulares ininterruptamente desde o encerramento do pregão do dia 23 de maio de 2011 até a data do efetivo exercício do direito de retirada. As ações adquiridas a partir do dia 24 de maio de 2011 não conferirão ao seu titular direito de retirada com relação à Reorganização Societária.

Conforme mencionado no fato relevante de 14 de novembro de 2011, caso a titularidade de ações detidas em 23 de maio de 2011 tenha sido transferida, inclusive em virtude de contrato de mútuo de ações ("aluguel de ações"), o acionista não poderá exercer o direito ao reembolso com relação às ações mutuadas, uma vez que, na forma da lei, o mútuo acarreta a efetiva transferência da titularidade das ações do mutuante ao mutuário.

Do mesmo modo, os acionistas que no encerramento do pregão de 23 de maio de 2011 fossem titulares de ações por força de contratos de mútuo vigentes naquela data, e mantenham a titularidade destas ações até o momento do exercício do direito de recesso, poderão exercê-lo, na forma da lei.

Somente terão direito de retirada aqueles titulares de ações ordinárias e preferenciais (TMAR3, TMAR5 e TMAR6) da TMAR, ações ordinárias e preferenciais da Coari (somente detidas pela TMAR e com relação às quais não se espera que o recesso seja exercido) e ações ordinárias da TNL (TNLP3). As demais ações das Companhias Oi não terão direito de retirada, nos termos da lei.

O pagamento do valor do reembolso aos acionistas legitimados dependerá da efetivação da operação, nos termos do art. 230 da Lei das S.A. e, caso efetivada, será realizado no dia 9 de abril de 2012.

Notas Explicativas

Estima-se que as ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.) passarão a ser negociadas, já sob seu novo código, em aproximadamente 40 dias após a data das assembleias que deliberaram sobre as incorporações.

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária estava sujeita à anuência da ANATEL e tal anuência foi concedida em 27 de outubro de 2011. Adicionalmente, o registro das ações que serão emitidas pela Oi S.A.(anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.) nesse contexto, foram registradas junto à SEC, assim como foi obtida a anuência dos credores das Companhias Oi para a implementação da Reorganização Societária, quando aplicável.

Em Assembleia realizada em 17 de outubro de 2011, foi aprovada a extinção das garantias fidejussórias prestadas por meio de fiança da TNL às debêntures públicas da quarta emissão da BrT.

A estratégia de negócio a ser adotada pela Administração nas operações futuras da Companhia será impactada de tal forma que certas receitas serão consolidadas, haverá economia de despesas, certos ativos serão utilizados de forma integrada, bem como ocorrerão outros benefícios e efeitos provenientes da reestruturação. Portanto os fluxos de caixa serão analisados pela Administração de forma consolidada em seu processo de tomada de decisões.

Como consequência, a TNL, com base nos pronunciamentos CPC 01 e CPC 25, considerou os fluxos de caixa futuros consolidados de suas operações para análise de indicativo de "*impairment*" de seus ativos (representando esta a unidade geradora de caixa). A referida análise não evidenciou indícios de "*impairment*" sobre os ativos de longa duração da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Administração procedeu aos seguintes registros contábeis em conexão com a Reorganização Societária: (i) na BrT, registro do passivo decorrente da bonificação de ações a serem resgatadas no montante de R$1.501.984 e (ii) na TNL, registro da baixa de ativo fiscal diferido de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social em função da extinção da TNL, por incorporação, no montante de R$178.807.

Após a reestruturação, a controlada indireta LF Tel e a controlada direta Jereissati Telecom, passam a concentrar suas participações diretas atuais, TNL e TMAR e TNL respectivamente, na Oi S.A. Consequentemente, a Companhia passou a ser controladora indireta em conjunto da Oi S.A.

Exercício do Direito de retirada em TNL e TMAR

Conforme divulgado em 05 de abril de 2012, foi concluída a apuração do exercício do direito de retirada pelos acionistas da TNL e TMAR, com relação às matérias aprovadas nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 27 de fevereiro de 2012, relacionadas à Reorganização Societária.

O resultado do direito de retirada segue na tabela abaixo:

Classe	Quantidade	Valor de reembolso (por ação)	Valor total desembolsado (R$)
TNLP3	20.446.097	28,93	591.505.586,21
TMAR3	1.020.215	74,39	75.893.793,85
TMAR5	17.856.585		1.328.351.358,15
TMAR6	47.714		3.549.444,46
Total	**39.370.611**	**-**	**1.999.300.182,67**

Notas Explicativas

O valor do reembolso foi pago aos acionistas dissidentes no dia 09 de abril de 2012, mesma data em que foi pago o valor do resgate das ações resgatáveis da Oi.

As ações reembolsadas serão substituídas por ações OIB3 e OIB4, de acordo com as relações de substituição aprovadas em 27 de fevereiro de 2012, e mantidas, neste momento, em tesouraria pela Oi.

Negociação das ações OI

Conforme divulgado no Comunicado ao mercado de 29 de março de 2012, a partir de 09 de abril de 2012, inclusive, somente serão negociadas (i) na BM&FBOVESPA, as ações ordinárias e preferenciais da Oi, sob os códigos OIBR3 e OIBR4 e nome de pregão OI; e na New York Stock Exchange – NYSE, *Amercian Depositary Shares* – ADS's representativas das ações da Oi, sob os códigos OIBR e OIBR.C.

(i) Captações ocorridas em 2012

Financiamentos em moeda estrangeira

Em janeiro de 2012 foram desembolsados US$91,9 milhões (R$161 milhões) do contrato de financiamento assinado pela controlada indireta TMAR junto ao *"Finnish Export Credit"* em agosto de 2009, no valor de US$500 milhões.

"Bonds"

Em fevereiro de 2012, a controlada indireta BrT emitiu "*Senior Notes*" no valor de US$1.500 milhões, com o objetivo de refinanciamento de dívidas, além de propósitos corporativos gerais. A operação tem juros de 5,75% a.a., com vencimento final em fevereiro de 2022. Os encargos financeiros têm vencimento semestral em fevereiro e agosto, desde agosto de 2012 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor equivalente a US$6 milhões serão amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Emissão de debênture pública

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de fevereiro de 2012, foi aprovada a nona emissão pública, pela controlada indireta BrT, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição conforme termos da instrução CVM n° 400, no valor de até R$2.000 milhões (podendo ser estendido com a aplicação de Lote Adicional e Lote Suplementar), em até duas séries. As taxas de remuneração e a alocação entre séries serão definidos em procedimento de *bookbuilding* em 5 de março de 2012. A emissão está em fase de registro na CVM.

11ª Emissão de Debêntures pela controlada indireta Telemar

Em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta Telemar, realizada em 27 de março de 2012 foi aprovada a décima primeira emissão de debêntures nominativa, escritural, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, no valor de R$500.000, a qual será objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos na IN CVM nº 476.

As debêntures possuem as seguintes características e condições:

Notas Explicativas

- Valor nominal: valor nominal unitário de R$1.000;
- Quantidade: 500;
- Data de emissão: 05 de abril de 2012;
- Data de vencimento: 05 de abril de 2019;
- Número de séries: série única;
- Espécie: quirografária;
- Garantia: penhor de ações de Emissão de Tele Norte Leste Participações S.A. na proporção de 120% do valor da Emissão;
- Pagamento do valor nominal: em três parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, em 25 de abril de 2017; (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, em 25 de abril de 2018; e (c) a terceira parcela, no valor correspondente a 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, em 5 de abril de 2019;
- Remuneração: as debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI over extra grupo de um dia, base 252 dias úteis, divulgada pela CETIP, acrescida de um spread equivalente a 1,20% ao ano;
- Pagamento da remuneração: a remuneração será paga semestralmente, nas seguintes datas: (a) o primeiro pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2012; (b) o segundo pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2013; (c) o terceiro pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2013; (d) o quarto pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2014; (e) o quinto pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2014; (f) o sexto pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2015; (g) o sétimo pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2015; (h) o oitavo pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2016; (i) o nono pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2016; (j) o décimo pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2017; (k) o décimo primeiro pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2017; (l) o décimo segundo pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2018; (m) o décimo terceiro pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2018; (n) o décimo quarto pagamento ocorrerá em 5 de abril de 2019.“

A liquidação financeira desta décima primeira emissão de debêntures ocorreu em de abril de 2012.

(j) Aprovação da política de remuneração aos acionistas

Em 16 de abril de 2012, o Conselho de Administração da controlada indireta Oi aprovou uma Política de Remuneração aos Acionistas para o período de 2012 a 2015 (referente aos exercícios sociais de 2011 a 2014).

A Política de Remuneração aprovada consiste no pagamento de um valor total de R$8.000.000.000,00, com observância do seguinte cronograma: (i) R$2.000.000.000,00 a serem declarados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2011, (ii) R$1.000.000.000,00 no mês de agosto de 2012, R$1.000.000.000,00 no mês de agosto de 2013 e R$1.000.000.000,00 no mês de agosto de 2014; e (iii) R$1.000.000.000,00 por ocasião da realização de cada Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, em adição aos dividendos pagos nos meses de agosto de cada ano conforme item (ii).

A Política de Remuneração estará sujeita às condições de mercado, à estabilidade financeira da controlada indireta Oi e ao ambiente legal/regulatório aplicável. Poderá ser implementada através da distribuição de dividendos, do pagamento de juros sobre capital próprio, de bonificação, resgate,

Notas Explicativas

redução de capital ou, ainda, sob outras formas que possibilitem a distribuição de recursos aos acionistas, observada para cada um dos exercícios a alavancagem máxima correspondente a 3,0 x o índice Dívida Líquida (incluindo a remuneração a ser paga no exercício) / EBITDA (apurado no exercício anterior ao pagamento da remuneração).

Grupo de Contac Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

(a) Aquisição do Grupo Allus

Em 5 de abril de 2011, a controlada indireta Contax Participações celebrou, por meio de suas controladas Contax e Contax Colômbia S.A.S., contratos de compra e venda de ações (*Stock Purchase Agreements*), estabelecendo os termos e condições para a aquisição, direta e indireta, da totalidade das ações de emissão das sociedades (i) Stratton Spain S.L., (ii) Allus Spain S.L., (iii) Stratton Argentina S.A., (iv) Stratton Peru S.A. e (v) Multienlace S.A., (as quais, em conjunto, compõem o "Grupo Allus"). O Grupo Allus é controlado indiretamente pelo Eton Park, uma organização global, multi disciplinar de investimentos.

O Grupo Allus é um dos maiores prestadores de serviços de *contact center* na América Latina, com 22 unidades distribuídas na Argentina, Colômbia e Peru e atividade comercial nos Estados Unidos da América e na Espanha.

O valor do Grupo Allus (*EV= Enterprise Value*), base para a aquisição, encontrava-se no intervalo entre R$307 milhões e R$332 milhões (valores em dólares norte americanos convertidos para Reais pela cotação da moeda estrangeira vigente em 05 de abril de 2011), dependendo do atingimento de metas de entrega de resultado medido em *EBITDA* nos próximos 24 meses. Dessa forma, a transação está foi realizada com múltiplo *EV/EBITDA* 2011 implícito de 5,8 vezes a 6,7 vezes.

A aquisição do Grupo Allus está diretamente alinhada com a estratégia de internacionalização da controlada com foco, principalmente, na América Latina. Com esta aquisição, a CTX e suas controladas concretizam um importante passo na direção de se tornar um dos mais completos provedores globais de BPO (Business Process Outsourcing), dedicado a apoiar seus clientes em toda a cadeia de relacionamento com os consumidores.

O fechamento da transação, com a efetiva transferência das ações, foi vinculado à implementação de determinadas condições precedentes previstas nos contratos de compra e venda de ações, dentre as quais a aprovação da operação pelos acionistas da controlada.

(b) Incorporação de ações da Dedic

Incorporação de Ações da Dedic pela Contax e Direito de Retirada

Em complemento às informações divulgadas em Fato Relevante de 25 de janeiro de 2011, em 1° de julho de 2011 a Administração da Contax Participações informou ao mercado que os acionistas da Contax Participações e da Dedic aprovaram a incorporação de ações da Dedic pela Contax Participações ("Incorporação de Ações").

Por meio da Incorporação de Ações, a Dedic se tornará uma subsidiária integral da Contax Participações, e os atuais acionistas da Dedic receberão ações ordinárias e preferenciais da Contax Participações, com base na relação de substituição aprovada. Os acionistas da Contax Participações dissidentes da deliberação que aprovou a Incorporação de Ações terão direito de retirada ("Direito de Retirada").

Notas Explicativas

Direito de Retirada

Nos termos do art. 252, §1º e do art. 137 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Contax Participações dissidentes da deliberação da Assembleia Geral que aprovou a Incorporação de Ações terão Direito de Retirada, fazendo jus ao reembolso de suas ações no valor de R$7,0097 (sete reais e fração) por ação, calculado de acordo com o balanço aprovado, levantado em 31 de dezembro de 2010.

O Direito de Retirada somente poderá ser exercido pelos acionistas dissidentes com relação à totalidade das ações ordinárias e preferenciais comprovadamente detidas por tais acionistas, ininterruptamente, desde a data da publicação do Fato Relevante que deu conhecimento da Incorporação de Ações ao mercado, portanto, em 25 de janeiro de 2011, computadas as operações de negociação em bolsa daquele dia, inclusive, até a data do efetivo exercício do direito de recesso. As ações adquiridas a partir do dia 25 de janeiro de 2011 não conferiram ao seu titular Direito de Retirada com relação à Incorporação de Ações.

O acionista dissidente que desejou exercer o Direito de Retirada deveria manifestar expressamente sua intenção de fazê-lo, a partir do dia 4 de julho de 2011, data de publicação da ata da Assembleia que aprovou a Incorporação de Ações, até o dia 3 de agosto de 2011, inclusive, data de encerramento do prazo para o exercício do Direito de Retirada, nos termos do art. 230 da Lei nº 6.404/76.

Aquisição pela CTX de parte das ações de emissão da Contax Participações detidas pela Portugal Telecom / Aumento de Capital da CTX.

Em decorrência da aprovação da Incorporação de ações, a CTX adquiriu, em 1° de julho de 2011, 1.012.466 ações ordinárias e 256.309 ações preferenciais de emissão da Contax Participações recebidas pela Portugal Telecom Brasil S.A. ("Portugal Telecom") na Incorporação de Ações, pelo valor total de R$49.700. As ações adquiridas representam 4,06% das ações ordinárias, 0,65% das ações preferenciais, e 1,96% do capital social da Contax Participações.

Adicionalmente, também em 1° de julho de 2011 foi realizada Assembleia Geral de acionistas da CTX, em que foi aprovado o aumento de capital da CTX, no valor de R$37.711, mediante a emissão de 162.913.541 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a ser subscrito pela Portugal Telecom e pela Fundação Atlântico de Seguridade Social.

Composição Acionária de Contax Participações e da CTX.

Com a conclusão da Incorporação de Ações, da Aquisição de Ações e do Aumento de Capital CTX, a composição do capital da CTX e da Contax Participações passou a ser a seguinte, a partir de 1º de julho de 2011.

Composição Acionária da CTX

Notas Explicativas

Acionista	ON	% ON
AG Telecom	784.730.222	24,12
L.F. Tel	1.137.460.810	34,96
Luxemburgo Participações S.A.	352.730.588	10,84
FASS	331.151.534	10,18
Portugal Telecom	647.451.381	19,90
Conselheiros	14	-
Total	**3.253.524.549**	**100,00**

Composição Acionária da Contax Participações (em milhares de ações):

Acionista	ON	% ON	PN	% PN	Total	% Total
CTX Participações S.A.	17.870	71,6%	4.137	10,4%	22.007	34,0%
Portugal Telecom	0.000	0,0%	2.782	7,0%	2.782	4,3%
Ações em Circulação	7.097	28,4%	32.800	82,6%	39.897	61,7%
Total	**24.967**	**100,0%**	**39.719**	**100,0%**	**64.686**	**100,0**

Final do prazo para exercício do direito de retirada

Em 1° de julho de 2011, a Administração da controlada indireta Contax Participações esclareceu aos seus acionistas e ao mercado que, em 30 de junho de 2011, encerrou-se o prazo para exercício do direito de retirada pelos acionistas da controlada indireta Contax Participações dissidentes da deliberação da Assembleia Geral que aprovou a aquisição, direta e indireta, por meio de suas controladas Contax e Contax Colômbia, da totalidade das ações de emissão das empresas do Grupo Allus ("Aquisição"), sem que nenhum acionista da controlada indireta Contax Participações tenha exercido seu direito de retirada.

Pagamento de dividendos

Em 8 de julho de 2011, a controlada indireta Contax Participações comunicou ao mercado que, o pagamento de dividendos aos seus acionistas no montante total bruto de R$100.000, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2011, teria início em 20 de julho de 2011. Tiveram direito ao referido dividendo os acionistas detentores de posições acionárias em 11 de julho de 2011. Portanto, as ações da Contax Participações passaram a ser negociadas "ex-dividendos" a partir do dia 12 de julho de 2011 (inclusive). O valor pago por ação, já considerando o aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 1° de julho de 2011, foi corrigido com base na Taxa Referencial (TR), desde 1° de janeiro de 2011 até a data de início do pagamento, conforme detalhamento a seguir:

Valor do dividendo – sem correção:
Valor Bruto por Ação
ON (ord.) R$ 1,5543811515
PN (pref.) R$ 1,5543811515

Valor do dividendo – corrigido até 11/07/2011:
Valor Bruto por Ação
ON (ord.) R$ 1,5635953208

Notas Explicativas

PN (pref.) R$ 1,5635953208

Valor do dividendo – corrigido até 20/07/2011:
Valor Bruto por Ação
ON (ord.) R$ 1,5641441253
PN (pref.) R$ 1,5641441253

(c) Auto de infração INSS

Em 21 de julho de 2011, a controlada indireta Contax foi autuada pela Receita Federal do Brasil, esfera previdenciária, no montante de R$26.334. Os autos de infração compreendem o período de janeiro a dezembro de 2007 sendo que R$23.565 referem-se à descaracterização do pagamento de alimentação ao colaborador dentro dos moldes do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A Administração da controlada indireta Contax impugnou administrativamente os autos de infração, por entender que não há incidência de tributação de INSS sobre o fornecimento de alimentação "in natura". A Administração da controlada indireta Contax, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, avaliou a probabilidade de perda desta causa como possível, não sendo, portanto, no julgamento da Administração da controlada indireta Contax, requerida a constituição de qualquer provisão para eventuais decisões desfavoráveis.

(d) Pagamento de dividendos

Em 19 de outubro de 2011 a controlada indireta CTX efetuou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$6.237.

(e) Cancelamento Programa de American Depositary Receipts ("ADRs")

Em reunião do Conselho de Administração da controlada indireta Contax Participações realizada em 26 de outubro de 2011, foi autorizado o cancelamento do seu Programa de American Depositary Receipts ("ADRs") no mercado de balcão dos Estados Unidos da América (CTXNY), levando-se em consideração (i) que na data base 30 de setembro de 2011 as ADRs representavam 1,2% das ações preferenciais (CTAX3) e 0,75% do total das ações e do valor de mercado da controlada indireta Contax Participações; (ii) os baixos índices de liquidez e pequeno volume dos ADRs transacionados; (iii) a redução dos custos administrativos para a controlada indireta Contax Participações e seus acionistas; e (iv) que a maioria dos investidores estrangeiros investe diretamente na controlada indireta Contax Participações por meio da Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBovespa.

Nesse sentido, a sua Diretoria ficou autorizada a implementar as ações necessárias para efetivar o cancelamento dos ADRs.

(f) Debêntures Privadas Intragrupo (Contax como captadora)

Em 5 de janeiro de 2012, a controlada indireta Contax emitiu 40.000 debêntures privadas, em duas séries, sendo a primeira série de 36.000 debêntures, com vencimento em 27 de dezembro de 2013, no valor de R$360.000, e a segunda série de 4.000 debêntures, com vencimento em 3 de janeiro de 2014, no valor de R$40.000, com propósitos corporativos em razão de gestão de caixa intragrupo.

(g) Debêntures com o Mercado

Notas Explicativas

O Conselho de Administração da controlada indireta Contax Participações aprovou na reunião realizada em 29 de fevereiro de 2012 a emissão de debêntures no montante aproximado de R$255.000 em duas séries de igual valor, sendo uma vinculada ao IPCA com opção de conversão em ações e outra série vinculada a TJLP. Essa emissão faz parte da estratégia da Contax Participações de alongamento e reestruturação do perfil da dívida e está sujeita a aprovação dos acionistas na próxima Assembleia.

Foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da Contax Participações, realizada em 11 de abril de 2012 a emissão de debêntures no montante aproximado de R$253.438 em duas séries de igual valor, sendo uma vinculada ao IPCA com opção de conversão em ações e outra série vinculada a TJLP. Essa emissão faz parte da estratégia da Contax Participações de alongamento e reestruturação do perfil da dívida e está sujeita a aprovação dos acionistas na próxima Assembleia.

(h) Aprovação dos dividendos

A Assembléia Geral Ordinária da Contax Participações realizada em 11 de abril de 2012 foi aprovado a proposta quanto à destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, totalizando o valor de R$20.920, da seguinte forma: (a) destinação de R$1.046, para reserva legal; (b) utilização da Reserva Estatutária de R$80.126, e (c) distribuição dos dividendos aos acionistas da Contax Participações no montante de R$100.000. Fizeram jus ao referido dividendos os acionistas detentores de posições acionárias em 12/04/2012. A partir do dia 13/04/2012 (inclusive) as ações passaram a ser negociadas ex-dividendos.

Em 30 de abril de 2012 a controlada indireta CTX, recebeu o montante de R$34.277 referente aos dividendos complementares deliberados pela Contax Participações.

(i) Substituição do INSS patronal (MP563)

Em 04 de abril de 2012 foi publicada a Medida Provisória n° 563/2012 que altera os artigos 7º, 8º, 9º e 10º da Lei 12.546/2011 reduzindo os atuais 2,5% para 2,0% sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. A nova alíquota entrará em vigor no quarto mês subsequente à data de sua publicação.

32 REAPRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR

Nas Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, originalmente aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de julho de 2011, a controlada indireta LF Tel havia tratado as transações mencionadas na Nota 2.3, no que tange à TMAR e CTX, como uma aquisição de participação adicional nessas controladas em conjunto.

Posterior à apresentação das referidas Informações Trimestrais, a Administração reavaliou o tratamento contábil mais apropriado a ser considerado nesta transação e conclui que, o acréscimo de participação ocasionado pela aquisição ou diluição na participação dos demais acionistas, não é considerado em essência como aquisição adicional de participação acionária na TMAR e na CTX. Desta forma, a diferença entre os valores pagos ou aportados no capital social da Telemar, TMAR e CTX e o seu patrimônio liquido foram registrados pela Companhia no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2011 no montante de R$19.846 na controladora e R$ 25.004 no Consolidado.

A Companhia está reapresentando, de forma espontânea, as presentes Informações Trimestrais, considerando tais ajustes, conforme demonstrado abaixo.

Notas Explicativas

As principais alterações são como segue:

Balanço patrimonial:

	Controladora		
	31/03/2011 Originalmente apresentado	Ajustes	31/03/2011 Reapresentado
Ativo circulante	354.361	-	354.361
Ativo não circulante:	1.871.684	(1.212)	1.870.472
Investimento	1.717.631	(1.212)	1.716.419
Outros ativos não circulantes	154.053	-	154.053
Total do ativo	2.226.045	(1.212)	2.224.833
Passivo circulante	16.044	-	16.044
Passivo não circulante	350.040	-	350.040
Patrimônio líquido	1.859.961	(1.212)	1.858.749
Capital social	784.004	-	784.004
Reservas de capital	1.839	-	1.839
Reservas de lucros	296.522	-	296.522
Lucros/prejuízos acumulados	759.627	19.846	779.473
Ajustes de avaliação patrimonial	18.008	(21.058)	(3.050)
Ajustes acumulados de conversão	(39)	-	(39)
Total do passivo e patrimônio líquido	2.226.045	(1.212)	2.224.833

	Consolidado			
	31/03/2011 Originalmente apresentado	Ajustes	Outros *	31/03/2011 Reapresentado
Ativo circulante	6.183.177	-	(2)	6.183.175
Ativo não circulante:	10.867.800	(57.919)	-	10.809.881
Intangível	3.149.057	(57.919)	(2)	3.091.136
Outros ativos não circulantes	7.718.743	-	2	7.718.745
Total do ativo	17.050.977	(57.919)	(2)	16.993.056
Passivo circulante	3.114.749	-	(2)	3.114.747
Passivo não circulante:	8.195.943	(56.392)	-	8.139.551
Receitas a apropriar - deságio	56.392	(56.392)	-	-
Outros passivos não circulantes	8.139.551	-	-	8.139.551
Patrimônio líquido	5.740.285	(1.527)	-	5.738.758
Capital social	784.004	-	-	784.004
Reservas de capital	1.839	-	-	1.839
Reservas de lucros	296.522	-	-	296.522
Lucros/prejuízos acumulados	759.627	19.846	-	779.473
Ajustes de avaliação patrimonial	18.008	(21.058)	-	(3.050)
Ajustes acumulados de conversão	(39)	-	-	(39)
Participação dos acionistas não controladores	3.880.324	(315)	-	3.880.009
Total do passivo e patrimônio líquido	17.050.977	(57.919)	(2)	16.993.056

* Arredondamento.

Demonstração do resultado do trimestre findo em 31 de março de 2011:

	Controladora		
	31/03/2011 Originalmente apresentado	Ajustes	31/03/2011 Reapresentado

Notas Explicativas

Receita de venda de bens e/ou serviços	442	-	442
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(456)	-	(456)
Resultado bruto	(14)	-	(14)
Despesas gerais e administrativas	(2.570)	-	(2.570)
Outras despesas	(173)	-	(173)
Resultado de equivalência patrimonial	758.960	19.846	778.806
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	756.203	19.846	776.049
Resultado financeiro	3.898	-	3.898
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	760.101	19.846	779.947
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(303)	-	(303)
Lucro líquido do período	759.798	19.846	779.644

Notas Explicativas

	Consolidado		
	31/03/2011 Originalmente apresentado	Ajustes	31/03/2011 Reapresentado
Receita de venda de bens e/ou serviços	1.240.081	-	1.240.081
Custo dos bens e/ou serviços prestados	(783.200)	-	(783.200)
Resultado bruto	456.881	-	456.881
Despesas com vendas	(153.755)		(153.755)
Despesas gerais e administrativas	(114.766)		(114.766)
Outras receitas	1.080.702	25.004	1.105.706
Outras despesas	(121.647)		(121.647)
Resultado de equivalência patrimonial	(7.926)		(7.926)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	1.139.489	25.004	1.164.493
Resultado financeiro	(219.263)	-	(219.263)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	920.226	25.004	945.230
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	5.757	-	5.757
Lucro consolidado do período	925.983	25.004	950.987
Atribuído a sócios da empresa controladora	759.798	19.846	779.644
Atribuído a sócios não controladores	166.185	5.158	171.343

Os referidos ajustes não afetaram o caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

33 APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

O Conselho de Administração da Companhia, em 29 de maio de 2012, aprovaram as presentes reapresentações das Informações Trimestrais – ITR, nas quais consideraram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas Informações Trimestrais – ITR.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, aos Diretores e ao Conselho de Administração da
Jereissati Participações S.A.
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Jereissati Participações S.A. ("Companhia") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dasmutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 -"Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informaçõesintermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informaçõesintermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Reorganização societária

Conforme descrito na nota explicativa n° 31, os acionistas da Tele Norte Leste Participações S.A. (controlada indireta em conjunto da Companhia e controladora da Telemar Norte Leste S.A.), da Telemar Norte Leste S.A. (controladora da Coari Participações S.A.), da Coari Participações S.A. (controladora da Brasil Telecom S.A.) e da Brasil Telecom S.A. aprovaram na assembleia geral realizada em 27 de fevereiro de 2012 a reorganização societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da Telemar Norte Leste S.A. com a incorporação da parcela cindida pela Coari Participações S.A., seguida de incorporação de ações da Telemar Norte Leste S.A. pela Coari Participações S.A. e as incorporações da Coari Participações S.A. e da Tele Norte Leste Participações S.A. pela Brasil Telecom S.A., que passa a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e a ter a sua denominação social alterada para Oi S.A..Desta forma, em 27 de fevereiro de 2012, a Companhia passou a ser controladora indireta em conjunto da Oi S.A..

Reapresentação das informações contábeis intermediárias

Em 8 de julho de 2011, emitimos um relatório sobre a revisão das informações trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, sem ressalva e contendo ênfase em relação ao tema mencionado na nota explicativa n° 2.3. Conforme mencionado na nota explicativa n° 32, posterior à apresentação das referidas informações trimestrais, a Administração da Companhia reavaliou o tratamento contábil mais apropriado a ser considerado para essa transação, concluindo pela reapresentação das

informações trimestrais anteriormente referidas. O relatório sobre a revisão das informações trimestrais está sendo reemitido, para contemplar esse fato.

Outros assuntos

Informações contábeis intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações contábeis intermediárias do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de maio de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marco Antonio Brandão Simurro
Contador
CRC nº 1 RJ 052000/O-0 "S" SP

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração de notas explicativas.